



Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## Geografia Agrária

Volume 2

Marcelo Antonio Sotratti

Aline Sá

Philipp Lessa Andrade

Rogério Seabra

Sandro Lessa Andrade



GOVERNO DO  
**Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ – Glaucio José Marafon

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Marcelo Antonio Sotratti

Aline Sá

Philipp Lessa Andrade

Rogério Seabra

Sandro Lessa Andrade

### DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Paulo Vasques de Miranda

### DESIGN INSTRUCIONAL

Karin Gonçalves

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Fábio Rapello Alencar

### ASSISTENTE DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

### REVISÃO LINGÜÍSTICA E TIPOGRÁFICA

Anna Maria Osborne

Beatriz Fontes

Flávia Saboya

José Meyohas

Licia Matos

Maria Elisa Silveira

Mariana Caser

Yana Gonzaga

### ILUSTRAÇÃO

Renan Alves

### CAPA

Renan Alves

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Núbia Roma

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Copyright © 2015, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

G343

Geografia agrária: volume 2. / Marcelo Antonio Sotratti...[et al]. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

220 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0047-7

1. Geografia agrária. 2. Cartografia. I. Sá, Aline. II. Andrade, Philipp Lessa. III. Seabra, Rogério. IV. Andrade, Sandro Lessa. 1. Título.

CDD: 900

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador  
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Gustavo Tutuca

## Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE  
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca





**Aula 9** – Relações cidade x campo \_\_\_\_\_ 7

Rogério Seabra

**Aula 10** – As atividades rurais não agrícolas:  
trabalho em tempo parcial, pluriatividade  
e multifuncionalidade na agricultura \_\_\_\_\_ 29

Philipp Lessa Andrade

**Aula 11** – Ruralidades e urbanidades \_\_\_\_\_ 47

Marcelo Antonio Sotratti

**Aula 12** – A estrutura fundiária e as relações  
de trabalho no campo \_\_\_\_\_ 73

Marcelo Antonio Sotratti e Aline Sá

**Aula 13** – A propriedade e a renda da terra \_\_\_\_\_ 103

Marcelo Antonio Sotratti

**Aula 14** – As reformas agrárias com meio  
de reorganização do espaço agrário \_\_\_\_\_ 123

Aline Sá

**Aula 15** – Formas de produção alternativas ao  
agronegócio: a produção agroecológica \_\_\_\_\_ 153

Philipp Lessa Andrade e Sandro Lessa Andrade

**Aula 16** – Soberania alimentar – entraves  
e discussões \_\_\_\_\_ 183

Rogério Seabra

**Referências** \_\_\_\_\_ 211



# Aula 9

Relações  
cidade x campo  
*Rogério Seabra*

## Meta da aula

Apresentar as bases teóricas e materiais capazes de superar a antiga relação dialética e extremista entre cidade e campo, ou qual seja, moderno x atrasado, propondo uma relação integradora para os dois conteúdos sociais.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar os conceitos de cidade e campo e de urbano e rural;
2. apresentar a relação campo x cidade numa abordagem de complementaridade;
3. relacionar e aproximar as ideias de campo e cidade por meio da atividade de turismo rural.

## INTRODUÇÃO

Você deve perceber que o imaginário entre o campo e a cidade vem a cada dia se transformando. Quando viajamos para o interior do país nos deparamos com situações socioespaciais que dificultam o estabelecimento de limites entre o espaço rural e o espaço urbano. Essa dificuldade nos faz pensar, geograficamente, nas novas relações entre o campo e a cidade e nos incitam a conhecer os vários debates que a Geografia Agrária vem desenvolvendo para compreender as diferenças e proximidades entre essas duas importantes modalidades espaciais.

Os recentes avanços técnicos e intelectuais associados à globalização vêm acelerando as transformações socioespaciais hoje observadas; na verdade, a grande novidade dos tempos hodiernos consiste na velocidade dessas transformações, ou seja, a capacidade do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) de atuar, muitas vezes instantaneamente, nas trocas materiais e imateriais entre fluxos e objetos, alterando de forma significativa as bases dicotômicas entre campo e cidade.

Neste sentido, o avanço das interações espaciais (CORREA, 1997) no espaço geográfico tende a ser, quando analisada como resultado de um processo de produção social (CARLOS, 2011), não só uma unidade repleta de diversidade, mas também de complementaridade.

Portanto, as tradicionais análises entre a cidade e o campo, carregadas de relações segregadoras e hierarquizadas, não comportam a complexidade das interações atuais quando, por exemplo, analisamos o campo como um elemento multifuncional (WOODS, 2005) ou, em outra leitura, o espaço geográfico como uma totalidade-mercadoria fruto das relações capitalistas atuais (HARVEY, 2005).

O espaço geográfico, produto social em constante transformação, revela um resultado sempre dinâmico e, diante da

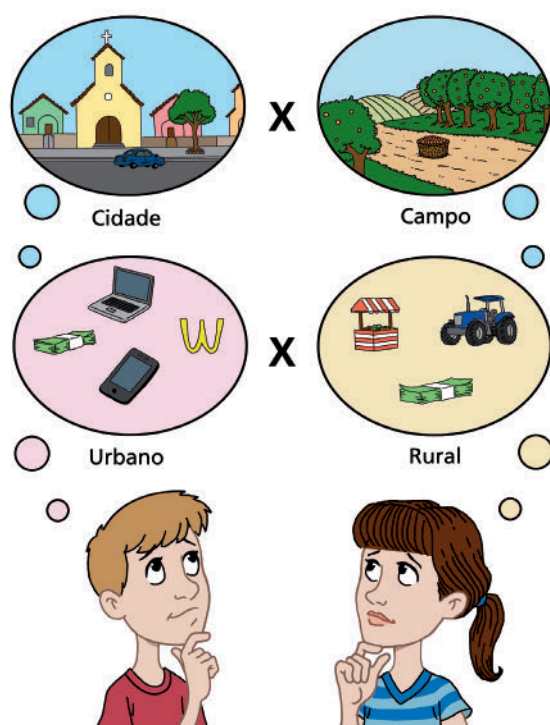
hegemonia de processos de globalizações (HAESBAERT, 2010), transparece a relação contrastante e complementar entre inovações e permanências, fundamental como condição para a acumulação do capital. Pensando, portanto, na lógica expansionista do modo de produção capitalista, campo e cidade são articulados e integrados por resultarem da necessidade de superação de barreiras espaciais e construção de espaços de consumo.



**Figura 9.1:** A ideia de cidade e campo contrastantes e opostas como às das imagens presentes aqui não refletem as discussões teóricas e os casos analisados pela Geografia Agrária moderna sobre as relações atuais entre campo e cidade. Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corfu\\_town.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corfu_town.jpg) (Cidade de Corfu, Grécia); [http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo\\_\(agricultura\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_(agricultura)) (Campo agrícola em Hamois, Bélgica)

## Articulações entre os conceitos de campo e cidade

Um primeiro passo, entre os vários possíveis, para a construção de uma relação articulada entre campo e cidade, é a compreensão destas duas noções como “morfologias espaciais” (SOBARZO, 2006) enquanto o urbano e o rural podem ser compreendidos resultados materiais de relações sociais estabelecidas nesses locais. Neste sentido, trataremos das espacialidades entre cidade e campo, e das interações entre a sociedade urbana e a sociedade rural.



**Figura 9.2:** As ideias sobre cidade x campo e de urbano x rural.

Prosseguindo com as discussões teóricas de Sobarzo, o urbano é o espelho de uma sociedade urbana, e não a negação do rural; tampouco o urbano é sinônimo de cidade. Complementando essa análise, Rua (2007) aponta a urbanização como um elemento comportamental e cultural e evidencia a presença de urbanidades no rural, ou seja,

Urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos (2007, p. 272).

Segundo Rua (2007), as atuais articulações entre o urbano e o rural resultam do processo de produção espacial conduzido pelo capital, capaz de criar as desigualdades, contradições e complementaridades fundamentais para a sua acumulação.



**Figura 9.3:** Contrastando com a ideia de urbanidade apresentada por Rua (2007), as feiras livres de produtores locais podem ser um bom exemplo de ruralidades, ou seja, manifestações materiais ou simbólicas de origem rural presentes nas áreas urbanas.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia> (Feira do produtor em Seattle, USA)

Compreendendo que “a diversidade geográfica é uma condição necessária para a acumulação” (HARVEY, 2011, p. 133), devemos perceber que as relações complementares entre cidade e campo, bem como entre a presença de urbanidades no rural e de atividades não agrícolas no campo (MARAFON, 2012) são resultado de um processo de construção de uma espacialidade-mercadoria, isto é, o espaço para o consumo e o próprio consumo do espaço.

Já distante, portanto, da velha dicotomia no tratamento das relações entre campo e cidade, é importante compreendermos que as interações espaciais entre ambos os espaços são reflexos das condições necessárias à expansão do capital e das demandas de acumulação.

O espaço rural, incorporado aos interesses do capital e repleto de infraestrutura “urbana e moderna”, reflete o processo contínuo de expansão da lógica hegemônica, ou seja, o imperativo da acumulação implica a superação de barreiras espaciais segregadoras (HARVEY, 2011).



A comercialização agrícola é um exemplo importante das interações atuais entre cidade e campo porque representa a materialidade da expansão do capital por meio da construção de “novos” ambientes para a acumulação e/ou a determinação de novos significados.

Nesse sentido, o atual momento das relações cidade-campo reflete a dualidade da modernização x tradição, com padrões e racionalidades externas (verticais) impondo-se ao modelo tradicional. Não há, para essa interpretação, uma afirmação de subordinação do campo em relação à cidade, mas sim uma expansão da hegemonia do capitalismo global materializado, por exemplo, pelas grandes corporações à escala local sem, contudo, produzir um espaço homogêneo e padronizado.

A imposição da lógica mercantil ao campo não é novidade. Contudo, a intensidade e a velocidade das transformações são marcantes. Nesse sentido, devemos pensar nas interações campo-cidade e refletir sobre as novas territorialidades produzidas por essa ação global-local/vertical-horizontal do período contemporâneo.

Assim, o geógrafo deve analisar e compreender, por exemplo, como se processa a produção familiar e a comercialização agrícola no contexto da globalização neoliberal e das redes geográficas e perceber que essa análise vai além da multifuncionalidade e multidimensionalidade. A leitura geográfica, nesse caso, deve ser transescalar.

Segundo Woods (2005), a multifuncionalidade do espaço rural reflete uma mudança do rural produtivista e estandardizado do período rígido do fordismo para um processo produtivo flexível e voltado aos nichos de mercado atuais. Logo, a acumulação capitalista, principal motor das transformações espaciais na atual conjuntura, transforma o espaço rural (pela sua particularidade) em mercadoria e articula a sua lógica produtiva aos interesses locais e globais da acumulação.



### **Mas você sabe o que é o fordismo?**

Fordismo é um sistema de produção criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa. Henry Ford criou este sistema em 1914 para sua indústria de automóveis, projetando um sistema baseado numa linha de montagem.



**Figura 9.4:** Característica do fordismo: linhas de montagem.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ford\\_assembly\\_line\\_-\\_1913.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ford_assembly_line_-_1913.jpg)

O objetivo principal deste sistema era reduzir ao máximo os custos de produção e, assim, baratear o produto, podendo vender para o maior número possível de consumidores. Desta forma, dentro deste sistema de produção, uma esteira rolante conduzia o produto – no caso da Ford, os automóveis – e cada funcionário executava uma pequena etapa. Logo, os funcionários não precisavam sair do seu local de trabalho, resultando numa maior velocidade de produção. Também não

era necessária a utilização de mão de obra muito capacitada, pois cada trabalhador executava apenas uma pequena tarefa dentro de sua etapa de produção.

Enquanto, para os empresários, o fordismo foi muito positivo, para os trabalhadores, ele gerou alguns problemas como, por exemplo, trabalho repetitivo e desgastante, além da falta de visão geral sobre todas as etapas de produção e consequente baixa qualificação profissional. O sistema também se baseava no pagamento de baixos salários como forma de reduzir custos de produção.

Fonte: <http://www.suapesquisa.com/economia/fordismo.htm>

O espaço é condição para a reprodução do capital, e os novos conteúdos do espaço rural são parte do diagnóstico da articulação desse espaço como integrante de redes transnacionais.



---

### **Atende ao objetivo 1**

Associe, para cada elemento a seguir, os conceitos de campo, cidade, urbano e rural, conforme analisado até este momento da aula. Lembre que o conceito de campo e cidade está associado a formas espaciais enquanto que o de urbano e rural se associa com a materialidade de relações sociais, desenvolvidas nessas categorias espaciais:

a) Presença de prédios em estilo alemão na zona central e turística de determinada cidade.

\_\_\_\_\_

b) Desenvolvimento de agronegócio ligado à cadeia produtiva do leite em determinada região do estado. \_\_\_\_\_

c) Cultivo de hortaliças ao longo de estradas vicinais no interior de determinado município.

\_\_\_\_\_

d) Refuncionalização turística da região portuária do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016. \_\_\_\_\_

e) Implantação de turismo rural em pequenas propriedades rurais em áreas pouco desenvolvidas do estado. \_\_\_\_\_

f) Expansão de novas redes transnacionais de supermercados nas grandes metrópoles e desaparecimento dos pequenos mercadinhos familiares, localizados nos diversos bairros.

\_\_\_\_\_

### *Resposta comentada*

Levando em consideração que a ideia de campo e cidade está associada às morfologias espaciais, podemos associar a situação c como um exemplo de campo, e a situação a como de cidade. Já as situações b e e são resultados das relações capitalistas imperativas no espaço rural, de natureza econômica e cultural. Assim, podemos associar a estas situações a ideia de rural. As situações d e f representam relações atuais observadas no urbano e demonstram os interesses e as transformações impostas pelo capitalismo globalizado.

\_\_\_\_\_

## **Formas e reflexos das interações entre campo e cidade**

Cabe destacarmos neste momento a presença de processos, dentro da lógica transescalar citada, bem como de imposições e resistências em plena interação. Esta dinâmica socioespacial é marcada por uma lógica não linear, ou seja, sem produção de homogeneidade espacial, sem domínio exclusivo de racionalidades externas, sem localismos exagerados, conforme sublinha Brandão (2001).

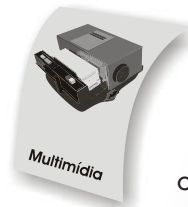
Este argumento justifica a presença de uma variedade significativa de manifestações não agrícolas no campo e, aproximando as discussões de Marafon (2012) e Woods (2005), evidencia a construção de um campo multidimensional e multifuncional, resultado de ações horizontais e verticais (SANTOS, 2002) em conjunto.

Destarte, passaremos a destacar uma série de manifestações materiais fundamentais para justificarmos as relações campo-cidade como complementares, ultrapassando a velha noção dicotômica.

Buscando superar esta antiga dicotomia, é fundamental marcamos um ponto inicial para nossa análise. O campo não é, exclusivamente, marcado pela produção agrícola, assim como não é marcado pela presença de técnicas arcaicas e sistemas produtivos obsoletos. Concordando com Carneiro (2012), superamos a falsa condição do rural de inexoravelmente desaparecer como resultado da urbanização e afirmamos que há

[...] um movimento de revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Tal fenômeno nega tanto o fim do mundo rural como o da dualidade, previstos pelo modelo de modernização – ainda que seja consensual a aceitação de que estaríamos observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana (CARNEIRO, 2012, p. 25).

Assim, buscamos sustentar a presença da integração entre cidade e campo, por exemplo, na esfera da comercialização agrícola; ou seja, a cidade depende do campo para o abastecimento de gêneros agrícolas, para a alimentação e para matéria-prima, e o campo depende da técnica desenvolvida na cidade para melhorar a produção e a distribuição de produtos rurais.



Graças às novas relações entre urbano e rural, eliminando velhos contrastes entre campo e cidade, é que casos como o de Marina Barretos Silva, moradora de São João de Itabapoana (ex-catadora de caranguejo e, agora, formada em Biologia pelo Cederj) tornam-se realidade. Quer conhecer um pouco mais sobre essa história de superação? Então acesse o *site*: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/12/18/ex-catadora-de-siri-se-forma-biologa-com-curso-a-distancia-e-busca-agora-vaga-no-mestrado.htm>.

Da mesma forma, a mão de obra da produção agrícola familiar, além da produção agrícola, exerce outras funções não agrícolas para complemento da renda agrícola, muitas vezes como mão de obra no turismo rural.

A revalorização da natureza, dentro do contexto de mercantilização do espaço geográfico, coloca o rural como uma reserva de natureza, passível de exploração, principalmente por atividades turísticas. A redução dos ganhos na atividade agrícola obrigou o produtor agrícola (para permanecer no campo) a buscar outras rendas (em geral não agrícolas), muitas vezes, associadas ao turismo rural.

Contudo, é fundamental lembrarmos que esta lógica não é uma realidade para a imensa maioria dos produtores familiares brasileiros e, de forma alguma, pode representar a solução para a redução da pobreza no campo, pois pode acarretar em aumento da exploração da mão obra local.

A expansão das técnicas de transportes e telecomunicações aproximou campo e cidade como elementos materiais e articulou modelos de sociedade, isto é, campo e cidade promovem muitas trocas de bens e serviços, sendo cada vez mais comum a presença de urbanidades no rural. As novas técnicas são fundamentais para, por exemplo, expandir os eixos turísticos no espaço rural.



---

## Atende ao objetivo 2

A partir do trecho de Carneiro (2012) já citado e rerepresentado a seguir:

[...] um movimento de revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Tal fenômeno nega tanto o fim do mundo rural como o da dualidade, previstos pelo modelo de modernização – ainda que seja consensual a aceitação de que estaríamos observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana (2012, p. 25).

Responda às questões propostas:

a) Por que o autor sublinha que, embora as localidades rurais atuais apresentem atividades não agrícolas, elas não deixam de ter sua essência rural?

---

---

---

b) O autor acredita no fim do rural por meio da expansão absoluta do urbano?

---

---

---

### *Resposta comentada*

Percebemos que a primeira pergunta pode ser respondida por meio da compreensão das novas relações entre o campo e a cidade. A expansão do capitalismo para as áreas rurais vem dinamizando a lógica socioespacial de tais áreas, trazendo novas atividades (muitas vezes tradicionalmente urbanas) como formas complementares de renda ou valorização cultural. Isso não quer dizer que houve uma perda da essência rural, mas evidencia um processo de transformação constante.

Essa análise permite pensarmos a segunda pergunta: de forma alguma haverá o fim do mundo rural. As novas formas de aproximação entre o campo e a cidade e a superação das antigas dicotomias nos apresentam um novo mundo rural, dinâmico e com novas perspectivas e questões a serem estudadas. O mesmo se dá com as áreas urbanas.

---

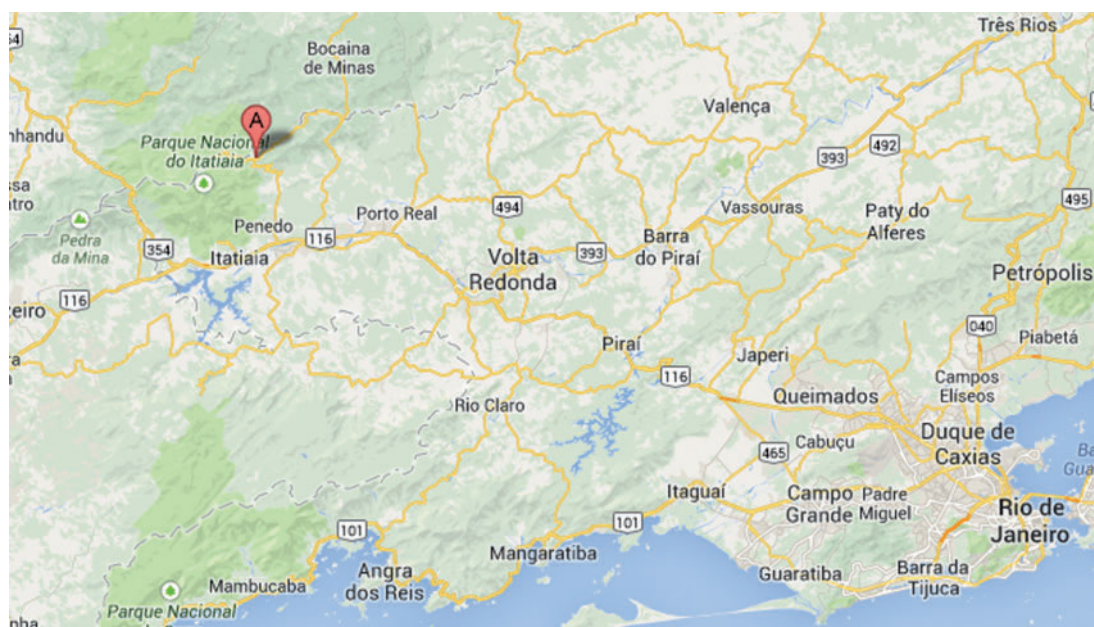
## **Turismo rural – um breve exemplo: Visconde de Mauá, Itatiaia (RJ)**

Para você poder compreender melhor o novo rural, multifuncional e que estabelece relações mais interativas com o urbano, vamos analisar um caso de uma atividade bastante desenvolvida numa localidade essencialmente rural situada no interior do estado do Rio de Janeiro.

Visconde de Mauá é um distrito de Itatiaia, município localizado na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, na divisa com o estado de Minas Gerais. A presença da Serra da Mantiqueira, associada a rios de água cristalina, cria, com auxílio da presença de uma Área de Preservação Ambiental, um beleza



cênica absolutamente inserida na lógica de (re)valorização da natureza e de consumo do espaço.



**Figura 9.5:** Localização do distrito de Visconde de Mauá, município de Itaitiaia (RJ).

Proprietários de um sítio de segunda residência em Visconde de Mauá, o casal Ferreira da Silva, família da elite econômica da Zona Sul carioca, relata algumas transformações interessantes no distrito em tela, que representam a complementaridade discutida nesta aula entre campo e cidade.

Segundo o casal, Mauá (como é conhecido o distrito) representa um momento de tranquilidade para o ritmo acelerado na metrópole carioca. Contudo, ao mesmo tempo em que a beleza cênica cria tais condições, a pavimentação da RJ-151 (rodovia que margeia a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e que cruza o distrito), a expansão da rede de telefonia celular na região e das inúmeras antenas de televisão, garantiram melhores condições de mobilidade e de comunicação com o trabalho e a família no Rio de Janeiro. De forma simultânea, a família alega a necessidade da busca pela “distância” dos problemas da cidade

grande, mas não nega as comodidades e as necessidades do “contato” com o urbano.

Outro dado interessante é a transformação do espaço rural do distrito na década de 1970, período da compra da casa de veraneio por esta família, no qual se observava comumente a presença de produtores de mandioca, milho e principalmente de criadores de gado bovino para produção de leite, normalmente ligados ao sistema produtivo familiar.

Hoje, com o processo de turistificação da localidade, alguns problemas comumente observados no urbano já se manifestam em Visconde de Mauá. Segundo o relato destes proprietários, a presença de pousadas e hotéis promotores do turismo rural vem acarretando a degradação e a poluição do Rio Preto, rio que estabelece a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.



**Figura 9.6:** Sítio de segunda residência em Visconde de Mauá. A propriedade serve, hoje, para lazer dos proprietários.



**Figura 9.7:** Presença das “urbanidades” no espaço de Visconde de Mauá: instalação de antenas de telefonia celular.



**Figura 9.8:** Divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.



**Figura 9.9:** Produção de trutas, já no estado de Minas Gerais, e restaurante anexo. A presença de turistas nas cachoeiras da área é fundamental para impulsionar a produção de peixe.

As transformações socioespaciais, no espaço rural do distrito de Visconde Mauá, representam uma face das novas interações entre cidade e campo, em articulação.

Podemos observar, analisando o caso do turismo rural, que, ao mesmo tempo em que há mudanças visíveis na dinâmica do espaço rural – como a redução da produção agrícola (principalmente a redução da criação de gado de leite, no caso de Visconde de Mauá) –, estimula-se o consumo deste espaço para o turismo rural, (re)criando a produção de folhas, legumes e verduras dentro de hotéis e pousadas, numa tentativa de “simulação” de uma ideia de campo presente no imaginário coletivo dos turistas.

Podemos constatar, assim, que as urbanidades (re)definem as práticas do cotidiano dos moradores do distrito, tornando-os sujeitos de novos modelos de empregabilidade (rendas não agrícolas) e usuários de técnicas outrora exclusivas do urbano.



### Atende ao objetivo 3

Mediante o caso apresentado nesta aula – o turismo rural em Visconde de Mauá –, assinale as afirmações que você considera corretas:

- a) (    ) As atividades não agrícolas, como o turismo rural, são bons exemplos da interação entre cidade e campo, hoje observadas nos espaços rurais.
- b) (    ) Elementos presentes na paisagem rural, como antenas de celular, modernização de vias de acesso local e instalação de mobiliário padronizado (placas de sinalização, lixeiras, paradas de ônibus) são alguns exemplos de urbanidades presentes no novo campo, devido ao conteúdo simbólico que carregam tais elementos materiais.

- c) ( ) O turismo rural (re)inventa antigas tradições agrícolas no espaço rural, de forma a alimentar o imaginário de campo para o turismo e estimular o consumo do espaço rural.
- d) ( ) As transformações advindas das novas relações entre campo e cidade acarretam, muitas vezes, problemas socioambientais não observados em tempos pretéritos no espaço rural, como poluição de rios, desmatamento e exploração excessiva de mão de obra local.
- e) ( ) O turismo rural consiste num excelente exemplo para o geógrafo analisar as novas relações entre campo e cidade, bem como as transformações decorrentes desse novo processo. Tais análises auxiliarão ações de planejamento e gestão das áreas rurais e estimularão o desenvolvimento de projetos que venham garantir melhor qualidade de vida às populações locais.

### *Resposta comentada*

Todas as afirmações estão corretas e estabelecem conceitualmente a essência do que foi discutido na aula. É importante que você observe tais análises ao visitar as áreas rurais de sua região, ou em futuras viagens que você venha a realizar.

---

## **CONCLUSÃO**

A atual condição de reprodução do espaço geográfico, transescalar, marcada pela fluidez e pela presença de redes globais, aproxima campo e cidade como espaços para o consumo e espaços de consumo. Na prática, tornam-se complementares como produtores-produtos de mercadoria da acumulação capitalista.

Aproximando as discussões teóricas de Woods (2005) e Harvey (2011), a diferenciação espacial no período atual reflete a produção de nichos de mercado – desigualdades espaciais –, fruto da expansão contínua e contraditória do capital.

A modernização do campo e no campo, além de promover o paradigma produtivo da Revolução Verde, marginaliza produtores



familiares e cria espaços alternativos para novas articulações multidimensionais, ou seja, as relações campo-cidade aproximam o urbano do rural no sentido cultural, econômico e social.

A contemporaneidade demonstra tempos de maior articulação. A globalização da economia revela uma maior articulação socioespacial de natureza transescalar. Na escala das horizontalidades (relações estabelecidas na localidade e internamente), podemos constatar tais interações por meio das relações entre cidade e campo, ou seja, pelo estabelecimento de uma complementaridade econômica com a troca de alimentos (campo) e de recursos técnicos (cidade) pelos deslocamentos impulsionados pelo turismo rural e cultural e pela presença das urbanidades no espaço rural.

## Atividade final

---

1. Pesquise uma área com interações espaciais relacionadas ao turismo rural e elabore um trabalho de campo para alunos de Ensino Médio com o objetivo de apresentar as relações entre cidade e campo como complementares.
2. Faça um texto capaz de sintetizar a explicação da renda não agrícola como uma vertente do aumento da exploração do trabalho para o produtor familiar.
3. Elabore um roteiro de pesquisa para alunos do Ensino Básico capaz de explicar as interações espaciais entre áreas de produção e consumo de gêneros agrícolas.

### Resposta comentada

Este é um bom exercício associado à sua formação, ou seja, à licenciatura em Geografia. Procure, primeiramente, estabelecer um roteiro de observação que pontue as questões elencadas na aula. Tais observações devem atentar os alunos para as questões centrais das relações cidade-campo e, ao mesmo tempo, estimular a reflexão crítica a respeito de tais relações. Posteriormente, elabore algumas questões, ou uma pequena pesquisa, que ampliem o conhecimento dos alunos

envolvidos na atividade e que, possibilitem o posicionamento individual desses jovens na questão central do trabalho de campo.

---

## RESUMO

- Os recentes avanços técnicos e intelectuais associados à globalização vêm acelerando as transformações socioespaciais hoje observadas; atuando nas trocas materiais e imateriais entre fluxos e objetos e alterando, de forma significativa, as bases dicotômicas entre campo e cidade.
- Os conceitos de urbano e rural podem ser compreendidos como resultados materiais de relações sociais estabelecidas nesses locais, enquanto que os de campo e cidade estão associados a morfologias espaciais.
- A diversidade espacial é uma condição necessária para a acumulação do capital (HARVEY, 2011), assim, as complementaridades da cidade e do campo e a presença de urbanidades no rural e das atividades não agrícolas no campo (MARAFON, 2012) são resultados de um processo de construção de uma espacialidade-mercadoria, isto é, o espaço para o consumo e o próprio consumo do espaço.
- O turismo rural (re)inventa antigas tradições agrícolas no espaço rural de forma a alimentar o imaginário de campo para o turismo e estimular o consumo do espaço rural.
- A atual condição de reprodução do espaço geográfico, transescalar, marcada pela fluidez e pela presença de redes globais, aproxima campo e cidade como espaços para o consumo e espaços de consumo. Na prática, tornam-se complementares como produtores-produtos de mercadoria da acumulação capitalista.





# Aula 10

As atividades  
rurais não  
agrícolas: trabalho  
em tempo parcial,  
pluriatividade e  
multifuncionalidade  
na agricultura

*Philipp Lessa Andrade*

## Meta da aula

Reconhecer as transformações sociais, econômicas e espaciais ocorridas no meio rural a partir do desenvolvimento capitalista no campo, mais especificamente as atividades não agrícolas no espaço rural.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as transformações ocorridas no espaço rural nos últimos anos;
2. reconhecer a proliferação de atividades não agrícolas no espaço rural e a importância destas para a sobrevivência e permanência entre a população local;
3. identificar de que forma a população do espaço rural se insere na lógica capitalista e no ambiente marcado por transformações socioeconômicas.

## INTRODUÇÃO

### As transformações no espaço rural

Nos últimos anos, a racionalidade do lucro, típica do sistema capitalista, tem se inserido cada vez mais no espaço rural brasileiro, ocasionando significativas mudanças nesse local e tornando cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, de acordo com Graziano da Silva (1999).

Assim sendo, o espaço rural, nos dias atuais, não pode ser caracterizado apenas por atividades relacionadas à agropecuária, já que cada vez mais outras atividades tipicamente urbanas vêm sendo desenvolvidas no campo. Da mesma forma, as cidades não devem ser identificadas exclusivamente com as atividades industriais e de serviços, visto que o espaço urbano também pode possuir atividades de natureza agrícola.

O meio rural se urbanizou nas últimas décadas como resultado do processo de industrialização da agricultura e do transbordamento do mundo urbano em um espaço tradicionalmente definido como rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

De acordo com Rua (2006), esses fatores nos levam a pensar o rural integrado às transformações do momento atual de (re)organização do espaço pelo capitalismo. O rural permanece como tal, mas recriado e integrado a novas lógicas.

Essas mudanças no meio rural propiciaram o desenvolvimento de novas atividades no campo, que estão relacionadas tanto aos aspectos ocupacionais quanto à interpretação da noção ou do significado que têm assumido na atualidade. As novas funções atribuídas ao meio rural, que tem como exemplos o comércio, os serviços, o turismo, as casas de segunda moradia, o lazer, entre outras, provocam alterações nas relações sociais e na paisagem do espaço agrário.

As novas atividades econômicas que vêm sendo desenvolvidas no espaço rural possibilitaram a inserção e a complementação de renda dos membros das unidades familiares de produção, ou seja, passa-se a desenvolver a *pluriatividade* nesses locais.

Uma das novas atividades econômicas que vem se desenvolvendo e ganhando cada vez mais destaque no espaço rural nas últimas décadas é o turismo, que está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e nas crescentes manifestações tipicamente urbanas no campo. Com a expansão do turismo, “novas” atividades passam a proliferar no campo, para dar suporte a esta atividade (MARAFON, 2006), como, por exemplo, recepcionistas, garçons, secretárias e camareiros.



**Figura 10.1:** O turismo rural tem se tornado importante estratégia de sobrevivência de comunidades rurais em diversos países, como em Portugal. Na imagem, casa de visitação turística de propriedade rural localizada em Cibões – Terras de Bouro. Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Casa\\_de\\_turismo\\_rural.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Casa_de_turismo_rural.jpg)

Segundo Teixeira (1998), as atividades não agrícolas vêm assumindo cada vez mais importância no espaço rural, para manter suas populações em seus locais de moradia e elevar o seu nível de renda, num ambiente marcado pela diminuição do emprego agrícola e queda dos preços dos principais produtos deste setor.

É importante frisar que as discussões sobre o espaço rural atualmente vão além das formas e do funcionalismo correspondentes às atividades econômicas e de natureza agrária. De acordo com Bernardelli (2006), o espaço rural deve ser pensado a partir de múltiplas dimensões, como as culturais, sociais, históricas, políticas, ideológicas, entre tantas outras, extrapolando, assim, definições estanques e restritas, se buscamos compreendê-lo em sua totalidade.



---

### **Atende ao objetivo 1**

Identifique, a partir das situações a seguir, as atividades possivelmente presentes no espaço rural contemporâneo:

- a) Condomínio fechado de casas residenciais em lotes amplos, com área de lazer, horta e pomar de uso coletivo.
- b) Indústria de produção de queijos de cabra artesanal e com ponto de venda direto aos consumidores.
- c) Pousada de charme com serviços customizados aos turistas.
- d) Pequeno shopping center de artesanato e feira com produtos alimentícios artesanais.
- e) Escolas técnicas e faculdades voltadas ao ensino agrícola, como engenharia de alimentos, agronomia, zootecnia e veterinária.
- f) Visitação e compra de produtos hortifrutigranjeiros direto do produtor no sistema colhe-pague.

### *Resposta comentada*

Podemos perceber que todas as atividades elencadas na atividade são possivelmente presentes nos espaços rurais contemporâneos. A dinâmica extensiva do capitalismo e o transbordamento de atividades de natureza urbana nos espaços rurais acarretaram grandes transformações na dinâmica e nas configurações territoriais dos espaços rurais contemporâneos, observando uma série de atividades não rurais importantes para os moradores locais, como ensino, turismo, segunda residência, comércio e agroindústria.

## **O “novo rural” e o fenômeno da pluriatividade: o caso brasileiro**

Como você pode ter percebido, as mudanças ocorridas no campo, decorrentes do novo modelo de produção pautado pela lógica capitalista, provocaram transformações materiais e imateriais nesse espaço, caracterizando-o como um “novo rural”.

Tais transformações foram muito bem explicitadas por Rua:

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como um “novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora

dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades! (2006, p. 85-86).

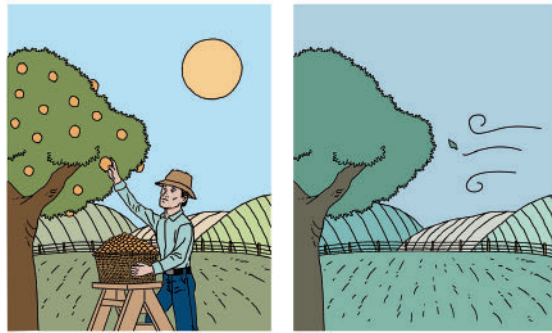
Desta forma, nos dias atuais, a área rural brasileira, na maioria das regiões, não se restringe mais apenas a atividades relacionadas à agropecuária e à agroindústria. O meio rural vem ganhando novas funções, com atividades agrícolas e não agrícolas, oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias deste setor. Agora, a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no país, como afirma Izique (2000).

A consequência social desse período de modernização da agricultura brasileira e do processo de urbanização das áreas rurais são: a expropriação de pequenos proprietários do campo, o desemprego, as migrações dessas famílias para os grandes centros urbanos, além do surgimento de novas estratégias de reprodução entre as unidades familiares de produção, como é o caso da pluriatividade (o crescimento das atividades não agrícolas entre as famílias desses locais) e do *part-time farmer*, ou seja, trabalhadores que se dedicam a atividades agrícolas numa época do ano e a outras atividades de natureza distinta (como urbana, por exemplo) no restante do ano.

O conceito de pluriatividade, segundo Sérgio Schneider, pode ser entendido como:

Uma nova conformação social onde membros das unidades familiares de produção conciliam atividades agrícolas e

não agrícolas, dada a sua fragilidade social e econômica como agricultores, às melhores condições de remuneração oferecidas pelos setores não agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Tal conformação social é um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que tiverem inseridas (2003, p. 10).



*Part-time farming* (agricultura em tempo parcial)

[...] o termo *part-time farming*, no senso comum, até muito recentemente tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a familiar ou a unidade doméstica).



Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...] Os termos *part-time farm*, *part-time farmer* e *part-time farming* têm sido utilizados de formas intercambiáveis, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que um *part-time farm* é uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações em que, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER; BRUN, 1988, p. 150).



*Pluriactivité* ou *pluriactivity* (pluriatividade)

[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural

como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a *full-time farming* seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis (FULLER; BRUN, 1988, p. 150).

Anjos (2001) nos auxilia, afirmando que a pluriatividade é uma estratégia de resistência entre as unidades familiares de produção diante das transformações ocorridas no espaço rural. Segundo este autor:

[...] tanto a agricultura a tempo parcial como sua versão atual (pluriatividade) emergem como estratégia de resistência e adaptação da agricultura familiar diante do impacto de transformações operadas tanto em seu interior como no entorno exterior em que ela se acha inserida (2001, p. 62)



José Reynaldo da Fonseca

**Figura 10.2:** Com a pluriatividade, o pequeno agricultor complementa sua renda com atividades econômicas muitas vezes exercidas por todos os membros da família. Na figura, agricultura tradicional orgânica no interior de São Paulo.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horta\\_150706\\_REFON\\_.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horta_150706_REFON_.jpg)



Eugenio Hansen

**Figura 10.3:** A Feira Ecológica da José Bonifácio (RS) é um exemplo da importância da pluriatividade para a agricultura familiar, pois os membros das colônias agrícolas trazem seus produtos *in natura* ou parcialmente processados para serem comercializados para moradores da capital gaúcha e turistas.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Feira\\_Ecol%C3%B3gica\\_da\\_Jos%C3%A9\\_Bonif%C3%A1cio,\\_Porto\\_Alegre,\\_Brasil\\_.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Feira_Ecol%C3%B3gica_da_Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio,_Porto_Alegre,_Brasil_.JPG)

Sobre as novas manifestações urbanas no espaço rural e as recentes estratégias de reprodução das unidades familiares nesses ambientes, Rua colabora da seguinte forma:

Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não agrícolas (a maioria de “caráter” urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc.), que pode levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas – área menor com mais produtividade; novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; a localização de fábricas no campo: a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio); a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratorista, turmeiro, frentista, comerciante, bancário, veterinário, piloto agrícola etc.); estabelece-se uma estratégia de não fragmentação da terra, aceita por alguns membros da família, em troca de outras vantagens (estudo, liberação para trabalhar na cidade, por exemplo). Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças à pluriatividade, as funções familiares ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações (2006, p. 86).

Rua (2006) acrescenta que a pluriatividade, ou seja, essa estratégia de sobrevivência entre as unidades familiares de produção no campo, viabilizadas graças às novas atividades que vêm surgindo nesse local, já se integra a uma série de “urbanidades no rural”.

Dentre as novas atividades encontradas no espaço rural, podemos verificar atividades relacionadas a turismo (ecoturismo, turismo rural), ao lazer (pesque-pague, *rafting*, trilhas, escaladas, etc.), comércio, serviços e indústrias que se instalam nesses lugares em busca da acumulação de capital.

Em muitas vezes, essas novas atividades têm se revelado mais lucrativas do que a produção agrícola tradicional. Muitas propriedades trocaram a agricultura por atividades turísticas ou outras atividades não agrícolas, que podem gerar alta receita para os proprietários.

As atividades não agrícolas no campo contribuem para a diminuição do êxodo rural, ou seja, pessoas que vão para as cidades em busca de melhores condições de vida. À medida que os trabalhadores rurais encontram nessas áreas empregos que complementem suas rendas além da atividade agrícola, estes permanecem em seus locais de moradia.



---

## Atende ao objetivo 2

Para fazer esta atividade, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=teET3iTZRQQ>.

Após assistir ao vídeo, elabore um texto de cinco linhas analisando a importância da pluriatividade para as famílias rurais tradicionais.

---

---

---

---

---

## *Resposta comentada*

A Associação Acolhida na Colônia de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina, promove uma forma de turismo de base comunitária por meio da hospedagem de turistas em propriedades de agricultores familiares. A interação das famílias com o turismo de base comunitária permite, além de renda complementar às famílias rurais, a valorização da cultura, dos costumes e da produção familiar de alimentos orgânicos e traz desenvolvimento e integração entre os produtores.

---

## **CONCLUSÃO**

Como apresentado, a intensificação da apropriação do espaço rural pelo sistema capitalista e pautada na racionalidade do lucro vem provocando significativas transformações nessa categoria espacial. Tais transformações se caracterizam pela inserção de um conjunto de objetos e ações de natureza urbana e novas nesses locais.

Desta forma, constatamos a emergência de uma nova conformação social familiar de produção no espaço rural, que combina atividades agrícolas e não agrícolas em função da ampliação do mercado de trabalho.

A propagação das atividades não agrícolas possibilita um aumento de renda através da inserção dos produtores familiares nessas novas funções. No entanto, alguns problemas intrínsecos ao desenvolvimento capitalista no campo passam a surgir no espaço rural.

Apesar de as atividades não agrícolas estarem ganhando cada vez mais importância entre as unidades familiares de produção, gerando mais renda e emprego para os membros do grupo doméstico, devemos nos atentar para algumas questões importantes, como a representação simbólica dessas atividades como um reflexo

da condição de subordinação e exploração aos quais estes pequenos produtores estão submetidos.

Esse fato pode ser considerado, pois, além de trabalhar na própria produção, a família atua em serviços na função de secretários, balconistas, empregados de pousadas, construção civil, entre outras ocupações, muitas vezes de baixa qualificação e remuneração.

A inserção de novas práticas diferentes das já existentes no local, além de ordem puramente técnica e econômica, deve ser de organização política em sua essência. Mostra-se necessário que se mude a organização das estruturas de poder da sociedade, sendo que o “desenvolvimento” deve estar baseado nas condições sociais, culturais e espaciais do local, de acordo com Teixeira (1998), ao afirmar que:

Esses debates atuais sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento rural enfatizam a necessidade de se incluir a participação efetiva da comunidade local nos projetos de desenvolvimento, sobretudo os segmentos dos agricultores mais atrasados, para não serem meros coadjuvantes do processo em jogo, e mais ainda, não serem alijados dos benefícios (1998, p. 165).

Nesse sentido, devem ser elaboradas políticas públicas mais eficientes e eficazes para integrar esses pequenos produtores rurais a essas novas atividades, oferecendo-lhes qualificação e apoio necessários para usufruírem de cargos de maior expressão e renda. Tais políticas públicas devem também apoiar os agricultores que preferirem continuar suas atividades agropecuárias, de modo que não sejam prejudicados com o desenvolvimento das atividades não agrícolas.

## Atividade final

---

### Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Sua região apresenta pluriatividade? Que atividades agrícolas e não agrícolas são desenvolvidas nas propriedades rurais locais? As propriedades rurais que desenvolvem pluriatividade se beneficiam das atividades não agrícolas ali desenvolvidas? Existem políticas públicas locais que incentivam a pluriatividade?

Elabore um texto crítico sobre a importância da pluriatividade no espaço rural da região onde você vive.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta comentada

Refleta sobre essas questões e, caso necessário, pesquise na internet, converse com os colegas ou mesmo visite uma propriedade rural. Após chegar a uma conclusão, elabore um texto de, no máximo, 10 linhas, expressando sua opinião sobre a pluriatividade.

---



## RESUMO

- O espaço rural contemporâneo não pode ser caracterizado apenas por atividades relacionadas à agropecuária, já que cada vez mais outras atividades tipicamente urbanas vêm sendo desenvolvidas no campo.
- As novas funções atribuídas ao meio rural, que tem como exemplos o comércio, os serviços, o turismo, as casas de segunda moradia, o lazer, entre outras, provocam alterações nas relações sociais e na paisagem do espaço agrário.
- O conceito de pluriatividade pode ser entendido como uma nova conformação social em que membros das unidades familiares de produção conciliam atividades agrícolas com não agrícolas, dada a sua fragilidade social e econômica, como agricultores, às melhores condições de remuneração oferecidas pelos setores não agrícolas.
- A propagação das atividades não agrícolas possibilita um aumento de renda através da inserção dos produtores familiares nessas novas funções. No entanto, algumas questões simbólicas e ideológicas associadas ao domínio capitalista devem ser consideradas.



# Aula 11

## Ruralidades e urbanidades

*Marcelo Antonio Sotratti*

## Meta da aula

Reconhecer as manifestações socioespaciais denominadas ruralidades e urbanidades no território e na paisagem, de forma a compreender as relações contemporâneas entre cidade e campo.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o papel das territorialidades nas dinâmicas socioespaciais dos espaços por meio dos conceitos de ruralidades e urbanidades;
2. reconhecer as intencionalidades expressas pelas ruralidades e urbanidades como formas de reconhecimento ou supremacia dos agentes socioespaciais envolvidos;
3. identificar as ruralidades presentes nos espaços urbanos e/ou espaços rurais contemporâneos e suas formas materiais e imateriais de expressão;
4. identificar as urbanidades presentes nos espaços rurais contemporâneos e suas formas materiais e imateriais de expressão.

## INTRODUÇÃO

Como discutido e analisado em aulas anteriores, você pode constatar que as novas relações entre a cidade e o campo ultrapassam as velhas dicotomias que isolavam e hierarquizavam os espaços urbanos e os espaços rurais. Com a globalização e as novas estratégias de acumulação de capital impostas pelas atividades socioeconômicas atuais, as interações e sobreposições entre cidade e campo são percebidas e vivenciadas pelos diferentes agentes que se apropriam de tais modalidades espaciais.

Essas interações são traduzidas pela existência de atividades importantes para as novas dinâmicas socioespaciais globais como o agronegócio, o turismo rural e a pluriatividade, mas observam-se também manifestações materiais e simbólicas expressas no território e nas paisagens dos espaços urbanos e rurais alheias ao normalmente identificado e observado em tais espaços.

Tais manifestações socioespaciais, resultantes de processos de interação, resistência ou pressão de agentes importantes presentes em tais espaços são identificados pela geografia agrária como ruralidades e urbanidades e apresentam destaque na análise das novas relações entre a cidade e o campo.

Identificar tais manifestações e reconhecer sua natureza e suas intencionalidades são extremamente importantes para a formação do geógrafo atual, uma vez que possibilitam uma maior compreensão dos processos verticais e horizontais que permeiam o espaço geográfico contemporâneo.

Esta análise permitirá, além da melhor compreensão e olhar crítico acerca das transformações hoje observadas no espaço, orientar ações de gestão e reconhecimento do valor econômico, social e cultural de alguns grupos sociais associados a tais manifestações.

## **As ruralidades e urbanidades como expressões socioespaciais no território e nas paisagens**

Embora o conceito de territorialidade tenha sido apresentado como estratégia de sobrevivência instintiva das espécies em determinado local, a geografia apresenta uma importante colaboração na projeção das discussões acerca do papel da territorialidade como uma forma de construção socioespacial de natureza material ou imaterial resultante da presença de grupos sociais importantes no território.

Como você deve saber, o conceito de território está associado à apropriação e à organização de grupos hegemônicos no espaço, resultando, muitas vezes, em expressões socioespaciais de dominação, demarcação e intervenção. Podemos falar, portanto, de território político, território urbano, território religioso, como alguns exemplos.

No entanto, observamos dentro de tais territórios algumas manifestações expressas por meio de ações reais ou formas materiais alheias ou complementares àquelas “impostas” por tais grupos hegemônicos. Tais expressões podem ser resultado da busca de um reconhecimento, do reforço de uma identidade, da resistência ou simplesmente um reforço da supremacia de determinado grupo social no território. Tais manifestações são reconhecidas pela geografia como territorialidades.

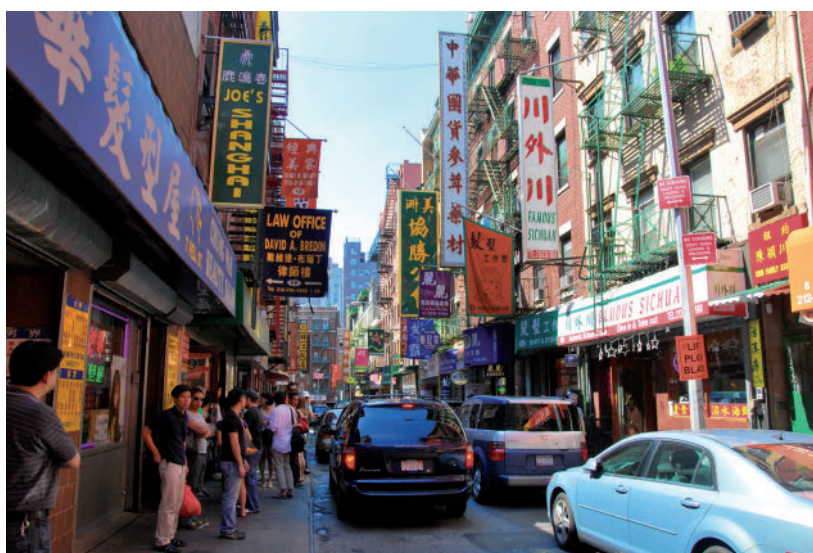
Para Edward Soja, importante geógrafo norte-americano contemporâneo, a territorialidade pode ser compreendida como

um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam (SOJA, 1971, p. 19).

Por meio desse conceito, você pode perceber que as territorialidades podem ser expressas em territórios consolidados e demarcados, cabendo aos geógrafos identificá-las e interpretá-las.

Da mesma forma, ao apresentar o conceito de territorialidade como um conjunto de relações tridimensionais (materiais e imateriais) em determinada sociedade num determinado tempo e espaço, Raffestin (1993) salienta que a territorialidade se manifesta de diferentes tipos. A territorialidade poderia se expressar de formas mais estáveis, expressas como formas materiais impressas na paisagem ou por meio de relações sociais evidentes em determinado território, ou de formas mais instáveis, efêmeras, como movimentos fluidos de determinados grupos no território.

Para exemplificar essa análise, é importante observarmos algumas imagens. As **Figuras 11.1** e **11.2** são exemplos interessantes de territorialidades presentes no território urbano de duas cidades do hemisfério norte. Analisando tais imagens, podemos claramente identificar elementos materiais e atividades econômicas diretamente associados à cultura chinesa.



Chensiyuan

**Figura 11.1:** Bairro conhecido como Chinatown, em Nova York, EUA.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinatown\\_manhattan\\_2009.JPG](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinatown_manhattan_2009.JPG)



**Figura 11.2:** Bairro conhecido como Chinatown, em Montreal, Canadá.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chinatown-gate.thumb2.jpg>

É importante salientar que a imigração chinesa (antiga e recente) nos EUA e Canadá foi muito importante para a construção de infraestrutura, para a dinamização da economia e para o fornecimento de mão de obra desses dois países. Embora esse contingente populacional tenha se adaptado à lógica capitalista americana, as diferenças culturais entre os imigrantes chineses e o povo americano contribuíram para o surgimento de bairros nitidamente marcados pela presença de relações sociais e culturais e de elementos paisagísticos diretamente associados à cultura chinesa. Conhecidos mundialmente por “Chinatown”, tais bairros são excelentes exemplos de territorialidades de natureza econômica, cultural e mesmo política desse grupo social no hegemônico território capitalista globalizado e liderado por grupos norte-americanos.

Como você pode perceber nas imagens, a territorialidade pode ser percebida por meio de relações sociais (comércio, no caso da **Figura 11.1**) ou mesmo pela implantação de elementos materiais de forte peso simbólico na paisagem (portal chinês, no caso da **Figura 11.2**). Cabe ressaltar que a presença dos “Chinatown” também nos



remete a ações de resistência e ilegalidade invisíveis, mas combatidos pela ordem política e econômica desses dois países: a máfia chinesa.

Situações semelhantes podem ser observadas nos espaços rurais. A presença de determinados traços culturais pode estar expressa por meio de atividades tradicionais ou por elementos materiais de alto valor simbólico que representam determinada cultura.

Na **Figura 11.3**, podemos identificar que a cultura agrícola de uvas para a fabricação de vinho artesanal ou consumo direto da fruta desenvolvido por grupos familiares pode ser considerado como uma territorialidade de natureza econômica e cultural que representa uma resistência ou complementaridade (dependendo do caso) ao agronegócio, que vem transformando significativamente a dinâmica socioespacial dos espaços rurais.



**Figura 11.3:** Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bento1.jpg>

Da mesma forma, o turismo rural – como observado na **Figura 11.4** – se apropria de elementos identitários da comunidade rural e urbana, como a imigração alemã para marcar uma territorialidade de natureza econômica e urbana nos espaços rurais.

A apropriação de elementos simbólicos de cunho cultural – no caso, a arquitetura tradicional da imigração alemã em Santa Catarina – dá visibilidade e estabelece uma sensação de autenticidade e tradição a esse produto turístico. Nesse caso, tais propriedades não necessariamente são geridas por grupos sociais locais, nem tampouco por famílias de descendentes de imigrantes, mas são extremamente significativas das novas relações entre campo e cidade estabelecidas pelas relações capitalistas atuais.



Luciano Guefi

**Figura 11.4:** Hotel-fazenda Mundo Antigo, localizado em Pomerode, SC.  
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/lrguefi/194446866/>

### **Topofilia**

Elo afetivo entre  
pessoa e lugar ou  
ambiente físico.

Vale ressaltar que a apropriação de identidades socioespaciais expressas nas territorialidades representa um sentimento de afetividade ou de **topofilia**, conforme Yi-fu Tuan (1980; 1983).

O senso de exclusividade espacial impresso em algumas territorialidades pode surgir quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio, o que favorece uma atitude de autossegregação coletiva. Da mesma forma, a manipulação de identidades de forte caráter

simbólico pode intensificar as interações espaciais, estabelecendo um jogo de vantagens mútuas para os grupos envolvidos.

Para a geografia agrária, tais territorialidades podem ser identificadas e analisadas por meio das ruralidades e urbanidades. Como você estudou anteriormente, o conceito de urbanidades pode ser compreendido como:

[...] todas as manifestações materiais e imateriais no rural com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos (RUA, 2007, p. 272).

O sentido inverso pode ser reconhecido como ruralidades. As ruralidades podem estar claramente presentes no urbano, mas também podemos identificar atualmente novas ruralidades dentro do próprio espaço rural. Tais territorialidades específicas são importantes testemunhos dos processos de interação e complementaridade expressos pelas novas relações cidade/campo e espacializam intencionalidades de acúmulo de capital ou de resistência e permanência de determinado grupo social presente em tais espaços.

A presença de elementos identitários de forte cunho simbólico são importantes para favorecer o consumo de bens associados aos interesses econômicos do capital ou a valorização de bens culturais tradicionais de determinados grupos como formas de resistência e sobrevivência dentro de um sistema hegemônico maior e de maior força ou simplesmente como uma forma de interação e complementaridade de tais grupos nas novas dinâmicas da globalização.

Os valores simbólicos presentes no campo, como as urbanidades, por exemplo, destacam o papel das identidades sociais na definição de territórios baseados em aspectos simbólicos. Para Moreira,

vivencia-se a incorporação de populações urbanas no espaço rural, de maneira que a dimensão territorial é destacada, já que

o território se constitui na incorporação de elementos simbólicos e materiais urbanos no espaço rural (MOREIRA, 2002, p. 69).

A apropriação de elementos simbólicos pode favorecer as intencionalidades de determinados agentes importantes na dinâmica dos espaços rurais atuais devido à sua direta associação a valores econômicos, disputas de poder, indicadores de qualidade de vida e delimitação política, por exemplo.

Para compreendermos o papel das urbanidades e ruralidades na dinâmica socioespacial contemporânea do espaço, vale analisarmos essas duas manifestações separadamente.



### **Atende aos objetivos 1 e 2**

Comente a afirmação abaixo, tomando como referência e exemplo o espaço rural.

As territorialidades, muitas vezes, se utilizam de valores identitários para se expressarem materialmente em determinado território. É o caso de bairros étnicos, como o bairro da Liberdade, em São Paulo, que reúne elementos materiais de forte apelo simbólico ligado à cultura japonesa. Tais elementos são provas materiais claras para se demonstrar a territorialidade desse grupo social naquela porção do território urbano.

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

São inúmeros os exemplos de territorialidades associadas à valorização e materialização de identidades culturais no espaço rural. Festas tradicionais ligadas à colheita de algum produto regional, como tomate, uva, figo, podem ser alguns exemplos e referências interessantes para se pensar nessa questão. Da mesma forma, a presença de objetos ligados a processos produtivos contemporâneos ou pretéritos com alto valor simbólico e histórico, como moinhos d'água, casas de pedras, antigas sedes de fazenda, podem também ser casos interessantes para essa análise e relação entre identidade cultural, patrimônio cultural e territorialidades.

---

## **Ruralidades: expressões de transformações contemporâneas nos espaços rurais**

O rural, definitivamente, não é mais palco apenas de atividades primárias e nem pode ser definido apenas por sua presença, apesar de continuarem a deter grande importância. Para Reis,

Hoje, quando falamos de rural e das transformações que ele registra estamos, em grande medida, a falar de urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção...); estamos, em grande medida, a falar de espaços da indústria; estamos, em grande medida, a falar de espaços de lazer; estamos, em grande medida, a falar de processos de produção de valores simbólicos (REIS, 2002, p. 7).

Nesse sentido, podemos observar a presença de novas ruralidades, bem como de urbanidades no espaço rural contemporâneo. As novas ruralidades podem ser compreendidas como manifestações plurais presentes nos espaços rurais. Essas territorialidades podem estar diretamente ligadas ao universo rural como também originadas no contexto urbano. Tais situações refletem as novas relações de interação e complementaridade entre campo e cidade observadas atualmente.

Locatel ressalta que a ruralidade

[...] pode ser entendida desde um ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços nos quais coexistem e se integram funções econômicas (produção agrícola, artesanato, turismo e lazer, entre outras), ambientais (preservação de recursos naturais, como água e solo, proteção da biodiversidade) e socioculturais (conservação e desenvolvimento de características socioculturais de comunidades locais) (LOCATEL, 2004, p. 12).

Tal afirmação reitera que algumas territorialidades presentes nos espaços rurais são testemunhos da diversidade funcional em que o rural se apresenta hoje. As ruralidades reiteram que os espaços rurais são espaços multifuncionais onde questões centrais, como proteção da natureza, valorização do patrimônio e da identidade cultural e dinâmica econômica globalizada, coexistem e se manifestam materialmente ou imaterialmente no mesmo território.

A presença de parques naturais nos espaços rurais são exemplos de novas ruralidades, uma vez que materializam novas intencionalidades em relação a tais espaços. A demarcação e o manejo específico de tais áreas evidenciam interesses de proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento de atividades educativas e de lazer, onde paisagens de alto valor cênico são fundamentais para a ambiência e eficácia de seus objetivos.





**Figura 11.5:** Mapa do Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A demarcação dessa unidade de conservação expressa uma territorialidade específica – ruralidade – nas áreas rurais que a envolvem. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/guia-do-visitante.html>

Da mesma forma, a ideia de ruralidade implica reconhecermos as interações mais estreitas entre o campo e a cidade. Nesse sentido, a presença de ruralidades no urbano reflete a relação de continuidade entre esses dois espaços, pois,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Observam-se hoje, nas cidades, inúmeras atividades e manifestações de naturezas híbridas diretamente ligadas ao universo rural. Muitas dessas manifestações são frutos da apropriação da indústria cultural para intensificar e expandir o consumo de bens e serviços oferecidos às populações urbanas, mas diretamente ligados ao imaginário do campo.

Moreira destaca a existência dessa relação, identificando urbanidade em espaços rurais, assim como ruralidades em espaços urbanos. Segundo ele,

Poderíamos argumentar que complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano. Olhando assim para esses componentes poder-se-ia falar de elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como de elementos de urbanidade em espaços rurais. Essa argumentação, se consistente, refuta algumas das teses que falam do fim do rural, como a industrialização e a urbanização do campo, nessa a urbanidade em todos os espaços rurais e naquela, a urbanidade industrial dos processos produtivos (MOREIRA, 2002, p. 21).

Os festivais de rodeio e as festas juninas são exemplos de ruralidades presentes nos espaços urbanos. Tais manifestações culturais originalmente associadas a celebrações tradicionais de natureza agrícola e religiosa representam um elo imaginário de boa parte da população urbana que, originalmente, vivia no campo.





**Figura 11.6:** Quadrilha em festa junina realizada nas cidades brasileiras.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:FestaJunina.jpg>

Entretanto, a indústria cultural vem se apropriando e transformando tais bens culturais de natureza imaterial em objetos de consumo, inserindo elementos nitidamente urbanos a tais celebrações. Estas transformações vêm, por sua vez, gerando debates cada vez mais intensos dentro das ciências humanas acerca dos processos de perda de identidade, autenticidade e turistificação das manifestações locais.

A Festa do Peão de Barretos, territorialidade sazonal consolidada e apropriada pelo turismo na cidade paulista de Barretos, é um exemplo claro da força das ruralidades como produto de consumo e *marketing* cultural, conforme ilustra a **Figura 11.7**. Originalmente promovida como bem cultural tradicional dos costumes e valores do campo, atualmente reúne uma série de investidores transnacionais (muitas vezes, de setores econômicos puramente industriais e urbanos), infraestrutura exclusiva, eventos musicais e espaços de comercialização que se utilizam do imaginário rural para incentivar o consumo de produtos e serviços de natureza urbana.



**Figura 11.7:** Arena de rodeio da Festa do Peão de Barretos, uma das maiores do gênero realizadas no Brasil.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Arena\\_de\\_Rodeio.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Arena_de_Rodeio.jpg)

Por outro lado, as ruralidades presentes nos espaços urbanos também podem estimular a permanência e produtividade de grupos tradicionais rurais. Os conflitos sociais e culturais evidentes nas grandes cidades globais acarretam, muitas vezes, a promoção e valorização da ideia de qualidade de vida e de salubridade da vida no campo.

Essa valorização simbólica vem estimulando o surgimento de ruralidades que estimulam a mobilidade de grupos sociais rurais no espaço urbano, favorecendo trocas econômicas e interações socioculturais de diferentes tipos. As chamadas feiras do produtor agrícola (**Figura 11.8**) consistem em bons exemplos de ruralidades que demonstram as relações de complementaridades entre o campo e a cidade e a força da agricultura familiar na dinâmica econômica contemporânea.



**Figura 11.8:** Feira de produtos agrícolas em Seattle, EUA.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia>

Cabe ressaltar, no entanto, que a ideia de vida saudável e integrada à natureza, enaltecida por tais ruralidades, mascaram ou distorcem a dura realidade do agronegócio e seus impactos socioambientais. Da mesma forma, as atividades não agrícolas no espaço rural, como o turismo, contribuem diversas vezes para a extinção ou a diminuição da produção agrícola e a exclusão dos grupos rurais tradicionais.



---

### Atende ao objetivo 3

Discuta a ruralidade que envolve a **Figura 11.9** por meio das questões apresentadas nesta aula.



**Figura 11.9:** Horta desenvolvida em área urbana de Lisboa, Portugal.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:HortaCSBras.JPG>

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

A situação de ruralidade demonstrada pela **Figura 11.9** ilustra as relações de continuidade existentes entre campo e cidade, defendidas por diversos geógrafos contemporâneos. Muitas vezes, tais ruralidades são resultantes da organização de grupos sociais urbanos que veem a produção agrícola artesanal e realizada nas proximidades de sua residência com uma forma de redução de gastos e fortalecimento do sentido de comunidade. Tal situação, várias vezes, é incentivada por organizações não governamentais que estimulam usos econômicos alternativos e solidários em áreas desocupadas da cidade.

Também é comum algumas municipalidades estimularem a produção social agrícola (hortas comunitárias ou mesmo comerciais no sistema de concessão) em espaços públicos ou áreas públicas onde sejam possíveis usos sociais.

Essas formas de ruralidades vêm desempenhando importante papel na inclusão social de grupos sociais urbanos que veem no cultivo agrícola urbano a possibilidade de renda e sobrevivência.



## **Urbanidades no espaço rural: formas de urbanização ou modernização dos espaços rurais?**

Da mesma forma que as ruralidades, podemos compreender as urbanidades como manifestações materiais ou imateriais, muitas vezes carregadas de conteúdo simbólico, no espaço rural. Essa situação evidencia claramente as novas relações de interação e complementaridade entre o campo e a cidade.

Alguns exemplos já apresentados nesta e em aulas anteriores demonstram a presença dessa territorialidade específica nas dinâmicas atuais dos espaços rurais, como o turismo rural, a presença de tecnologia ligada ao urbano e à globalização, como antenas de celulares e redes de internet, assim como a modernização de serviços infraestruturais de mobilidade, sinalização e saneamento.

Tais urbanidades acabam em trazer à tona duas linhas teóricas relevantes à geografia agrária: as urbanidades cada vez mais presentes são evidências de um processo intenso de “urbanização do campo”? Ou tais urbanidades podem ser consideradas como manifestações de novas ruralidades nos espaços rurais caracterizando um novo rural? Essas duas linhas de pensamento devem ser ponderadas igualmente quando analisamos a dinâmica contemporânea dos espaços rurais.

Defender a tese da urbanização do campo de forma ampla e irrestrita, considerando o fim completo do rural, deve ser minimizada, se levarmos em consideração que a essência da dinâmica dos espaços rurais se mantém mesmo que em plena transformação. Essa ideia reforça a continuidade entre campo e cidade, cada vez mais evidente nos dias atuais.

A chegada de infraestrutura caracterizada como urbana no campo não é suficiente para transformá-lo numa área urbana com relações socioespaciais idênticas àsquelas observadas na cidade. Esses elementos materiais tampouco exterminam a tradição rural já

existente, mesmo que a transforme, pois, como assinala Rua (2002, p. 41), a chegada de infraestrutura no campo deve ser entendida como a difusão de “urbanidades no rural”. As urbanidades “seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que tratem esses espaços formalmente como urbanos”.

Na abordagem desenvolvida por Rua (2005), observa-se que as respostas fornecidas pela corrente da urbanização plena do campo e do novo rural não respondem plenamente às questões contemporâneas observadas no rural, uma vez que as duas apresentam análises parciais da realidade e não evidenciam a complexidade que marca os espaços rurais da atualidade.

Neste sentido, o autor retoma a análise territorial e valoriza a questão da escala como de fundamental importância para trabalhos geográficos sobre o rural. Um aspecto crucial desta análise está relacionado com as áreas dotadas de número expressivo de urbanidades. Essas áreas podem ser consideradas áreas híbridas, não sendo considerado urbano nem rural, já que apresenta características dos dois ambientes, mesmo que de forma assimétrica. Para Rua,

Mesmo enfatizando as especificidades do rural, ou “novas ruralidades”, como boa parte dos autores desta segunda vertente anuncia, pensamos que a ênfase no rural não pode ser exagerada. O urbano parece-nos realmente dominante, na relação assimétrica entre urbano e rural. Assim, falar de “novas ruralidades” mostra-se pouco adequado por que as mudanças que ocorrem no espaço rural são, majoritariamente, de origem urbana, embora misturadas/hibridizadas. Parece-nos que falar de novas ruralidades obscurece a assimetria de relações entre o rural e o urbano. (RUA, 2002).

Dessa forma, percebemos que as análises das territorialidades no espaço rural, sejam em menor número, sejam por meio de múltiplas territorialidades, são de extrema importância para analisarmos as transformações ora presentes nos espaços rurais e suas relações com os espaços urbanos.



---

### Atende ao objetivo 4

Analise a questão abaixo e comente:

As relações entre as dinâmicas do rural e do urbano numa região metropolitana e num município de pequeno porte são as mesmas. Que elemento geográfico deve ser considerado nesses casos?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta comentada

É evidente que a questão da *escala* é fundamental para analisarmos esses casos. Considerando as regiões metropolitanas, podemos identificar que as relações entre o urbano e o rural podem ser mais estreitas e contínuas, gerando um número significativo de urbanidades e, assim, o aparecimento de áreas híbridas evidentes.

Essa análise não pode ser associada da mesma forma às dinâmicas entre o rural e o urbano das pequenas cidades distantes das áreas metropolitanas. As urbanidades existem, mas a urbanização irrestrita do campo, defendida por alguns autores, neste caso, deve ser relativizada por meio das territorialidades. Assim, a questão da escala e a complexidade de realidades e de relações entre o urbano e o rural devem ser consideradas.

## CONCLUSÃO

A análise das múltiplas territorialidades que ocorrem no campo pode contribuir para a análise da realidade vivida e das condições de vida da população tradicional do campo e envolvida na agricultura familiar. A grande desigualdade socioespacial encontrada no campo brasileiro é um fator relevante para reconsiderarmos as ideias de uma completa urbanização do rural, pois a generalização deste processo mascara a complexidade social, econômica, cultural e política que envolve o território brasileiro.

A utilização de escalas de análise diferenciadas é importante para melhor compreendermos as transformações observadas no campo e identificar áreas híbridas repletas de urbanidades. As múltiplas territorialidades também são importantes nessa consideração e não podemos esquecer a presença cada vez mais constante de ruralidades no espaço urbano.

Todas as análises de territorialidades observadas no campo e na cidade são reais instrumentos de análise para compreendermos as dinâmicas e transformações que hoje se apresentam nos espaços contemporâneos. Nesse sentido, uma questão ainda é central: o papel do capitalismo globalizado na velocidade e na variabilidade dessas transformações.

### *Atividade final*

---

#### **Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4**

Situação – Assentamento do Movimento Sem Terra em área rural de determinado município.

1. Para a situação da territorialidade proposta, identifique:



a) Natureza da territorialidade: cultural, econômica, política, social, religiosa, entre outras que você identificar.

---

---

---

b) Intencionalidade de grupos sociais possivelmente associados: acúmulo de capital, resistência ao sistema hegemônico, valorização da identidade cultural, entre outras que você identificar.

---

---

---

c) Formas de expressão da territorialidade: material (impressa na paisagem), produção socioespacial resultante de conflitos ou complementaridades, relações transitórias ou sazonais, expressões de forte caráter simbólico, entre outras que você identificar.

---

---

---

d) Denominação da territorialidade envolvida na situação: ruralidade, urbanidade, ou outra que você achar conveniente.

---

---

---

2. Após esse exercício de raciocínio e análise orientada, aponte uma ruralidade ou urbanidade presente em sua região e elabore um texto de, no máximo, 10 linhas com as questões discutidas na situação apresentada.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

Na situação apresentada, observamos uma territorialidade que envolve várias naturezas: política, social, cultural e econômica. Os movimentos sociais ligados ao direito de acesso à terra e sua produção possuem um caráter central de resistência ao movimento capitalista e excludente que o agronegócio e os latifúndios estabeleceram como regra hegemônica nos espaços rurais atuais. A presença dessa territorialidade reafirma a resistência e a valorização dos grupos sociais excluídos desse processo. Como se trata de uma questão central da geografia agrária, a expressão dessa territorialidade pode ser reconhecida materialmente pela própria presença de acampamentos e produção de agricultura de subsistência nas áreas invadidas como também sua presença possui um forte caráter simbólico da ideologia que envolve tal territorialidade. O embate ideológico e simbólico resulta, muitas vezes, em confrontos reais e violentos entre proprietários e os grupos de manifestantes.

Essa territorialidade pode ser compreendida como uma ruralidade resultante das transformações e das novas relações entre campo e cidade.

Pessoas excluídas e “expulsas” do campo para a cidade retornam ao campo por meio de acampamentos transitórios idealizados pelo próprio movimento. No entanto, tal denominação é discutível, uma vez que diversas benfeitorias e infraestrutura de caráter urbano são observadas em acampamentos antigos e referenciadas como modelo do movimento. Essa situação exemplifica nitidamente as tensões expressas pelas transformações atuais que o espaço rural apresenta.

---

## RESUMO

- As manifestações socioespaciais, resultantes de processos de interação, resistência ou pressão de agentes importantes presentes nos espaços rurais e urbanos são identificados pela Geografia Agrária como ruralidades e urbanidades e apresentam destaque na análise das novas relações entre a cidade e o campo.
- Observamos a presença de novas ruralidades e de urbanidades no espaço rural contemporâneo. As novas ruralidades podem ser compreendidas como manifestações plurais presentes nos espaços rurais. Essas territorialidades podem estar diretamente ligadas ao universo rural como também originadas no contexto urbano. Tais situações refletem as novas relações de interação e complementaridade entre campo e cidade observadas atualmente.
- Observam-se hoje, nas cidades, inúmeras atividades e manifestações de naturezas híbridas diretamente ligadas ao universo rural. Muitas dessas manifestações são frutos da apropriação da indústria cultural para intensificar e expandir o consumo de bens e serviços oferecidos às populações urbanas, mas estão diretamente ligadas ao imaginário do campo. São exemplos de ruralidades presentes no espaço urbano.
- As urbanidades observadas nos espaços rurais trazem à tona duas linhas teóricas relevantes à Geografia Agrária: as urbanidades, cada vez mais presentes, são evidências de um processo intenso de “urbanização do campo”? Ou tais urbanidades podem ser consideradas como manifestações de novas ruralidades nos espaços rurais, caracterizando um novo rural?
- Essas duas linhas de pensamento devem ser ponderadas igualmente quando analisamos a dinâmica contemporânea dos espaços rurais. Nesse caso, a questão da escala de análise assume extrema importância.



# Aula 12

## A estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo

*Marcelo Antonio Sotratti*

*Aline Sá*

## Metas da aula

Reconhecer a estrutura fundiária do espaço rural brasileiro e estabelecer sua relação com as relações de trabalho e produção existentes nesse espaço.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo de formação do espaço agrário capitalista e sua relação com a industrialização;
2. reconhecer o papel do processo histórico da formação dos latifúndios brasileiros, bem como sua crise;
3. identificar as causas que favoreceram o surgimento das pequenas propriedades rurais no território brasileiro;
4. identificar a estrutura fundiária do território rural brasileiro contemporâneo, sua distribuição espacial e sua relação com o trabalho na terra.

## INTRODUÇÃO

Você deve acompanhar as diversas manifestações de grupos sociais que reivindicam direito à terra e à produção agrária. Também deve pensar como é possível haver conflitos tão violentos num território extremamente vasto como o território brasileiro.

Talvez a resposta a essa pergunta esteja relacionada a um processo antigo de ocupação e exploração do espaço rural de nosso país, gerando estruturas fundiárias desiguais e concentradas nas mãos de uma elite econômica e política.

Nesse sentido, observamos extensas áreas improdutivas e, paralelamente, uma produção agrária intensa e ininterrupta concentrada em algumas regiões do país contíguas ou próximas às áreas urbanas.

Essa situação acarreta relações de trabalho complexas e contraditórias, gerando, muitas vezes, os conflitos que observamos em diversas partes do país. Conhecer o processo evolutivo de ocupação do espaço rural brasileiro, sua relação com a estrutura fundiária brasileira e as relações de trabalho associadas são fundamentais para a formação do geógrafo, que poderá auxiliar nas análises de conflitos socioespaciais ou mesmo desenvolver análises e instrumentos para a gestão do território.

### **O espaço agrário capitalista**

Conforme estudado em aulas anteriores, as relações capitalistas no espaço agrário ganharam forma com a substituição da mão de obra escrava e com o desenvolvimento das forças produtivas.

Desta maneira, valorizou-se a terra (o foco principal da crise se desloca dos escravos para o controle da terra, conseqüentemente, valorizando-a), e o Estado busca intervir na regulação do trabalho e do mercado da terra.

No caso da regulação do trabalho, tem-se, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz – o fim do tráfico negreiro – e, no mesmo ano, a Lei de Terras, em substituição à Lei das Sesmarias, que estabelece que a terra só poderia ser obtida através da compra.

Segundo Ruy Moreira, em seu livro *Formação do espaço agrário brasileiro*:

Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho (1990, p. 36).



**Figura 12.1:** *Navio negreiro*, pintura de Johann Moritz Rugendas, 1830.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Navio\\_negreiro\\_-\\_Rugendas.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg)

A combinação das duas leis – Lei Eusébio de Queiroz e Lei de Terras – vai dar suporte para o nascimento do campesinato no Brasil. Não seria difícil imaginar que, com a Lei de Terras, a classe campesina nascesse sob o controle econômico da burguesia, que



mantém o modelo agroexportador, bem como o seu domínio diante dos demais atores do campo.

Também seria muito reducionista acreditar que estaríamos diante de um cenário com apenas dois atores distintos. A forma social campesina dar-se-á de maneira diferenciada, conforme o espaço em questão. De acordo com Ruy Moreira, é possível destacar três modalidades diferentes do campesinato, quais sejam:

- o campesino que combina a condição de trabalhador assalariado e camponês (morador, colono, seringueiro);
- o familiar autônomo (como as colônias de imigrantes);
- o campesinato de “fronteira”, que desde “a economia colonial, se coloca nas áreas de linhas de frente do espaço ocupado” para a dedicação à policultura.

Ainda sob a perspectiva de Moreira, diante da capitalização da agricultura, tem-se que

o capitalismo não nasce rompendo, mas “reinventando” o poder senhorial. Mantendo-o em suas mãos, a classe dominante agroexportadora permanece hegemônica sobre a sociedade e o Estado [...], e é controlando a reprodução do trabalho desse campesinato que o capital mercantil extrai o excedente e realiza a acumulação primitiva, mediando a metamorfose burguesa da classe senhorial (1990, p. 39).

É dessa forma que o espaço agrário vai se capitalizando até meados da primeira metade do século XX; a partir dos anos 1930, há uma crise generalizada da agroexportação, que reformula a relação entre o camponês e o capital, em face da importância que a indústria vai ganhar no cenário mundial. Vê-se, então, o deslocamento da agroexportação para a indústria fabril, fazendo com que a acumulação entre em uma nova fase.

Nessa nova fase, é possível observar a fragmentação da grande propriedade diante da crise agroexportadora e, ainda, a perda e venda de terras a novos proprietários em regime de

parceria e/ou arrendamento, situações impossibilitadas pela Lei de Terras, mas inevitáveis diante da crise do sistema de exportação do latifúndio monocultor.

A industrialização exigiu, assim, uma reorganização do espaço agrário e a “liberação” do campesinato. Mas devemos atentar para o fato de que, na realidade, a agricultura financiou a industrialização, pois a monocultura se empenhou em exportar sua produção, a fim de custear a compra de maquinário e equipamentos necessários para a expansão da indústria, e a policultura reproduziu os baixos salários das fábricas e das cidades.

A monocultura foi o centro da atividade primária, ou seja, estava localizada nas regiões de solos mais férteis e, paulatinamente, se espalhou sobre os solos de boa qualidade, ocupados pela policultura. A policultura foi, assim, “expulsa” para áreas mais distantes e/ou de menor qualidade. Esse espaço monopolista da agricultura capitalizada, que expropria o campesinato, determinará tanto a capitalização do campo brasileiro como a indústria polarizada diante da agricultura, como se pode observar e ratificar no trecho destacado de Ruy Moreira:

De tanto financiar a industrialização, a agricultura se torna uma atividade industrial. Por um lado, a vinculação industrial reforça a estrutura agrária monocultora herdada do período agroexportador; por outro, provoca sua metamorfose capitalista, uma vez que, para mais se integrar à passagem do capital mercantil ao capital industrial, mais a agricultura tem que se industrializar (1990, p. 64).

Essas características são mantidas até os dias de hoje; cada caso com sua particularidade, mas numa estrutura heterogênea comum ao território agrícola brasileiro.

O que devemos relativizar é o papel mínimo pelo qual o camponês é reconhecido hoje e as diferentes formas de produção do grande e do pequeno produtor diante do processo histórico a que foram submetidos.



---

### Atende ao objetivo 1

Interprete o trecho do texto de Ruy Moreira, respondendo às questões:

De tanto financiar a industrialização, a agricultura se torna uma atividade industrial. Por um lado, a vinculação industrial reforça a estrutura agrária monocultora herdada do período agroexportador; por outro, provoca sua metamorfose capitalista, uma vez que, para mais se integrar à passagem do capital mercantil ao capital industrial, mais a agricultura tem que se industrializar (MOREIRA, 1990, p. 64).

a) Por que podemos afirmar que a agricultura financiou a industrialização no Brasil?

---

---

---

---

---

b) Como se deu o processo de industrialização da agricultura?

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

a) Podemos afirmar que a agricultura financiou a industrialização, pois a monocultura se empenhou em exportar sua produção, a fim de custear a compra de maquinário e equipamentos necessários para a expansão da indústria, e a policultura reproduziu os baixos salários das fábricas e das cidades.

b) Da mesma forma, a monocultura foi o centro da atividade primária, ou seja, estava localizada nas regiões de solos mais férteis e, paulatinamente, se espalhou sobre os solos de boa qualidade, ocupados pela policultura. Com o aumento da produção e a expansão dos seus limites, a monocultura trouxe os recursos tecnológicos da indústria para a agricultura, fortalecendo o modelo agroexportador e intensificando a expulsão dos pequenos produtores e a diminuição da policultura.

---

## A crise do sistema latifundiário

As crises do sistema latifundiário brasileiro, sob a ótica de Alberto Passos Guimarães, em *Quatro séculos de latifúndio*, podem ser divididas em três grandes momentos:

- a extinção da escravatura, efetivada com a Abolição, mas que já se mostrava instável antes de 1888;
- a superprodução cafeeira entre o final do século XIX e o início do século XX, seguida da desestabilização econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial;
- as consequências geradas pelo *crack* da bolsa de Nova York.

A primeira etapa da crise, denominada por Guimarães de “A Geração da Crise”, tem seu início logo após a proclamação da Independência e se estende até o final do século XIX. Este é o momento em que se rompe com as oligarquias dominantes e a expansão cafeeira estimula uma nova crise da classe latifundiária, agora entre os senhores de engenho e os senhores do café e, posteriormente, entre os senhores do café de São Paulo e os do Rio de Janeiro.



**Figura 12.2:** Praça central de Vassouras, RJ, em 1860, grande centro de produção de café no século XIX. A expansão cafeeira estimula uma crise da classe latifundiária entre os senhores de engenho e os senhores do café.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vassouras\\_-\\_Pra%C3%A7a\\_cerca\\_1860.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Vassouras_-_Pra%C3%A7a_cerca_1860.JPG)

O declínio da atividade escrava e a sua substituição pelo “trabalho livre” também irá endossar a pressão pela baixa do preço e, consequentemente, aumenta o quadro de crise deste primeiro período.

A segunda etapa da crise, ainda segundo Guimarães, denominou-se “A Ecloração da Crise”, que começa no início do século XX com a superprodução cafeeira. Este é um momento de transição, em que o capitalismo industrial começa a tomar forma, há um aumento da urbanização e, também, da demanda do mercado interno.

O café ganha papel central na economia brasileira diante do mundo, o que irá consolidar a hegemonia dos latifúndios cafeeiros paulistas, além de beneficiar os processos técnicos e a produtividade do trabalho. Os latifundiários passam a remunerar seus trabalhadores de forma mais livre, o que permite a maior atividade dos trabalhadores com a terra, tornando-os pequenos produtores.



**Figura 12.3:** Família de imigrantes italianos empregados nas lavouras cafeeiras paulistas de forma assalariada.  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Italiani.JPG>

A terceira etapa da crise ficou conhecida como a decomposição do sistema latifundiário, segundo Alberto Passos Guimarães, “A Aceleração”. Esta fase se inicia nos anos 1929, com o *crack* da bolsa de Nova York, e tem duas características que merecem destaque: sua configuração crônica e o crescente esgotamento da capacidade produtiva dos latifúndios.



**Figura 12.4:** Multidão em frente à bolsa de Nova Iorque em 1929. A denominada “Quinta-Feira Negra” (24 de outubro de 1929), também conhecida como “Quebra do Mercado de Ações”, de 1929, foi o crash do mercado de ações mais devastador na história dos Estados Unidos. Esta crise afetou todos os países ocidentais industrializados, inclusive o Brasil, influenciando a crise dos latifúndios.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Crowd\\_outside\\_nyse.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Crowd_outside_nyse.jpg)

Segundo Guimarães (1977), o sistema latifundiário já não consegue mais se manter por seus meios naturais e, neste momento, exige-se uma maior quantidade de recursos, subsídios e favores dos cofres públicos para garantir sua sobrevivência. A sua participação na economia nacional perde força, sua capacidade de resistir às crises periódicas diminui e sua influência nos planos políticos e ideológicos também perde força, bem como sua participação na máquina do Estado, pois

[...] na presente etapa de aceleração da crise, o sistema latifundiário brasileiro converteu-se num organismo parasitário [...] transformou-se, mais ainda, num estorvo, num obstáculo ao progresso da sociedade brasileira (1977, p. 160).

Esta última fase se destaca pela parcial ou total impossibilidade do latifúndio em desenvolver suas forças produtivas, ao contrário das duas primeiras crises. E, ainda com Guimarães, conclui-se que “[...] o sistema latifundiário foi implantado sobre alicerces excepcionalmente sólidos para poder dispor, como sua longevidade o comprova, duma capacidade de resistência quase inesgotável” (1977, p. 158).

Pode-se observar, portanto, que as duas primeiras fases da crise do sistema latifundiário promoveram a extinção de certos aspectos obsoletos do aparelho fundiário e provocou a abertura deste, proporcionando, ainda que temporariamente, a expansão de forças produtivas.

Em outras palavras, nesses momentos, é possível observar que os ganhos são superados pelas perdas (crise) e, depois, as perdas são superadas pelos ganhos (superação da crise). Na última etapa, que se mostrou crônica ou permanente, tem-se o limite atingido pelo próprio sistema, esgota-se a capacidade de expansão. No caso dos latifúndios brasileiros, o sistema produtivo entra em conflito com as demais forças econômicas em expansão e se torna uma barreira ao progresso econômico da sociedade.

Esse cenário de crise, que pode ser compreendido também de forma genérica, a contemplar outros tipos de tensão ou colapsos sistêmicos,

resulta do entrechoque dos elementos positivos contra elementos negativos [...], resulta da luta entre forças sociais contrárias, que se movem por interesses econômicos, políticos e ideológicos opostos e antagônicos (1977, p. 162).

Deve-se compreender, no entanto, que mesmo diante de um panorama de crise, de colapso sistêmico, momentos de superávit podem ser observados; é o caso da implantação do capitalismo no sistema feudal. Ainda que este sistema caminhasse para o seu fim, as ações breves de capitalismo proporcionaram grandes volumes de dinheiro. Isto pode ser ressaltado no caso da produção monocultora de exportação.

O século XX se inicia, para o latifúndio brasileiro, com a permanência da dependência financeira inglesa, mas com grandes volumes de trocas comerciais com os Estados Unidos. O café mantinha-se na liderança dos produtos voltados para a exportação; o Brasil era responsável por cerca de 75% de todo o café consumido no mundo, porém não tínhamos o controle desse mercado que, com uma maior integralidade do sistema capitalista, estava sujeito às manobras especulativas dos trustes internacionais.

Desde então, o café e outros produtos de caráter extrovertido sofriam com sucessivas crises de superprodução e consequente queda de valores. Neste sentido, o sistema latifundiário avança para sua desintegração, visto que, no plano externo, o sistema capitalista caminha para o regime monopolista e, no plano interno, desenvolve-se o capitalismo industrial. Para endossar a ideia proposta, destaca-se a fala de Alberto Passos Guimarães, ainda em *Quatro séculos de latifúndio*:

Por sua extensão e profundidade, a crise do início do presente século (século XX) (ou melhor, as crises – de decomposição



e de superprodução – que se interligavam) atingira toda a classe latifundiária, contribuindo para unificá-la em torno de medidas de salvação a serem exigidas dos Poderes Públicos (1977, p. 169).

As sucessivas fases de superprodução foram algumas vezes interrompidas, como no caso da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil foi obrigado a iniciar o seu processo de industrialização, visto que os países fornecedores de produtos industrializados estavam em guerra e, portanto, tiveram suas atenções substituídas para a fabricação de armamentos e para o abastecimento da guerra, como um todo.

Assim, o Brasil passa a se dedicar e investir no setor secundário, bem como no abastecimento do mercado interno. É preciso, contudo, compreender que este cenário foi imposto ao nosso país e, assim que a Primeira Grande Guerra termina, as atenções do mercado brasileiro se voltam novamente para o mercado externo.

Ao final dos anos 1920, mais uma crise mundial atinge diretamente a produção do setor primário brasileiro, e o volume das exportações cai consideravelmente, bem como os seus preços. Este era o início de um período de grandes dificuldades para a economia nacional.

A tentativa de salvar os latifundiários foi capitaneada pelo Governo, que se lançou aos empréstimos estrangeiros, elevando ainda mais a dívida pública brasileira. Nos primeiros anos da década de 1930, “mais de 7 milhões de sacas de café foram adquiridas pela União, começando depois as incinerações, que iriam avolumar-se até chegar ao total de 78 milhões de sacas ao cabo de alguns anos” (GUIMARÃES, 1977, p. 174). Esta foi a forma encontrada pelo Governo para salvar os latifundiários de uma crise sem precedentes.

Nota-se que os latifundiários foram beneficiados sobremaneira, enquanto a população sofria com a falta de recursos da União. Aqueles que trabalhavam para as grandes propriedades sofriam

ainda mais, pois a grande lavoura reduziu os salários de seus trabalhadores ao mínimo possível e impulsionava a inflação, direcionando para si a renda da maioria da população através desses mecanismos.

Na tentativa de mitigar os efeitos da crise, o sistema latifundiário se vê compelido a adotar métodos e processos de produção, a fim de mudar suas relações econômicas, investindo maciços capitais para que sua produção e produtividade aumentassem. Uma das características marcantes desse momento foi a incorporação, pelos latifúndios, de novas áreas, pertencentes aos pequenos produtores, aumentando extensivamente sua produção; enquanto outra parte da grande lavoura se desfaz de suas terras e/ou trocam a atividade agricultora pela pecuária. Dessa forma, desenvolve-se uma nova categoria: a burguesia rural.

## **A formação da pequena propriedade**

Por aproximadamente 400 anos, o latifúndio colonial e feudal no Brasil, mais particularmente com o sistema escravista, impediu de inúmeras formas que a população menos favorecida tivesse acesso à terra de forma permanente.

Aqueles que conseguiam um pouco mais de estabilidade, mais cedo ou mais tarde, eram expulsos pela expansão da cultura ou das criações dos senhores. Quando a permissão de se manter na terra era concedida, o objetivo valia para que os senhores tivessem reserva de mão de obra, mantendo-as sempre subjugadas.

Pode-se afirmar, portanto, que se tem aí o aparecimento da pequena propriedade no Brasil, bem como a introdução de imigrantes europeus nas regiões meridionais, ainda no primeiro quartel do século XIX. Mas não deve ser desconsiderado o período gestacional desta categoria, que vem tomando forma ainda no século XVIII; o exemplo mais característico são os “agregados”: trabalhadores livres, porém miseráveis, que se incorporaram aos engenhos de açúcar.

Os agregados tinham como principais produções a cachaça – nas engenhocas (processo de fabricação mais fácil que o de açúcar) – e a farinha (para o próprio consumo e o de sua família). No início do século XVIII, foram impostas punições para os senhores que fabricassem aguardente. A proibição, no entanto, não feria os senhores que se ocupavam com a produção do açúcar, mas reduzia a produção de farinha dos agregados e lhes permitia plantar a cana de açúcar apenas para abastecer o engenho dos grandes senhores. Desta forma, a maior parte das engenhocas foi extinta. Alberto Passos Guimarães, diante da explanação de Rocha Pombo, em *História do Brasil*, explica como se deu esse processo:

Abolidas agora as engenhocas, e impedidos de cuidar de mais de uma cultura, que recurso restava aos lavradores nas terras onde a cana fosse a lavoura mais compensativa? Não havia outro, senão vender as roças aos fabricantes de açúcar. Dava-se então o que era fácil prever: os donos de engenho combinavam-se para fixar o preço da matéria-prima; e bem pode imaginar-se o que fariam. [...] O resultado não podia falhar: pouco a pouco, para ir subsistindo, os lavradores tiveram que ficar em alcance com o patrão. Por fim, não tiveram mais forças para resistir aos arrastamentos daquela miséria: endividados com os grandes senhores, tiveram os pequenos sesmeiros de vender-lhes o resto de terras que lhes haviam deixado; e por muito ditosos ainda se davam os que podiam ficar vivendo nos mesmos como rendeiros. Os que não mereciam essa confiança de “tomar terras de renda” (pois para isso decerto que não era preciso ser um fazendeiro abastado, mas era necessário que não fosse, ao menos, pobre até a miséria) consolavam-se de ficar como agregados, sob a “proteção” do senhor. Havia-se completado o processo, e estava feita a evolução do sistema (1977, p. 107).

Karl Marx, em *O capital*, define duas espécies de propriedade privada: a que se baseia no trabalho do próprio produtor e a outra, onde se explora o trabalho alheio. No caso brasileiro, não podemos

tomar essas classes de forma oposta, visto que primeiramente surge a grande propriedade, e a pequena propriedade vai tomar forma (mais consolidada) com a decomposição do sistema latifundiário, ao contrário dos nossos colonizadores, que assistiram à formação da pequena propriedade para, então, formar-se a grande propriedade.

Para que o sistema dos latifúndios tivesse êxito, tinha-se em mente que as terras virgens deviam ser postas à venda a preços altos, inalcançáveis para a população pobre, pois caso isso acontecesse, as classes menos favorecidas teriam mais chances de se transformar em produtores independentes, ao invés de trabalhar para os grandes proprietários de terra. Desta forma, denominada por Guimarães de “Colonização Sistemática”, asseguravam-se reservas de braços para o trabalho no latifúndio.

A estratégia para burlar o monopólio da terra foi a posse. Intrusos e posseiros deram início à pequena propriedade camponesa que, a princípio, eram invasões a terras de ninguém ou nos intervalos entre as sesmarias, sesmarias abandonadas (ou não cultivadas) e as terras devolutas. Esses processos, muitas vezes, custavam a vida dos camponeses, mas, ao mesmo tempo, foi o que rompeu com o monopólio colonial – feudal – da terra.

Ainda com Guimarães, tem-se o entendimento do crescimento da pequena propriedade diante do declínio da mineração e da necessidade de se abastecer o mercado interno, a ver:

À grande massa de população desocupada, acrescida no correr de muitos anos e engrossada com os reforços provinciais do declínio da mineração, não restava outra alternativa senão a de forçar as portas do sistema latifundiário. Este já não pôde resistir às invasões que em ondas sucessivas iriam alastrar-se nos núcleos principais, dentro das fronteiras econômicas distendidas para o centro-sul do território pelo surto minerador. Desafiando o poder das oligarquias agrárias, multiplicavam-se as posses e, com elas, ganhava largas dimensões e consistência a nova classe dos pequenos cultivadores de terra (1977, p. 118).

As invasões pelos intrusos ou posseiros se tornaram mais fortes e frequentes, obrigando os senhores a reconhecer a posse como forma legítima de ocupação. O ciclo da mineração e a constituição do mercado interno, que demandou a produção de gêneros alimentícios (subsistência), proporcionou grande impulso à pequena propriedade, visto que os latifúndios não eram capazes de atender à demanda.

Durante as décadas de 1820 e 1840, houve sucessivas quedas dos preços do café, açúcar e algodão, fazendo com que seus senhores e fazendeiros perdessem força política diante da crise econômica. Observou-se a separação entre as classes dominantes da metrópole e da colônia, bem como a hegemonia econômica e política que passa das mãos dos senhores de engenho para os fazendeiros de café. Conclui-se, prematuramente, que diante de tal crise e das mudanças das relações no cenário internacional, há uma fragmentação das classes dirigentes.

Assim sendo, a crise dos latifúndios (café, açúcar e algodão) e de seus senhores/fazendeiros proporciona facilidades às pequenas propriedades que, neste momento, passam a se legitimar; desta vez, com a lei a seu favor, ao contrário do que era observado anteriormente às crises.

É a partir desses acontecimentos que pode ser observado o estímulo à migração estrangeira. Com isso, grande parte dos senhores rurais conseguiriam mão de obra para suas lavouras, “principalmente para a avançada dos cafezais, e não a distribuição da terra entre os pequenos cultivadores” (GUIMARÃES, 1977, p. 126).

O aumento do número de pequenas propriedades, aliado ao surto migratório, na periferia da grande propriedade, traz enormes vantagens para a “política de braços livres” planejada pelos fazendeiros de café.

A partir da segunda metade do século passado [leia-se século XIX], numerosas leis provinciais cuidam da distribuição de terras a imigrantes estrangeiros, desenvolvendo-se, cada vez mais, a despeito do fortalecimento do Poder Central, as iniciativas das Províncias no sentido de disseminar a fundação de “lotes coloniais” (GUIMARÃES, 1977, p. 130-131).



### Atende aos objetivos 2 e 3

Relacione os fatos históricos com as fases da crise latifundiária apresentada por Guimarães (1977):

I. Fase da Geração da Crise

II. Fase da Eclosão da Crise

III. Fase da Aceleração da Crise

- a) (    ) superprodução cafeeira;
- b) (    ) rompimento com as oligarquias dominantes;
- c) (    ) *crack* da bolsa de Nova York;
- d) (    ) embates da classe latifundiária, ou seja, entre os senhores de engenho e os senhores do café;
- e) (    ) a participação do latifúndio na economia nacional perde força, sua capacidade de resistir às crises periódicas diminui e sua influência nos planos políticos e ideológicos também perde força, bem como sua participação na máquina do Estado;
- f) (    ) imigrantes estrangeiros empregados nas lavouras cafeeiras paulistas de forma assalariada.

### Resposta comentada

a) II, b) I, c) III, d) I, e) III, f) II.

Observa-se, de forma geral, a dependência do Brasil agrícola de estrutura latifundiária com o mercado externo, e o modelo agroexportador foi crucial para a crise do latifúndio.

## **A estrutura fundiária do território brasileiro e as relações de trabalho no campo**

Na agricultura e na pecuária, o principal meio de produção no campo é a terra. Não é possível analisarmos a configuração socioespacial de um país ou de uma região sem falar da estrutura fundiária, isto é, da propriedade sobre a terra.

A estrutura fundiária é a forma como o recurso terra se divide em propriedades, de acordo com todo o processo histórico e também com as leis da propriedade estabelecidas pelo Estado. Esse processo é bastante diversificado e complexo, podendo dar origem a problemas sociais importantes. Um deles tem a ver com a concentração de terras na posse de um número limitado de proprietários, que tem dado origem a conflitos sociais ao longo da História em várias regiões.

Em face do processo socioespacial que caracterizou a formação e a estrutura fundiária do território brasileiro, identificamos hoje uma estrutura fundiária extremamente desigual e concentrada, ainda baseada nos modelos do período colonial e imperial.

Mesmo com o fim da escravidão e a proclamação da República, os grandes latifundiários mantiveram grande poder político, o que impediu os avanços de qualquer discussão sobre a distribuição de terras. É somente nos anos 1950 e 1960, em meio ao processo de modernização do Brasil nas cidades e nos campos, que a discussão sobre a reforma agrária ganha força a partir das reivindicações das ligas camponesas, nascidas no Nordeste. As ligas camponesas pediam reforma agrária “na lei ou na marra”, mas sucumbiram diante da repressão do regime militar.

Os militares aprovaram o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964). Através dele, foi criado o conceito de “Módulo Rural”, baseado na noção de “propriedade familiar”, definida como unidade de medida, expressa em hectare, que busca

refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel rural, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. Todos teriam direito à terra, mas, na prática, a reforma agrária não avançou.

Em 1979, a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro daquele ano, altera o Estatuto da Terra, determinando que a cobrança de impostos seja feita com base no número de módulos fiscais de cada propriedade. E define que o tamanho dos módulos fiscais é determinado por cada município, em função do tipo de exploração predominante; da renda obtida na exploração predominante; de outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e no conceito de propriedade familiar.

Esse conceito de módulo fiscal é importante, pois, com a Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ele tornou-se referência para a classificação das propriedades rurais em quatro tipos, dependendo da extensão em módulo fiscal (**hectare, ha**), quais sejam:

### **Hectare, ha**

Representado pelo símbolo ha, é uma unidade de medida de área equivalente a 100 ares ou a 10.000 metros quadrados.

1. minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal (Decreto n. 55.891, de 31 de março de 1965, em seu art. 13, I, c/c o art. 6º, II);

2. pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;

3. média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e 15 módulos fiscais;

4. grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

A partir dessa classificação e, de acordo com as formas de produção existentes, podemos estabelecer no Brasil as seguintes categorias de propriedades rurais.

- Minifúndio: são pequenas propriedades rurais responsáveis pela produção de cerca de 70% de todo alimento consumido no país, com utilização, em geral, de mão de obra familiar.



- Latifúndio por dimensão: corresponde a grandes propriedades rurais, com atividade vinculada à agroindústria; seus produtos geralmente são destinados ao mercado externo.
- Latifúndio por exploração: esse tipo de propriedade tem como característica a improdutividade, pois o proprietário adquire terras com o intuito de desenvolver especulação imobiliária; dessa forma, não há nenhuma intenção de cultivá-las, produzir empregos, impostos e colaborar com o crescimento econômico do país.
- Empresa rural: propriedade de porte médio e grande, que produz matéria-prima (laranja, soja, cana-de-açúcar, leite, carne, entre outros) destinada para as agroindústrias.

Em face da grande concentração de terras nas mãos de uma pequena classe hegemônica e da forte presença de latifúndios de exploração, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 – tem como missão prioritária realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e os biomas de cada região do país e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de 8 mil assentamentos existentes no país.

Para cumprir seus objetivos, o Incra mantém um cadastro das propriedades rurais segundo sua dimensão. Na **Figura 12.5**, podemos analisar a distribuição dos municípios brasileiros segundo a quantidade de módulos fiscais.

O R D E M	MÓDULO FISCAL (ha)	BRASIL	REGIAO NORTE							REGIAO NORDESTE								REGIAO SUDESTE				REGIAO SUL				REGIAO CENTRO-OESTE													
			T O T A L	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	T O T A L	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	T O T A L	MG	ES	RJ	SP	T O T A L	PR	SC	RS	T O T A L	MS	MT	GO	DF					
1	5	37	1					1		5				1		1				2	28	1	2	25	2	1		1	1										
2	7	81	4					4		24				1	1	9	1	1	11		38	23	1	19	14	13	1	1	12					2					
3	10	91	1							23				2	1	14					63			19	44	4	1	1	3					0					
4	12	177	0			1				15				2	7			6			74	4	9	61	88	21	49	18	0					0					
5	14	141	0							43						1	41			1	52			12	40	46	13	21	12	0				0					
6	15	17	0							16	1	1	6					7	1	0										1				1					
7	16	276	0							46					12	3	28			108		5	9	94	118	58	19	41	4					4					
8	18	388	0							9					2		2		5	53		19	3	31	326	132	94	100	0					0					
9	20	815	0							95			5	15	3	23			4	237	110	33	2	92	447	114	100	233	36					36					
10	22	150	0							5						5				96	21	2	3	70	32	18	1	13	17					17					
11	24	178	0							2					1	1				124	82	4	1	37	45	37	8		7					7					
12	25	27	0							4					4					2					2	21			0					0					
13	26	102	0							11			5			6				86	59	1	7	19										5					
14	28	78	0							5			3			1	1			57	48		6	3	14			14	2					2					
15	30	560	0							150	5	12		19	29	3	8	12	62	347	246	5	5	91	4	4								59	12	1	46		
16	35	309	0							177			6	39	20	24	19	13	56	71	39		12	20	23			23						38	14	24			
17	40	216	0							87			21	6	17	26			11	6	86	82			4	5			5						34	15	19		
18	45	76	0							42			24	13					2																	0			
19	50	194	11						8	114	4		39	24	4					42	46	45	1												23	5	18		
20	55	260	45							214	41	29	43	22	63	13				3																1			
21	60	288	52	52						165	43	21	3	12	44					2	36	25	22	3											46	6	22	18	
22	65	248	6							172	1		4	6						146	70	70														0			
23	70	376	58			3				287	70	143	7	7		10	26	17	7	5	5															26	4	2	20
24	75	108	39							69	52	17								0																0			
25	80	232	167				22	8		6										0																59	1	56	2
26	90	31	0							6										0																25	5	20	
27	100	105	65			19	39	7		0										0																40		40	
28	110	2	0							0										0																2	2	2	
TOTAL		5563	449	52	22	62	15	143	16	139	1792	217	223	184	167	223	184	102	75	417	1668	853	78	92	845	1188	399	293	496	466	78	141	246	1					

Fonte: INCRA/DFC

**Figura 12.5:** Distribuição dos municípios segundo as dimensões do módulo fiscal, elaborado pelo Incra, em 2005.

Fonte: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/file/115-distribuicao-dos-municipios-segundo-as-dimensoes-do-modulo-f>

As relações produtivas agrícolas não se baseiam apenas nas técnicas, formas de cultivo e estrutura fundiária, mas também nas relações estabelecidas entre produtor/empresa rural e trabalhador. As relações de trabalho no campo mais conhecidas são as seguintes:

A relação *assalariada* é baseada na troca entre força de trabalho e remuneração (ou salário), em bases mensais. O trabalhador executa as tarefas designadas e recebe seu salário. No Brasil, devem ser respeitadas as regras trabalhistas rurais, historicamente representadas no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado na gestão de João Goulart no ano de 1963.

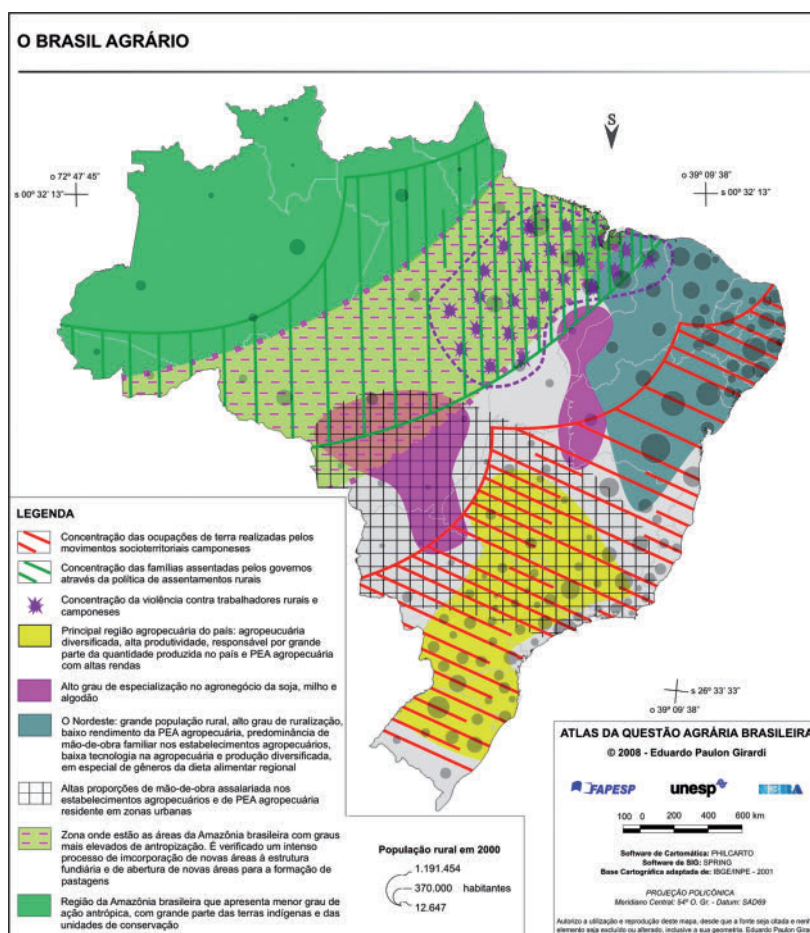
A relação de *parceria* apresenta múltiplas faces. Em regra, o trabalhador estabelece uma parceria, na qual a força de trabalho é “trocada” por parte da produção ou do lucro. A relação mais comum é a do “meieiro”, em que o trabalhador fica com a metade da produção e o proprietário da terra com a outra; seria uma relação “meio a meio”; por isso, “meieiros”.

A relação de *arrendamento* é bem simples. O trabalhador paga um valor fixo por um período estipulado. Funciona como um “aluguel” da terra, mas o pagamento apresenta algumas possibilidades, como produção e trabalho.

A relação *temporária* é uma das mais comuns. O trabalhador é “contratado” apenas por um dia para realizar o trabalho, receber um valor acertado e ser dispensado. Não há vínculos trabalhistas. O trabalhador mais conhecido dessa relação temporária é o “boia-fria”, que se desloca, diariamente, de sua área de residência para o local do trabalho, alimenta-se no local (come sua “boia fria” ou comida fria) e retorna para casa no final do dia, sem vínculos.

A relação de *escravidão por dívida* é ilegal e abusiva ao extremo, mas infelizmente ainda presente no campo brasileiro. Normalmente, os trabalhadores dormem e se alimentam em um depósito e ficam endividados com o proprietário. No final do período de trabalho, o trabalhador não pode ir embora, pois o proprietário cobra por sua comida e seu abrigo e diz que o valor é superior ao seu “salário”, e ele deve trabalhar para pagar. Mas o trabalhador nunca consegue quitar a sua dívida e se torna uma espécie de escravo.

A estrutura fundiária brasileira e as formas de trabalho no campo no território brasileiro se apresentam de forma bastante complexa e diversificada. Na tentativa de analisar a situação agrária brasileira, o geógrafo da Unesp Eduardo Paulon Girardi elaborou o mapa sintético apresentado na **Figura 12.6**.



**Figura 12.6:** Situação socioespacial do espaço rural brasileiro. Mapa sintético elaborado por Girardi (2009).

Fonte: <http://confins.revues.org/5631>



Para melhor visualização do mapa “O Brasil Agrário”, elaborado por Eduardo Paulo Girardi, acessar o link: <http://confins.revues.org/docannexe/image/5631/img-3.jpg>.

Ao analisarmos o resultado da questão agrária apresentado na **Figura 12.6**, observamos algumas situações contraditórias que devem ser ressaltadas. A concentração de áreas ocupadas por movimentos sociais não corresponde às áreas de assentamento realizadas pelas políticas públicas, demonstrando divergências de interesses. Nessas áreas, também se observam altos índices de violência contra trabalhadores rurais e camponeses.

Essa consideração demonstra a ineficácia governamental em criar condições dignas e pacíficas de inserção e manutenção do homem do campo, que possibilitem a esse grupo social condições produtivas e acesso às regiões mais produtivas do país.



---

#### Atende ao objetivo 4

Baseado nos resultados apresentados pelo Incra, presentes na **Figura 12.5**, responda:

a) Estados com maior concentração de municípios compostos de grandes propriedades.

---

b) Estados com maior número de municípios compostos de pequenas propriedades.

---

c) Estados com maior concentração de municípios compostos de médias propriedades.

---

d) Situação socioespacial geral da estrutura fundiária brasileira.

---

## *Resposta comentada*

Os estados da Paraíba, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais são os que aparecem com um número maior de municípios compostos de pequenas propriedades. Em compensação, Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Paraíba, Minas Gerais e todos os estados da região Centro-oeste lideram a proporção de municípios compostos de grandes propriedades.

No estado de Mato Grosso, por exemplo, 40 municípios apresentam módulo fiscal de 100 ha. Esse resultado demonstra a concentração de grandes propriedades na porção norte e central do Brasil. Na região Nordeste, constata-se as grandes disparidades fundiárias: grandes propriedades disputam espaço com pequenas propriedades. Na maior região produtora do país (e a mais rica), a região Centro-sul, observa-se a grande presença de médias propriedades.

---

## **CONCLUSÃO**

O processo de redemocratização foi importante para a retomada das lutas camponesas por reforma agrária. Sendo assim, em 1984, muitos camponeses reuniram-se em Cascavel, no Paraná, onde organizaram a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Desde então, esse tem sido o principal movimento social em luta por reforma agrária no Brasil. De inspiração marxista e cristã-progressista, o MST nasce com o apoio da Pastoral da Terra.

Não obstante os muitos avanços legais e institucionais que concorrem para uma estrutura fundiária mais justa e menos concentrada, os conflitos no campo seguem intensos e marcados por alto nível de violência. Diversos atores sociais, entre os quais os latifundiários, posseiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros, extrativistas, indígenas e quilombolas, seguem protagonizando disputas mortais pelo controle da terra.

Desde o início da política de assentamentos da reforma agrária, mais de 1 milhão e 200 mil famílias já foram assentadas.

Contudo, a terra não é suficiente para que a manutenção do homem no campo se efetive.

As famílias necessitam de acompanhamento constante e de assistência técnica, comercial e financeira para que sua produção possa viabilizar aquilo que o Incra preconiza como sua função primordial: o desenvolvimento de um campo com justiça social, produção de alimentos, trabalho, renda, cidadania e sustentabilidade econômica e ambiental. O desafio ainda é grande, e os trabalhadores continuam ativos nos movimentos sociais e nas ocupações de espaços rurais privados ou públicos.

## *Atividade final*

---

### **Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4**

Por meio da análise e do cruzamento da tabela do Incra sobre a distribuição dos municípios brasileiros, segundo o tamanho das propriedades (**Figura 12.5**) e o mapa sintético da questão agrária elaborado por Girardi (2009) (**Figura 12.6**), apresentados anteriormente, interprete a situação do espaço rural associado ao estado da Federação em que você vive.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta comentada

A questão agrária brasileira é bastante diversificada e complexa. Ao cruzarmos as duas figuras propostas, podemos constatar as desigualdades socioespaciais presentes no território brasileiro, mais especificamente, o de natureza rural.

Tomando como exemplo o estado do Rio de Janeiro, podemos concluir que:

O estado do Rio de Janeiro não assume importância e representatividade no panorama agropecuário brasileiro. Observamos populações rurais medianas localizadas nas imediações da Região Metropolitana, na Serra Fluminense, no Vale do Paraíba e no norte do estado. Observa-se também, pela **Figura 12.6**, que o estado fluminense apresenta alto índice de mão de obra assalariada nas propriedades rurais, estas residindo, muitas vezes, em áreas urbanas. Na maior parte dos municípios fluminenses, observam-se pequenas e médias propriedades com grandes propriedades concentradas num pequeno número de municípios. Observa-se também que as grandes propriedades fluminenses possuem um limite de 35 módulos fiscais; resultado baixo, se considerarmos os limites das regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste do país.

---

## RESUMO

- A monocultura se empenhou em exportar sua produção, a fim de custear a compra de maquinário e equipamentos necessários para a expansão da indústria, e a policultura reproduziu os baixos salários das fábricas e das cidades.
- As crises do sistema latifundiário brasileiro, sob a ótica de Alberto Passos Guimarães, podem ser divididas em três grandes momentos: a extinção da escravatura, efetivada com a Abolição, mas que já se mostrava instável antes de 1888; a superprodução cafeeira entre o final do século XIX e início do século XX, seguida da desestabilização econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial e as consequências geradas pelo *crack* da bolsa de Nova York.



- A estrutura fundiária é a forma como o recurso terra se divide em propriedades, de acordo com todo o processo histórico da área analisada e também com as leis da propriedade ditadas pelo Estado.
- A estrutura fundiária brasileira é composta por: *minifúndio*: imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal (ha); *pequena propriedade*: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (ha); *média propriedade*: imóvel rural de área compreendida entre quatro e 15 módulos fiscais (ha); *grande propriedade*: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais (ha).
- As relações de trabalho no campo mais conhecidas são: a relação assalariada, a relação de parceria, a relação de arrendamento, a relação *temporária* e a relação de *escravidão por dívida*.



# Aula 13

## A propriedade e a renda da terra

*Marcelo Antonio Sotratti*

## Meta da aula

Compreender o processo capitalista de concentração e monopólio produtivo e seus efeitos na renda da terra e suas consequências socioespaciais para os diversos agentes atuantes no espaço rural.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar a apropriação privada da terra e o avanço do capitalismo no campo com o processo de concentração das propriedades rurais;
2. relacionar o processo de concentração fundiária com a mercantilização da terra e suas consequências socioespaciais;
3. apresentar a análise marxista de renda da terra;
4. identificar diversas tipologias de renda da terra compreendidas pela análise marxista.

## INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a Revolução Verde e o agronegócio, podemos perceber um claro discurso de exaltação do desenvolvimento do campo por meio da tecnologia e da modernização da agricultura. Embora possamos constatar a evolução do espaço rural e sua interação com outras categorias espaciais, como o espaço urbano, é fundamental termos uma visão crítica sobre a importância desses processos produtivos para a manutenção e reprodução do sistema capitalista.

A expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro implica naturalmente a monopolização e a territorialização da terra pelo capital, ou seja, podemos afirmar que ocorre uma subordinação e sujeição de processos produtivos diversos existentes no campo (inclusive os pequenos produtores) ao capital por meio da dependência que se cria em função dos maquinários e insumos que o agronegócio impõe como necessidade mercadológica atualmente.

O avanço do agronegócio e da modernização amplia a dimensão produtiva do espaço rural para outros setores, como a indústria e a própria urbanização, e essa questão acarreta uma forte concentração de terras nas mãos de uma pequena elite detentora de capital e poderes políticos.

O pequeno produtor, por sua vez, se vê obrigado a se submeter às altas taxas de crédito comercial e aos preços altos dos insumos e maquinários; caso não consiga manter sua produção, realidades duras (como sua migração para as cidades e sua transformação de produtor autônomo em assalariado ou trabalhador temporário) confirmam a relação de subordinação da terra ao capital.

Nesse sentido, a presente aula tem como objetivo central discutir a questão da propriedade e da renda da terra por meio da análise da influência do capital no campo, suas contradições e a concentração de terras voltadas ao mercado, produzindo espaços e territórios de conflitos e exclusão socioespacial concomitantes

a extensas áreas produtivas hegemônicas e pequenos produtores subjugados à lógica do agronegócio.

## **A propriedade da terra e os interesses do capital**

Com a Lei de Terras, de 1850, é importante refletirmos sobre os conflitos e as desigualdades socioespaciais decorrentes da estrutura fundiária concentrada e gerada pelo monopólio da apropriação privada da terra. Esta relevante questão agrária demonstra o avanço do capital no campo, que subtrai a renda capitalizada da terra pelo monopólio da produção de bens a serem exportados.

A apropriação do capital no campo vem acarretando graves contradições e conflitos na dinâmica espacial do espaço rural, tais como a transformação da terra em negócio, a limitação produtiva em monoculturas voltadas à exportação e, sobretudo, a subordinação da produção camponesa aos interesses do capital, resultando, muitas vezes, em sua expulsão e migração para as cidades.

A relação estreita entre o agronegócio e a concentração de terras nas mãos de um grupo social detentor de poder político e econômico também acentua o abismo social entre os atores da dinâmica espacial do espaço rural, gerando os conflitos violentos entre os proprietários de terra e os camponeses, bem como a intensificação dos movimentos sociais pró-reforma agrária.

A categoria de análise geográfica territorial nos ajuda a compreender os fenômenos de repressão política e econômica, da expansão e mercantilização de terras para o agronegócio, e a resistência de grupos sociais à apropriação orquestrada pelo capitalismo por meio dos movimentos sociais.



**Figura 13.1:** Altas taxas de crédito comercial, preços altos dos insumos e maquinários e intensa pressão dos grandes proprietários rurais são elementos que levam à subordinação do homem do campo aos interesses do capital.

*O estudo do território nos permite compreender as relações de poder, as ideologias espaciais, as urbanidades, as novas ruralidades e o destaque do papel político e econômico do camponês, por sua força de resistência e por garantir o direito de destinar o território para suas formas tradicionais de produção.*

A expulsão e o aproveitamento da mão de obra camponesa do campo em outros setores da economia são resultantes da privatização e da fragmentação da terra, segundo os interesses e as estratégias do mercado fundiário e agroexportador. Segundo Marx,

Pela natureza móvel que a terra aqui assume enquanto mera mercadoria crescem as mudanças de posse, de tal modo que, a cada nova geração, com cada partilha, a terra, do ponto de vista camponês, entra de novo como investimento de capital, isto é, que se torna terra comprada por ele (MARX, 1986, p. 262).

O capital e as possibilidades lucrativas do agronegócio acarretam uma forte concorrência entre os próprios latifundiários que veem na expansão de suas terras a possibilidade de aumentar sua produção e renda. Nesse sentido, a terra se transforma também numa mercadoria cara e lucrativa para o mercado fundiário.

A mercantilização da terra e o domínio do capital no campo podem levar à concentração e ao monopólio das grandes propriedades. O que se percebe nessa situação é um processo de aglutinamento das pequenas propriedades privadas e daquelas próximas às grandes propriedades. O isolamento espacial e econômico de algumas pequenas propriedades que tentam resistir a esse processo resultam, muitas vezes, no enfraquecimento e na dificuldade de produção e comercialização de seus produtos, tornando-se inviáveis perante a forte concorrência do mercado capitalista.

Nesse contexto, constata-se a concentração fundiária, o empobrecimento dos produtores camponeses e sua expulsão da terra. Nesse sentido, Marx salienta a seguinte situação:

Exatamente nessa forma, em que o preço do solo entra para o camponês como um elemento nos custos efetivos de produção, à medida que, com o posterior desenvolvimento, no caso de trocas constantes de dono, seja de toda a propriedade, seja de suas partes integrantes, o solo é comprado pelo próprio lavrador, em grande parte mediante empréstimos de dinheiro contra hipoteca [...] (MARX, 1986, p. 260).

Constata-se, dessa forma, que a concentração fundiária, aliada ao processo de ociosidade decorrente da dinâmica do mercado fundiário e da mercantilização da terra tem afetado as condições materiais mínimas de subsistência e de reprodução produtiva camponesa, tornando os trabalhadores da terra ainda mais subordinados à lógica do capital.





## Atende aos objetivos 1 e 2

Analise a **Figura 13.2**, observando:

- As regiões brasileiras onde houve um maior crescimento do preço da terra no período em destaque;
- Relacione esse resultado com a territorialização produtiva dessas regiões, ou seja, áreas de grandes latifúndios, áreas de agroindústria ou áreas de pequenos e médios produtores.

<i><b>Brasil/Estados</b></i>	<i><b>(% ao ano)</b></i>
Brasil	10,16
Goiás	8,00
Mato Grosso	15,66
Goiás	8,09
Rondônia	9,71
Minas Gerais	12,51
Paraná	10,50
Rio Grande do Sul	8,96
Santa Catarina	14,51
São Paulo	9,52
Tocantins	12,84

**Figura 13.2:** Valorização das terras de lavouras nos anos de 2000 a 2006 em alguns estados brasileiros.

Fonte: GASQUES, 2008; BASTOS; ALDES, 2008.

Após esse breve estudo, elabore um texto analítico que indique sua conclusão sobre a propriedade da terra e sua mercantilização.

---



---



---

### *Resposta comentada*

A figura em questão apresenta alguns resultados interessantes. Alguns estados apresentaram taxas de preço de suas terras superiores à média brasileira, indicando um possível processo de especulação. É o caso de Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina e Tocantins. Se relacionarmos rapidamente esse resultado com a estrutura fundiária existente nesses estados, constatamos que latifúndios voltados à exportação, como MT e TO, bem como médias e grandes propriedades voltadas à agroindústria (MG e SC), são os que apresentam uma maior valorização e mercantilização da terra.

## **Capitalismo e renda da terra**

A expansão do capital, tanto na cidade como no campo, leva, segundo Martins, “a tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria” (1983, p.152).

Como você sabe, após o final do século XIX e, sobretudo, no século XX, o capitalismo monopolista e concentrador acarretou um processo de sujeição da terra camponesa ao capital, transformando a renda da terra em renda capitalizada. A sujeição dos camponeses às “regras” do capital é extraída por meio dos seus produtos e de seu trabalho familiar, deixando-o com a posse da terra.

Neste caso, observa-se que o capital se apropria da terra sem haver necessidade de deter a posse desta, ou seja, a produção do capital não é realizada por uma via estritamente capitalista (uma vez que o camponês mantém sua forma produtiva, mas se sujeita aos ditames do capitalismo).

A renda da terra é uma categoria analítica da economia política, usada para demonstrar o lucro extraordinário (fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, um lucro suplementar) e permanente. A renda da terra pode ser medida e analisada tanto no campo como na cidade.

Segundo Reis (2013), na indústria ele é circunstancial, devido ao avanço tecnológico, que pode ser apropriado pelos demais capitalistas no decorrer do tempo, não tendo uma maior vantagem sobre os demais atores capitalistas. Na agricultura, porém, ele é permanente devido ao fato de existirem diferenças nos instrumentos de produção – a terra –, que não é equivalente para todos os proprietários; por exemplo, as diferenças entre a fertilidade natural dos diversos tipos de solos.

A renda da terra (outras denominações, como renda territorial ou renda fundiária) é o lucro extraordinário permanente e um produto do trabalho excedente. A análise marxista define o trabalho excedente como a parcela do processo de trabalho que o capitalista subtrai do trabalhador, deixando com o trabalhador apenas uma pequena parcela para adquirir os meios necessários para a reprodução.

A renda da terra na sociedade capitalista pode ser resultante da concorrência (renda da terra diferencial); do mercado (renda da terra absoluta); ou ainda a renda de monopólio, que é também lucro adicional, derivado de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma parte da terra “dotada de qualidades especiais” (REIS, 2013).

A renda da terra diferencial se expressa sob duas formas: a renda diferencial I e a renda diferencial II. A renda diferencial I não

depende de aplicação de capital especificamente na produção, enquanto a renda diferencial II resulta diretamente da aplicação de capitais para melhorar a qualidade natural do solo para sua produção.



Três pesquisadores foram fundamentais para se construir a Teoria de Renda da Terra: Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo.

**Adam Smith** desenvolveu a teoria do liberalismo econômico, segundo o qual o Estado deve obedecer ao princípio da separação de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); o regime seria representativo e parlamentar; o Estado se submeteria ao direito, que garantiria ao indivíduo direitos e liberdades inalienáveis, especialmente o direito de propriedade, e a terra consistiria num elemento para garantir a riqueza.

**Thomas Malthus** construiu uma teoria após a observação do crescimento da população no mundo. Para Malthus, a produção de alimentos crescia em progressão aritmética e a população, em progressão geométrica. Este descompasso causaria uma demanda pela terra, elevando seu valor.

**David Ricardo**, utilizando as teorias de Mathus, propôs duas hipóteses:

1. a terra era diferente em sua fertilidade e todas as terras poderiam ser ordenadas, da mais fértil para a menos fértil;
2. a concorrência sempre igualava a taxa de lucro dos fazendeiros capitalistas que arrendassem terras dos proprietários.

Assim, Ricardo estabelece a Lei da Renda Fundiária, segundo a qual os produtos das terras férteis são produzidos a custo menor, mas vendidos ao mesmo preço

dos demais, proporcionando a seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de produção.

Para ele, o preço da terra era dado em função da pior terra; desta forma, a melhor terra tinha o maior preço.

Esta diferença é o que ele chama de renda da terra.

Mais tarde, Karl Marx amplia o conceito dado por Ricardo, diferenciando quatro tipos de renda: renda absoluta, renda de monopólio e as rendas diferenciais I e II.

*Renda absoluta:* era obtida pelo próprio solo, ou seja, as características físicas (relevo, área, etc.).

*Renda de monopólio:* era determinada pela condição única do solo em relação ao mercado (valor). Em ambos os casos, o proprietário obtinha a renda.

*Renda diferencial I:* era determinada pelas características naturais do solo que era explorado pelo capitalista. Os elementos em destaque eram a fertilidade e a localização, pois permitiam menores gastos para produzir por m<sup>2</sup> a mesma quantidade de produtos que no pior terreno.

*Renda diferencial II:* era determinada pela quantidade de capital investido no solo através de equipamentos de irrigação, drenagem, etc., acarretando um maior volume de produção por m<sup>2</sup>.

A renda diferencial I é apropriada por aqueles sujeitos que detêm a posse das terras mais férteis. Como a produtividade natural do solo não é equivalente em todos os lugares e o preço de produção do solo com baixa fertilidade é aquele que determina o preço de mercado, aqueles que produzem em um solo mais fértil conseguem medir a renda da terra diferencial I de forma permanente, desde que esse solo esteja produzindo.



**Figura 13.3:** A fertilidade natural dos solos ao longo de seu perfil não depende de aplicação de capital especificamente na produção, determinando a presença da renda diferencial I. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kashitanovaya\\_pahotnaya\\_pochva.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kashitanovaya_pahotnaya_pochva.jpg)

Por exemplo, um produtor de cana-de-açúcar que possui extensões territoriais em solos dos tipos mais orgânicos e férteis tem uma produtividade natural, por hectare, superior àquele que tem solos argilosos ou arenosos.

Nesse sentido, há uma tendência para o capital apropriar as áreas com melhor fertilidade natural do solo e, ao mesmo tempo, que estejam próximas dos centros de consumo. Entretanto, essa tendência pode ser posta de lado se o capital passar a investir no aumento da fertilidade do solo, utilizando-se fertilizantes e corretivos agrícolas.

Quando a renda da terra aparece decorrente de investimentos, ela é denominada de renda diferencial II. Segundo Oliveira,

[...] quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas ao contrário das

outras, é uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital (OLIVEIRA, 2007, p. 52).



**Figura 13.4:** Os investimentos em insumos, como a adubação ou outras técnicas e custos para garantir a produção, realizados em solos empobrecidos, gera a renda diferencial II.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cultivo\\_de\\_soja.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cultivo_de_soja.jpg)

A renda da terra diferencial II é própria do sistema de produção capitalista na agricultura – e típica do agronegócio

[...] – pois a renda da terra diferencial II tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na agricultura (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

A *renda da terra absoluta*, por sua vez, resulta da posse privada do solo e da contradição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade. Origina-se do distanciamento entre os preços de mercado e os preços de produção, ou seja, provém da alta do preço de mercado acima do preço de produção.



**Figura 13.5:** A alta de preços de alguns itens agrícolas encontrados, por exemplo, nas feiras livres ou supermercados pode ser explicada pela renda absoluta, uma vez que os interesses de comercialização acabam sendo superiores aos da produção.  
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Feira-livre-de-casa-amarela-recife-1a.jpg>

Como define Oliveira, a renda da terra absoluta é o controle da terra por uma classe social, e a cobrança de uma taxa para que ela produza.

É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o “pior solo” (que não deveria pagar renda) possa também auferir a renda da terra absoluta. A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do “pior” solo) (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

A renda da terra absoluta só seria extinta com o fim da propriedade privada da terra, pois, do contrário, a sociedade inteira



terá de pagar essa tarifa aos proprietários de terras para que as terras sejam postas para produzir.

Já a renda da terra de monopólio pode ser compreendida como lucro adicional oriundo do preço do monopólio de uma mercadoria produzida em um determinado espaço dotado de “qualidades especiais” (fertilidade, clima, técnicas empregadas). Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado pela vontade e pela capacidade de pagamento dos consumidores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir) ou mesmo do preço geral de produção.



João Miranda

**Figura 13.6:** Vale do Rio Douro – Portugal, região produtora do famoso vinho do Porto. A uva produzida nesta região permite obter um vinho singular e de alta qualidade; sua produção reduzida acaba por ocasionar uma renda de monopólio.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio\\_douro.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rio_douro.jpg)

O excedente entre o preço de monopólio e o preço de produção particular do produto é um lucro suplementar, acima do lucro médio, que permite a quem produz uma mercadoria especial medir e analisar a renda da terra de monopólio.

Enquanto a renda da terra absoluta se projeta para toda a sociedade, a renda de monopólio seleciona os que podem pagar uma fração maior pela qualidade diferencial estabelecida pelos produtores, conseguindo então auferir a renda de monopólio, como nos explica Oliveira:

[...] a renda da terra absoluta de certo modo acaba por ser regulada no mercado em função das pressões sociais; a renda da terra de monopólio não está praticamente sujeita a estas pressões, pois, não depende do consumo necessário da população. Ela não é o produto alimentar básico, apenas depende do desejo e da capacidade de compra daqueles que a querem consumir (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

A compreensão do conceito de renda da terra é essencial, tanto para a percepção da realidade agrária como também do contexto urbano, mas, sobretudo, para desvendar as novas estratégias de controle do capital no campo, que não mais precisa ser o proprietário titular da terra, para que se aproprie da riqueza produzida pelo produtor.



---

### Atende aos objetivos 3 e 4

Relacione as situações apresentadas com os diferentes tipos de renda da terra analisados nesta aula:

I. Renda diferencial I

II. Renda diferencial II

III. Renda absoluta da terra

IV. Renda de monopólio

- a) ( ) Os preços de determinados produtos agrícolas praticados por algumas distribuidoras de alimentos são superiores àqueles praticados pelos produtores rurais.
- b) ( ) A alta fertilidade dos solos de terra roxa garantem rendas suplementares com menores custos de insumos.
- c) ( ) A especificidade climática e as excepcionais condições produtivas e técnicas do Chile o colocam como grande produtor de vinhos do Hemisfério Sul.
- d) ( ) A fertilização de solos arenosos ou extremamente argilosos são investimentos necessários para garantir a produção e o lucro dos proprietários dessas terras.

### *Resposta comentada*

a) III; b) I; c) IV; d) II.

As condições naturais dos solos e da região produtora estão associadas aos tipos diferenciais, resultando em rendas que não necessitem ou necessitem de investimentos para garantir o lucro (renda diferencial I e II, respectivamente).

Por outro lado, a renda absoluta garante a renda capitalizada imposta pelo mercado, e não pela produção propriamente dita. Os diferenciais produtivos e exclusividades de determinados produtos estão associados à renda de monopólio.

---

## **CONCLUSÃO**

A terra é o elemento primordial para a produção agropecuária, e a forma como ela é estruturada, distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão agrária.

Essa questão está associada à propriedade e à renda da terra. A concentração e monopolização da terra pelo avanço do capitalismo no espaço rural vêm acarretando transformações significativas na dinâmica dessa categoria de espaço. A transformação da terra em mercadoria, a sujeição dos camponeses à lógica do capital ou

mesmo a sua expulsão do campo devem ser consideradas como uma condição geográfica de base territorial.

A renda da terra, já amplamente analisada por diversos estudiosos da questão agrária, e em especial na Geografia, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, explica bem as consequências da propriedade privada da terra e do direito/concessão de produzir através dela.

A renda da terra pode ser resultante de trabalho, produto ou dinheiro que o proprietário cobra de terceiros pela concessão do direito de produzirem em suas terras. A renda da terra capitalista é baseada na extração, ou seja, ela é extraída quando o proprietário se apropria da mais-valia dos trabalhadores empregados na produção em suas terras; “ela é a sobra acima do lucro [...] é uma fração da mais-valia” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A análise geográfica dessa questão colabora para a análise da complexidade que envolve o espaço rural brasileiro e possibilita esclarecer as contradições e intencionalidades existentes nas práticas de mercado e nas atuais políticas públicas de desenvolvimento agrário.

## *Atividade final*

---

### **Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4**

Pesquise na mídia impressa ou sites de organizações imobiliárias que comercializem as terras rurais de sua região e faça uma análise sobre o processo especulativo e sua relação com a estrutura fundiária (pequenos, médios ou grandes proprietários). Da mesma forma, procure identificar o tipo de renda da terra decorrente da dinâmica socioespacial do espaço rural de sua região.

Caso você resida em uma área urbana e metropolitana, estude um caso de seu interesse e pratique essa análise importante para a Geografia.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

Seria interessante que você conversasse com algum agente imobiliário ou mesmo com algum geógrafo da prefeitura acerca do processo evolutivo dos preços das terras de sua região. Essa evolução seria extremamente valiosa para você identificar o processo de propriedade da terra e analisar a situação dos agentes ligados à produção agrícola. São camponeses que já se encontram sujeitos às regras do capital? Observam-se movimentos sociais de resistência em sua região? Ou a apropriação extensiva do capital impera nesses espaços rurais?

O mesmo pode ser feito em relação à renda da terra. Identifique os principais produtos agrícolas de sua região e tente conversar com os principais produtores ou associações de produtores rurais para identificar o tipo de renda da terra observado nessa região.

---

## **RESUMO**

- A expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro implica naturalmente a monopolização e a territorialização da terra pelo capital, ou seja, podemos afirmar que ocorre uma subordinação e sujeição de processos produtivos diversos existentes no campo.

- A categoria de análise geográfica territorial nos ajuda a compreender os fenômenos de repressão política e econômica, da expansão e mercantilização de terras para o agronegócio e a resistência de grupos sociais à apropriação orquestrada pelo capitalismo por meio dos movimentos sociais.
- A concentração fundiária, aliada ao processo de ociosidade decorrente da dinâmica do mercado fundiário e da mercantilização da terra, tem afetado as condições materiais mínimas de subsistência e de reprodução produtiva camponesa, tornando os trabalhadores da terra ainda mais subordinados à lógica do capital.
- A renda da terra é uma categoria analítica da economia política, usada para demonstrar o lucro extraordinário (fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, um lucro suplementar) e permanente. A renda da terra pode ser medida e analisada tanto no campo como na cidade.
- A renda da terra na sociedade capitalista pode ser resultante da concorrência (renda da terra diferencial); do mercado (renda da terra absoluta); ou ainda a renda de monopólio, que é também lucro adicional, derivado de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma parte da terra “dotada de qualidades especiais”.

# Aula 14

As reformas  
agrárias com meio  
de reorganização  
do espaço agrário

*Aline Sá*

## Meta da aula

Apresentar as bases teóricas acerca do conceito e das ações que envolvem a reforma agrária, de forma a compreender sua importância como meio de reorganização do espaço agrário.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o conceito de reforma agrária;
2. analisar o processo de reforma agrária implantado em alguns países;
3. identificar os movimentos sociais que lideram os processos de reivindicação da reforma agrária no Brasil;
4. reconhecer o processo de reforma agrária desenvolvido no Brasil.



## INTRODUÇÃO

Você deve se perguntar como um país tão extenso e diversificado como o Brasil ainda possui problemas de concentração de terras e pressão sobre os grupos sociais ligados ao campo.

Ao detectarmos a desigualdade socioespacial que envolve o acesso à terra e sua produção nos deparamos com uma questão quase unânime no Brasil: a necessidade da reforma agrária. Hoje, observamos uma série de transformações no campo, como, por exemplo, a agricultura familiar e o turismo rural em pequenas propriedades.

Tais exemplos são considerados como reforma agrária? Se não, como devemos compreender o processo de reforma agrária? Alguns exemplos referenciais nos mostram quão difíceis e dolorosos podem ser o processo de redistribuição de terras e o confronto com os grupos hegemônicos capitalistas.

Analisar o processo de reforma agrária é de extrema importância para o geógrafo compreender a organização do espaço rural brasileiro, sua lógica estrutural, bem como os interesses e a concentração de demandas sociais pelo direito à terra e à sua produção.

Vamos então começar a nossa aula detalhando o termo reforma agrária.

### **Afinal, o que vem a ser reforma agrária?**

De acordo com o “senso comum” e alguns veículos de comunicação, de certa forma limitados por seu conteúdo engessado, reduzido ou até mesmo parcial, tem-se que a reforma agrária é a modificação na estrutura agrária de um determinado país ou região e/ou um processo de redistribuição de terras, objetivando uma divisão mais justa da terra e da renda gerada por esta.

Por ora, é importante que se compreenda a diferença entre *reforma agrária* e *transformações agrárias*.

Às mudanças na estrutura agrária a que nos referimos anteriormente, que podem ser naturais ou impostas, seja pela condução do sistema econômico vigente ou pela imposição do crescimento econômico e, muitas vezes, por consequência destes dois primeiros fatores, podemos acrescentar também períodos de crise. É o que chamamos de mudanças ou *transformações agrárias*.

Já a *reforma agrária* é uma ação projetada para adequar a estrutura agrária de maneira a corrigir a disparidade social; mas este conceito será mais bem fundamentado ao longo desta aula.

De acordo com José Eli da Veiga, em seu livro *O que é reforma agrária*, a reforma agrária não acontece por uma decisão repentina de alguém ou alguma equipe governamental, “[...] ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões” (1981, p. 8).

Em outras palavras, são os camponeses, os assalariados agrícolas ou os exilados da terra que buscam uma igualdade na distribuição de terras. Porém, para que ela aconteça é preciso que os grandes proprietários fundiários comunguem desta mesma iniciativa, bem como a conduta política da região ou país, ou seja, a reforma agrária “depende diretamente da evolução da conjuntura política do país” (VEIGA, 1981, p. 9).

Após a Segunda Guerra Mundial, a reforma agrária se tornou um dos assuntos de maior importância na pauta de diretrizes de muitos países que desenhavam estratégias de desenvolvimento econômico. A partir das décadas de 1960 e 1970, organizações internacionais como a ONU, a FAO e o Banco Mundial passaram a incentivar a realização da reforma agrária, principalmente nos países subdesenvolvidos. O caso brasileiro é fundamentado pelo Estatuto da Terra, de 1964, ainda no 1º parágrafo, do 1º artigo do capítulo 1, a ver:

§ 1º Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.



### Organização das Nações Unidas (ONU)



**Figura 14.1:** Bandeira da ONU.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag\\_of\\_the\\_United\\_Nations.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Flag_of_the_United_Nations.svg)

É uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter a guerra entre países e para fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões.



## Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:FAO\\_logo.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:FAO_logo.svg) – FAO

Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas.

Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar.

Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda, e que ainda passam fome.

A FAO também é fonte de conhecimento e informação. Ela ajuda os países a aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. A sede da FAO se encontra em Roma, Itália. O escritório da FAO no Brasil foi criado em novembro de 1979. O acordo

foi assinado em Roma, entre o governo da República Federativa do Brasil, pelo ministro do Ministério da Agricultura, Ângelo Amaury Stabile, e pelo diretor-geral da FAO, Edouard Saouma. O acordo estabeleceu as normas do funcionamento do escritório da FAO no Brasil.

A FAO trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso das pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida saudável. Reforça a agricultura e o desenvolvimento sustentável, como estratégia a longo prazo, para aumentar a produção e o acesso de todos aos alimentos, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais.



## Banco Mundial



Shiny Things

**Figura 14.2:** Sede do Banco Mundial – Washington, DC – EUA.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:World\\_Bank\\_building\\_at\\_Washington.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:World_Bank_building_at_Washington.jpg).

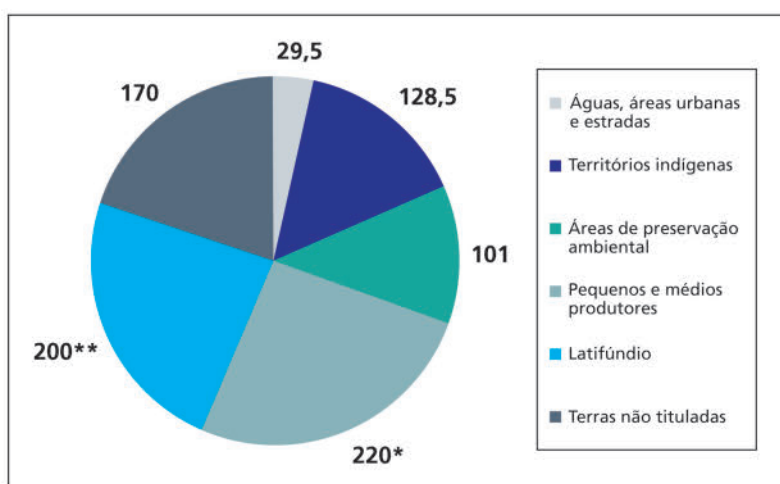
O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital. O banco é composto por duas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial abrange estas duas instituições e mais três: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Miga) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi).

Para os mais pobres países em desenvolvimento do mundo, os planos de assistência do banco são baseados em estratégias de redução da pobreza, combinando uma mistura de grupos locais com uma extensa análise da situação financeira e econômica do país. O Banco Mundial desenvolve uma estratégia exclusivamente para o país em questão. O governo então identifica as prioridades do país e as metas para a redução da pobreza, enquanto o Banco Mundial alinha os seus esforços de ajuda.

Quarenta e cinco países se comprometeram a destinar 25,1 bilhões de dólares em “ajuda para os países mais pobres do mundo”, ajuda que vai para a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), do Banco Mundial, que distribui os empréstimos a 80 países pobres. Enquanto as nações mais ricas, por vezes, financiam seus projetos de ajuda próprios, incluindo aqueles para doenças, e embora a IDA seja alvo de muitas críticas, Robert B. Zoellick, presidente do Banco Mundial, disse que, quando os empréstimos foram anunciados em 15 de dezembro de 2007, o dinheiro da IDA “é o financiamento de base do qual os mais pobres países em desenvolvimento dependem”.

O maior impedimento do acesso à terra é a concentração fundiária das chamadas oligarquias (um pequeno número de famílias com alto poder aquisitivo e político). Esses grandes proprietários não necessariamente trabalham em suas terras a fim de produzir, mas utilizam suas propriedades com fins meramente especulativos. Em outras palavras, a produção de suas terras é pequena ou inexistente e seu objetivo é a valorização da propriedade que advém da abertura de estradas, da chegada da eletricidade, da construção de açudes e demais obras públicas.

A estrutura fundiária brasileira, segundo o Censo 2006 e a leitura do jornal eletrônico *A Nova Democracia*, se mostra de forma bastante heterogênea, como é possível observar no gráfico a seguir:



**Figura 14.3:** O campo no Brasil (valores expressos em milhões de hectares. \* 99% das propriedades, aproximadamente 6 milhões, ocupam 52% das terras, enquanto \*\* 1% das propriedades, aproximadamente 55 mil, ocupam 48% das terras).

Fonte: PAULA, 2009.

Esta é uma característica bastante comum dos países subdesenvolvidos, onde os latifúndios se constituíram na época colonial e essa formação econômica favoreceu o domínio das terras sob a posse de poucas famílias (heterogeneidade estrutural).

### **Valor venal**

O valor venal é uma estimativa que o Poder Público realiza sobre o preço de determinados bens. Sua finalidade principal é servir como base de cálculo de certos impostos e, em alguns casos, de emolumentos judiciais/administrativos. Para sua quantificação são utilizados critérios objetivos estabelecidos em lei, que variam segundo o tempo e o lugar em que o bem se encontra, e segundo o seu gênero e espécie. Tratando-se de bens imóveis, o valor venal é calculado levando em conta o preço que a unidade imobiliária alcançaria em uma operação de compra e venda simples, considerando a função da área da edificação, as características do imóvel (idade, posição, tipologia), sua utilização (residencial ou não) e seu respectivo valor unitário padrão (valor do metro quadrado dos imóveis no logradouro).

Existem várias formas de se realizar a reforma agrária. O que se deve ter em mente a princípio é que, quaisquer que seja a maneira, a reforma agrária consiste numa ação planejada para transferir a propriedade de terra de um grupo social para outro. Consideram-se determinados critérios para a desapropriação de terras, bem como para “distribuir” para os futuros beneficiários.

Os critérios de desapropriação são baseados, de uma maneira geral, em propriedades que ultrapassam uma determinada área máxima estabelecida na proposta e, assim, são passíveis de desapropriação. Os critérios qualitativos, que podem ser conjugados ao tamanho da propriedade, também são amplamente utilizados. As propriedades que subutilizam sua área agricultável, ou seja, propriedades pouco produtivas estão sujeitas à desapropriação.

De acordo com o Estatuto da Terra e na interpretação de José Eli da Veiga, as propriedades mais propícias à desapropriação são os latifúndios. No entanto, algumas regras foram estabelecidas a fim de que a União intervenha em determinadas propriedades como:

- quaisquer áreas beneficiadas por obras públicas ou de vulto;
- áreas cujos proprietários não conservem os recursos naturais;
- áreas destinadas à colonização;
- áreas com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- áreas cujo uso atual não seja adequado à sua vocação;
- casualmente, minifúndios que serviriam para aglutinar outras terras desapropriadas.

Além da desapropriação é preciso que se compreenda a compensação pela desapropriação. Raros são os casos no mundo de confisco sumário, ou seja, apreensão da terra sem compensação. Na maioria dos casos, os proprietários são indenizados de acordo com o **valor venal** das terras.

Ainda com Veiga, tem-se um breve resumo das modalidades de avaliação do preço da terra para efeito de indenização:



a) toma-se como base o preço da terra que vigora nas transações imobiliárias da região. É o método que mais interessa, evidentemente, aos proprietários fundiários. Quando este princípio se impõe, ele pode se transformar numa poderosa arma nas mãos dos latifundiários para inviabilizar a reforma. Foi o que aconteceu nas Filipinas, onde o processo estancou por falta de recursos financeiros;

b) a maneira mais frequente de contornar esse obstáculo é calcular o valor da indenização sobre a base do valor declarado pelos proprietários para fins fiscais. Como tal valor é sistematicamente subestimado, o expediente barateia a reforma. Por isso é o método mais utilizado nas reformas contemporâneas;

c) quando a força organizada dos camponeses é grande, pode haver participação direta de suas entidades de classe na avaliação do preço da terra. No Chile, quando a Unidade Popular chegou ao governo, um dos principais dispositivos adotados para modificar a lei de reforma agrária promulgada pela Democracia Cristã foi a institucionalização da participação dos trabalhadores rurais na avaliação das terras desapropriadas (1981, p. 27-28).

Assim que os latifúndios são desapropriados, as terras passam para o controle do Estado e o repasse aos beneficiários pode ser feito de diversas maneiras.

Ao contrário do que muitos pensam, quase nunca se tem doação de terras pela reforma agrária. Seja o repasse para pequenos produtores, seja para fazendas coletivas, paga-se ao Estado um valor equivalente àquele pago pela terra desapropriada de forma facilitada aos beneficiários.

São pouquíssimos os exemplos de reforma agrária em que as terras foram distribuídas gratuitamente, como na Bolívia e na Venezuela (com as rendas petrolíferas), e em alguns momentos da reforma agrária no México. No caso mais comum, como no Brasil,

os camponeses beneficiados detêm a propriedade da terra, em que também se observa com grande frequência o direito ao usufruto perpétuo, mas são impedidos de vender ou alugar a propriedade.

É importante enfatizar que reforma agrária não é só a promoção de uma melhor distribuição de terras, ela também visa proporcionar condições de trabalho ao assentado.

De acordo com o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), além da reestruturação agrária, o Estatuto da Terra prevê a promoção de políticas agrícolas que devem ser entendidas como

o conjunto de providências de amparo à produção agropecuária através de mecanismos como crédito, seguro agrícola, preços mínimos, geração e difusão de tecnologia, sistemas de escoamento, de eletrificação e de comercialização da produção (I PNRA, 1985, p. 12).

O II PNRA, no entanto, visa garantir mais do que o acesso à terra. “Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento” (II PNRA, 2005, p. 5). E a proposta segue com a sugestão de recuperação dos antigos assentamentos e a implantação de novos assentados com a segurança do suporte assistencial técnico e do acesso às tecnologias apropriadas, objetivando-se a produção de acordo com as potencialidades regionais e especificidades de cada bioma. A produção e a comercialização serão desenvolvidas de forma que se integre a produção dos assentados às possibilidades econômicas de cada local, proporcionando uma estrutura sólida que tem como finalidade o desenvolvimento territorial.



---

### Atende ao objetivo 1

Assinale as alternativas corretas em relação ao conceito e às características da reforma agrária:

1. Em relação ao conceito de reforma, compreendemos que:

- a) ( ) a reforma agrária é um processo natural de transformações no campo, mediante uma consciência social de distribuição das terras e manutenção dos grupos sociais no espaço rural;
- b) ( ) é o confisco involuntário de terras improdutivas ou demasiadamente extensas para sua redistribuição a grupos sociais que queiram produzir e se fixar no campo;
- c) ( ) é uma ação política, planejada e ordenada para adequar a estrutura agrária presente no território e possibilitar o acesso mais igualitário à produção e minimizar a disparidade social.

2. Como forma de distribuição das terras, a reforma agrária prevê, na grande maioria das vezes:

- a) ( ) o confisco direto das terras passíveis de redistribuição;
- b) ( ) a desapropriação de terras consideradas adequadas ao projeto de reforma agrária;
- c) ( ) a concessão geral e voluntária por parte dos proprietários.

3. Como critérios de desapropriação das terras passíveis de reforma agrária destacam-se:

- a) ( ) áreas extensas, acima dos índices máximos estabelecidos no programa de reforma agrária;
- b) ( ) áreas de alto valor cênico para bom usufruto dos novos produtores;
- c) ( ) áreas extensas não improdutivas;
- d) ( ) áreas próximas à cidade e infraestrutura urbana.

## Resposta comentada

Devemos nos atentar para o fato de que a reforma agrária deve ser uma ação planejada e coerente, mediante um processo político social que envolva todas as partes interessadas, ou seja, o Estado, os proprietários e os grupos sociais rurais. As áreas que se enquadram no processo de redistribuição são desapropriadas, ou seja, os proprietários recebem indenização do Estado e os critérios normalmente envolvidos na desapropriação são a extensão da propriedade e a presença de áreas improdutivas.

## As reformas agrárias no mundo

### México

Parece óbvio, mas é importante enfatizar que uma revolução só acontece diante de um grande descontentamento da população (ou parte dela). A revolução mexicana tem seu início ainda em tempos de colônia da Espanha quando, para a exploração da mão de obra indígena, os colonizadores introduziram o sistema das *haciendas* (grandes propriedades), que coexistiram com inúmeras comunidades indígenas autônomas.

A independência iniciada nos primeiros anos do século XIX consolidou a oligarquia latifundiária no poder, ratificando a dominação dos grandes senhores sobre a população. No entanto, a expansão da grande propriedade de terra acendeu reações violentas das populações indígenas.



**Figura 14.4:** Colagem contendo várias imagens da Revolução Mexicana.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Collage\\_revolut%C3%B3n\\_mexicana.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Collage_revolut%C3%B3n_mexicana.jpg)

Diferentes forças camponesas se mostraram descontentes, já no início do século XX, quando Emiliano Zapata se tornou líder de um dos muitos exércitos revolucionários desta época. Zapata lançou o Plan d'Ayala, um programa de reforma agrária que se tornou plataforma política do movimento camponês. Seu objetivo principal era recuperar, da população local, a posse das terras das quais a oligarquia latifundiária havia se apoderado, ou seja, desapropriar

os latifúndios (através do confisco da terra ou do pagamento de um terço do valor estimado) e disponibilizá-los para a reforma agrária; da seguinte forma, como esclarece Veiga:

O limite de área das propriedades agrícolas foi fixado em 100 hectares de terra úmida ou irrigada, ou seu equivalente em outras categorias de solo. Os lotes seriam distribuídos de forma privada ou comunitária, mas os beneficiários não teriam o direito de alugá-los, vendê-los ou entregá-los em parceria [...].

A partir daí, a reforma agrária evoluiu de forma bastante irregular, refletindo diretamente avanços e recuos da luta de classes (1981, p. 42).

Ainda que a reforma tenha passado por momentos de recuos, pode-se observar a desapropriação de cerca de 70 milhões de hectares de terra, o que representa 34% da área agricultável do México, o que proporcionou o acesso à terra a quase três milhões de famílias.

## **Rússia**

As lutas camponesas na Rússia, assim como no México, também eclodiram durante o século XIX, quando levantes agrários se dirigiram contra o poder dos czares. Conquistou-se a abolição da servidão, mas o regime feudal pouco se alterou: o acesso à propriedade privada era inexistente e a “liberdade” se converteu em pagamentos em cima da renda de produtos daqueles que detinham terras.

A Primeira Guerra Mundial contou com cerca de 13 milhões de camponeses no exército russo, contra um pouco mais de um milhão de não camponeses. A classe, conseqüentemente, foi massacrada, bem como a produção de alimentos do ainda Estado-nação. Em 8 de março de 1917, um grupo de camponesas e operárias saiu em passeata pela capital, levando a uma greve geral. O povo invadiu as ruas da capital exigindo basicamente pão. As tropas do czar,

diante das reivindicações do povo, não reprimiram o levante e muitos deles se juntaram aos revoltosos.

Os intensos protestos da população culminaram em um forte movimento revolucionário conhecido como Revolução Bolchevique (Outubro de 1917). Os bolcheviques, comandados pelo líder Vladimir Lênin, fizeram com que a Rússia se retirasse da Primeira Grande Guerra e voltasse as suas atenções para o combate à miséria e a desigualdade social no país. Entre as principais mudanças, pode-se destacar a estatização de todos os meios de produção e a abolição da propriedade privada da terra (Lei agrária de 26 de outubro de 1917, II Congresso dos Sovietes). Esta mesma lei, cancela as dívidas de arrendamento e autoriza a ocupação dos latifúndios pelos camponeses, através de comissões locais. Com destaque pra a análise de Veiga:

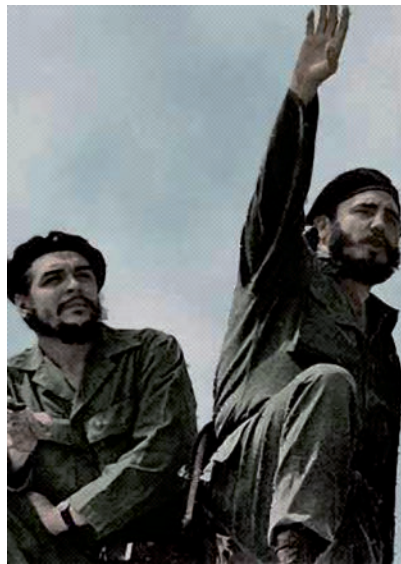
Em pouco tempo, 150 milhões de hectares até então pertencentes à nobreza, à família imperial, à Igreja e à burguesia, passaram para o controle dos camponeses. Ao mesmo tempo, 2,5 milhões de hectares foram atribuídos às fazendas de Estado chamadas *sovkhozes*. A partilha realizada pelos comitês agrários beneficiou 3 milhões de famílias de lavradores sem terra permitindo, ao mesmo tempo, que os minifundiários aumentassem as suas terras (VEIGA, 1981, p. 46).

## Cuba

A América Latina, de maneira geral, foi considerada um laboratório para a realização de reformas agrárias. Por ora, destaca-se a reforma agrária realizada pelo governo cubano que, no mesmo ano, passou por uma grande revolução no plano político econômico.

Em 1º de janeiro de 1959, o ditador Fulgencio Batista é derrubado pelo movimento liderado por Fidel Castro e, a partir de então, uma série de programas socioeconômicos foram elaborados a fim de se reestruturar o país. Implantou-se, em todos os setores,

a ideologia comunista que contou com o apoio da antiga União Soviética. No mesmo ano, têm início as primeiras reformas, inclusive a reforma agrária, institucionalizada em 19 de maio de 1959 (A 1ª Lei de Reforma Agrária), que determinava a desapropriação de fazendas com mais de 405 hectares, salvo aquelas que apresentavam elevada produtividade (VEIGA, 1981).



**Figura 14.5:** Fidel Castro e Che Guevara (da direita para a esquerda), líderes da Revolução Cubana.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/CheyFidel.jpg>  
Ficheiro: CheyFidel.jpg

Com o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, em 1960, uma nova lei é promulgada a fim de desapropriar empresas estadunidenses, entre as quais estavam 61 grandes usinas de açúcar e seus canaviais, que totalizavam 1.260.000 hectares de terras. Grandes proprietários, neste mesmo ano, sabotavam a política do governo cubano, o que o levou a decidir pela nacionalização das grandes empresas do país e mais 900.000 hectares foram atingidos pela reforma agrária.

As atribuições das terras foram realizadas de maneiras distintas, em resumo:

- parte dos canaviais e das usinas se transformou em empresas estatais, administradas por técnicos nomeados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária;



- muitos canaviais transformaram-se em cooperativas e, pouco tempo depois, tornaram-se fazendas do Estado.
- Com tais exemplos referenciais de reforma agrária realizadas no século XX, podemos analisar o processo de reforma agrária realizado no Brasil.



### Atende ao objetivo 2

Por meio dos exemplos referenciais de reforma agrária analisados nesta aula, complete a tabela a seguir:

País	Ação política que gerou a reforma agrária	Líder	Características da reforma agrária
México	(a)	(b)	(c)
Rússia	(a)	(c)	(c)
Cuba	(a)	(b)	(c)

### Resposta comentada

México:

(a) Revolução Mexicana

(b) Emiliano Zapata

(c) Áreas limites de 100 hectares distribuídos de forma privada ou comunitária, mas os beneficiários não teriam o direito de alugá-los, vendê-los ou entregá-los em parceria.

Rússia:

(a) Revolução Bolchevique

(b) Vladimir Lênin

(c) Ocupação das terras da nobreza e de grandes proprietários e 2,5 milhões de hectares foram atribuídos às fazendas de Estado chamadas sovkhozes para usufruto dos camponeses.

Cuba:

(a) Revolução Cubana

(b) Fidel Castro

(c) Nacionalização das grandes empresas do país e mais 900.000 hectares foram atingidos pela reforma agrária, tornando-se fazendas estatais.

Observa-se com tais exemplos que as reformas agrárias realizadas nesses países foram resultado de revoluções violentas lideradas pela esquerda oposicionista. Nos casos, a aquisição das terras para serem redistribuídas foram ocupadas e confiscadas de seus proprietários e, no caso da Rússia e de Cuba, tornaram-se estatais.

---

## A reforma agrária no Brasil

Não é possível entender os processos da reforma agrária no Brasil sem que se analisem as entidades que representam os maiores beneficiários da reforma: os trabalhadores rurais. Sob a compreensão de Veiga, sobre o movimento sindical no campo, é de grande importância destacar que:

A organização sindical é bem mais recente no campo do que nas cidades. Suas origens remontam ao período da II Guerra Mundial. Num momento de forte expansão da fronteira agrícola em que se intensificava a grilagem e a consequente usurpação das posses, começam a aparecer também os primeiros sinais do movimento de expulsão dos moradores e colonos das grandes plantações. Nesses conflitos nascem os primeiros embriões de uma organização sindical dos trabalhadores agrícolas. Logo esbarram, entretanto, no obstáculo de uma legislação ultradiscricionária que os impedia de obter cartas sindicais. A saída encontrada foi a de formar Associação apoiadas no Código Civil. E assim se constituem, na década de 50, as Ligas Camponesas, as Associações de lavradores e Trabalhadores Agrícolas e o MASTER, Movimento dos Agricultores Sem Terra (1981, p. 72-73).

Dos grupos mencionados por Veiga em seu trabalho, a reivindicação principal era a reforma agrária, apesar das perspectivas diferenciadas sobre o mesmo processo. No entanto, buscou-se a união dos três grupos em prol de um objetivo central que culminou no Congresso Unitário, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, e que resultou na declaração a seguir:

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade, econômica, política e social, e, sobretudo para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidos os camponeses, torna-se cada vez mais urgente a imperiosa necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais imperantes no campo. A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar (VEIGA, 1981, p. 73-74).

A Comissão Pastoral da Terra foi fundada em 1975, em pleno exercício da ditadura militar, com o objetivo de tornar a situação dos trabalhadores rurais e posseiros mais visível. A articulação com a Igreja se deu devido à repressão sofrida por agentes pastorais e lideranças populares e, sobretudo, pela influência da Igreja nos planos político e cultural.

O foco principal da CPT é definir os rumos do homem do campo, bem como seus objetivos e metas. Sua ação é acompanhada pela defesa dos direitos humanos e pelo entendimento de que cada região apresenta demandas distintas e que é preciso respeitar as diferentes realidades das regiões brasileiras.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi fundado no ano de 1984, em Cascavel – Paraná, por centenas de trabalhadores rurais que tinham como objetivo principal organizar um movimento social camponês que lutasse pela reforma agrária e pelas transformações necessárias ao campo, de uma maneira geral.

De acordo com os participantes, o MST foi criado baseado nas lutas dos indígenas contra a mercantilização e apropriação da mão de obra e pela posse de suas terras, pela resistência dos quilombos, pela experiência e lutas das Ligas Camponesas, do Master, entre outros. O MST se descreve como uma continuidade de todos esses grupos que lutaram e ainda lutam por um país mais democrático.



Editorial J

**Figura 14.6:** Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).  
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/editorialj/10825994846/>

O processo de criação do MST se deu em plena ditadura militar, quando o governo brasileiro anunciava um projeto de modernização do campo que incitava sua mecanização, estimulava o uso de pesticidas e oferecia créditos rurais para os latifundiários, processo que estudamos como a Primeira Revolução Verde.

A consequência deste período você deve concluir: os trabalhadores rurais foram perdendo espaço para as máquinas e se sentiram obrigados a migrar para as cidades; os que bravamente permaneceram no campo sofreram (e sofrem) com a invisibilidade do homem do campo e com a falta de incentivos governamentais para o pequeno produtor, o que gerou muita miséria e grandes dificuldades para se manter (sobreviver do) no campo.

Em 1996, houve um dos episódios mais sangrentos da luta camponesa no Brasil. Dezenove militantes do MST foram assassinados pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Pará. O grupo estava acampado na Fazenda Macaxeira, sempre com o discurso de que a terra é improdutiva, e exigia a sua desapropriação. Em protesto contra a morosidade do processo de apropriação e assentamento das famílias acampadas (cerca de 1.500 pessoas), os sem-terra saíram em marcha e obstruíram a rodovia BR 155, que liga a capital Belém ao sul do estado do Pará.



**Figura 14.7:** A cruz que marca o local do massacre em Eldorado dos Carajás, Pará, ocorrido em 1996.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MC006\\_image\\_media\\_horizontal.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MC006_image_media_horizontal.jpg)

A reforma agrária no Brasil se dá basicamente da seguinte forma: a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da Federação, e sob a figura do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), distribui e loteia essas terras a famílias que recebem esses lotes, como também presta assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras.

Existe, especificamente para fins de reforma agrária, a Lei de Desapropriação, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, sob o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de reforma agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União.

Houve, no Brasil, diversas configurações do sistema de reforma agrária ao longo do tempo. Há muitas divergências no que diz respeito à sua execução no país. Existe a proposta institucional para o problema de terras, também como uma proposta de revolução agrária, resultando num movimento pela força das classes interessadas e afetadas pela má distribuição de terras.

Para procurar equacionar, de maneira positiva, o problema da divisão agrária no Brasil, o governo tem desenvolvido, durante décadas, um sistema de reforma que, embora tenha caminhado lentamente, tem dado resultados em longo prazo, guardadas as divergências com grupos que lutam pela terra, como o MST.

Novos problemas identificados resultam em novas demandas de estratégias e sistemas governamentais para solucioná-los. Talvez esta seja a razão principal de a reforma agrária no Brasil caminhar a passos tão curtos. São problemas que, apesar de comuns a todas as regiões no que diz respeito à distribuição de terras, demandam planos de ação diferenciados de acordo com a região e a situação temporal do país.

Outro fator que explica a lentidão com que a reestruturação fundiária no Brasil é feita, sem dúvida, como dito anteriormente, é o elevado tempo de uma política de distribuição injusta de terras. O Brasil, desde o seu descobrimento, até uma época historicamente recente (década de 1950), ainda praticava uma política de terras embasada nas grandes propriedades e nos grandes coronéis que detinham essas propriedades. O quadro tem mudado lentamente; porém, são necessárias, ainda, muitas melhorias nesse sentido.



---

### Atende ao objetivo 3

Pesquise o *site* do MST, disponível no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br>, e conheça as principais ações do movimento. Em seguida, relacione as principais ações hoje desenvolvidas pelos integrantes do movimento.

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

São inúmeras as ações hoje desenvolvidas pelo MST. Analisando o conteúdo do site, observamos que o movimento deixa bem claros seus objetivos. Da mesma forma, hoje o movimento representa uma grande força política e social contra a hegemonia do capital. Nesse sentido, o site demonstra sua posição por meio de artigos, notícias e depoimentos de intelectuais ligados ao movimento. O resultado e as ações também são divulgados por meio de notícias e vídeos de manifestações e ocupações. Observa-se também um processo de educação para fomentar a continuidade da luta pela reforma agrária, por meio de materiais educacionais voltados a crianças.

---

## CONCLUSÃO

Observa-se, pelas discussões apresentadas nesta aula, que os processos de transformação ora observados no espaço rural não devem ser confundidos com a reforma agrária, que deve ser compreendida como um processo contínuo de redistribuição de terras a grupos que foram prejudicados ou expulsos pela ação predatória do capital.

Esse processo, orquestrado e planejado pelo Estado, deve promover a redistribuição socioespacial das terras aos grupos envolvidos com a produção do espaço rural por meio de ações ordenadas e participativas.

Os exemplos mundiais ressaltam modelos de reformas agrárias oriundas de grandes revoluções sociais e, na maioria dos casos, bastante violentas. O Brasil avança a passos lentos no processo de reforma agrária. Os movimentos sociais, como o MST, representam a importância da organização social na pressão e no avanço da redistribuição socioespacial do espaço rural e demonstram as dificuldades do Estado em compatibilizar os interesses da sociedade com os do capital.

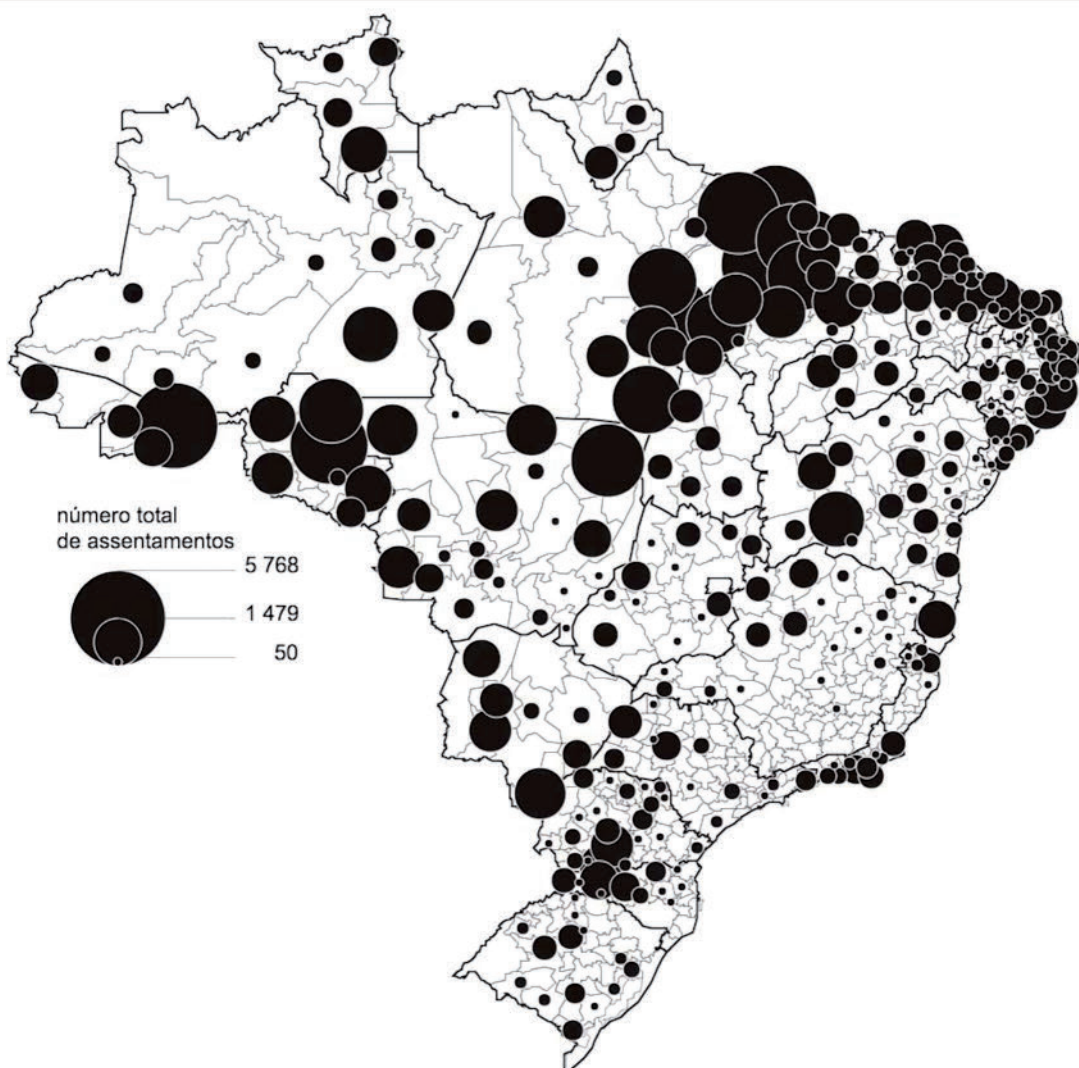


## Atividade final

---

### Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4

Por meio da análise do mapa temático apresentado na, **Figura 14.8**, dos assentamentos rurais realizados no ano de 1996, elabore um pequeno texto sobre a distribuição geográfica da reforma agrária nesse período.



**Figura 14.8:** Mapa dos assentamentos rurais realizados em 1996.

Fonte: CENSO, 1997.

### *Resposta comentada*

O mapa temático apresentado mostra claramente uma irregularidade na distribuição geográfica dos assentamentos rurais realizados no país nesse período. O maior número de assentamentos se deu nas regiões Nordeste e Norte, tendo seus números expressivos nos limites do estado do Pará, Maranhão e Piauí. Em algumas regiões dotadas de grandes latifúndios, como o Centro-oeste, não foram identificados números significativos de assentamentos. Da mesma forma, nas regiões Sul e Sudeste, devido à presença de inúmeras cidades e à alta presença de propriedades ligadas ao agronegócio, os assentamentos não foram expressivos. A análise cartográfica apresentada favorece a avaliação e análise do processo de reorganização socioespacial proveniente da reforma agrária no território brasileiro.

## **RESUMO**

- A *reforma agrária* é uma ação projetada e liderada pelo Estado para adequar a estrutura agrária, de maneira a corrigir a disparidade social no espaço rural.
- Segundo o Estatuto da Terra, de 1964, ainda no 1º parágrafo, do 1º artigo do capítulo 1, considera-se reforma agrária como o

conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

- As reformas agrárias realizadas no México, na Rússia e em Cuba são modelos referenciais, liderados por grupos sociais ligados ao campo, e a forma realizada foi mediante revolução e profunda ação do novo Estado implantado.
- No Brasil, a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, e sob a figura do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária), distribui e loteia essas terras a famílias que recebem esses lotes, como também presta assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras.



# Aula 15

Formas de  
produção  
alternativas ao  
agronegócio:  
a produção  
agroecológica

*Philipp Lessa Andrade  
Sandro Lessa Andrade*

## Meta da aula

Apresentar as bases conceituais e práticas da agroecologia, que busca a harmonia entre os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. Identificar as características da agricultura convencional e suas implicações socioambientais;
2. reconhecer os modelos alternativos de produção agrícola como movimentos de oposição ao padrão agrícola convencional moderno;
3. compreender os fundamentos da agroecologia.

## INTRODUÇÃO

### **Panorama histórico da produção agrícola**

Você pode observar que a humanidade sempre buscou técnicas que pudessem auxiliá-la na produção de bens para aperfeiçoar seus cultivos agrícolas. Até o século XVIII, o modo de produção agrícola era uma atividade rudimentar e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial e até os dias atuais, o desenvolvimento da agricultura do ponto de vista técnico, científico e do volume da produção foi surpreendente.

Desde a segunda Revolução Agrícola, ocorrida no final do século XIX e início do XX, foi instituído o padrão produtivo químico, mecânico e genético na agropecuária dos países desenvolvidos. Este procedimento de incorporação tecnológica, que inicialmente esteve centralizado nos países desenvolvidos, foi expandido a partir da Segunda Guerra Mundial para vários países subdesenvolvidos com a denominação, já conhecida por você, de Revolução Verde. Entretanto, este desenvolvimento atingiu e beneficiou, principalmente, o restrito grupo de países considerados desenvolvidos em detrimento da grande maioria dos países cuja população permanece faminta.



**Figura 15.1:** O modo de produção preconizado pela Revolução Verde beneficiou países desenvolvidos, mas o mesmo não ocorreu com a grande maioria, cuja população permaneceu faminta.

Fontes: (a) <http://www.sxc.hu/photo/1193967> (Kovik); (b) <http://www.flickr.com/photos/cimmyt/5868042538/> (CIMMYT); (c) <http://www.sxc.hu/photo/1380206> (GiniMiniGi); (d) <http://www.flickr.com/photos/jilocaindustrial/5424571052/> (Jiloca Industrial); (e) [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:DNA\\_Double\\_Helix.png](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:DNA_Double_Helix.png)

## Prática de cultivo convencional

Em meados do século XIX, uma série de avanços tecnológicos e de descobertas científicas, como o melhoramento genético das plantas, o uso de fertilizantes químicos e a mecanização das atividades agrícolas possibilitaram o abandono de métodos que até então se faziam necessários para assegurar a produtividade da terra como, por exemplo, a rotação de culturas. A este processo, conhecido como “Segunda Revolução Agrícola”, estão associados os ganhos na rentabilidade das culturas e o apoio dos órgãos governamentais e das empresas produtoras dos insumos para a agricultura.



Para Milton Santos (2001), este é o momento em que o homem realiza a sua antiga pretensão de reinventar a natureza, mudando a composição técnica das áreas rurais e sua composição orgânica, graças às inovações químicas e biotecnológicas. Nesse sentido, o setor agrícola torna-se cada vez mais integrado aos demais setores econômicos.

Esta tecnologia empregada nos países ricos foi transferida para os países subdesenvolvidos. Entretanto, a proposta consistia na implantação do mesmo modelo de plantio em todos os lugares, sem levar em consideração as diferenças das categorias naturais e das condições socioeconômicas dos agricultores.

Além disso, este modelo de produção privilegiou a monocultura, modalidade de cultivo de apenas um tipo de produto agrícola. Nesse modelo, a falta de biodiversidade das culturas causou e vem causando desequilíbrio aos ambientes naturais.

Segundo Leonardo Boff (2004), essa forma de cultivo cria cada vez mais pragas e aumenta drasticamente os problemas com insetos, fungos e ervas chamadas “daninhas”. Este fato acarreta o aumento dos custos de produção e a necessidade de novos produtos químicos. Assim, esses problemas são amenizados por alguns anos, mas depois voltam com mais intensidade.

Essas doenças nas plantações são tratadas com elementos químicos que aumentam os custos para o agricultor à proporção que diminuem a eficiência. Vale lembrar que esses produtos podem ainda contaminar o solo e as águas superficiais e subterrâneas por meio de substâncias como compostos orgânicos e metais pesados.

É necessário ressaltar ainda que os produtores e consumidores estão expostos a produtos que podem causar sérios danos à saúde. O perigo começa no campo, quando agricultores, por falta de instruções, cuidados ou condições financeiras para utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual (EPIs) são expostos ao contato direto com substâncias muitas vezes nocivas ao corpo humano.



Chuck Simmins

**Figura 15.2:** Trabalhador utilizando equipamento de proteção individual para aplicação de agrotóxicos.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/chucksimmins/2947100463/>



**Figura 15.3:** Trabalhador aplicando agrotóxicos sem equipamento de proteção individual.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SPRAYING\\_PESTICIDES\\_-\\_NARA\\_-\\_544246.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SPRAYING_PESTICIDES_-_NARA_-_544246.jpg)

Além disso, esses produtos possuem regulamentos e instruções de uso que, pela Lei n. 7.802/1989, devem vir descritos em todas as embalagens. Entretanto, nem sempre os fabricantes e agricultores

seguem as recomendações. O artigo 7º da Lei dos Agrotóxicos relata que, para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os agrotóxicos e afins são obrigados a exibir rótulos próprios e bulas, redigidos em português, e apresentar informações relativas aos perigos potenciais.



### **Lei dos Agrotóxicos (Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989)**

[...]

Art. 7º. Para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os agrotóxicos e afins são obrigados a exibir rótulos próprios e bulas, redigidos em português, que contenham, entre outros, os seguintes dados: (Redação dada pela Lei n. 9.974, de 2000)

I – indicações para a identificação do produto, compreendendo:

- a) o nome do produto;
- b) o nome e a percentagem de cada princípio ativo e a percentagem total dos ingredientes inertes que contém;
- c) a quantidade de agrotóxicos, componentes ou afins, que a embalagem contém, expressa em unidades de peso ou volume, conforme o caso;
- d) o nome e o endereço do fabricante e do importador;
- e) os números de registro do produto e do estabelecimento fabricante ou importador;
- f) o número do lote ou da partida;

g) um resumo dos principais usos do produto;

h) a classificação toxicológica do produto;

II – instruções para utilização, que compreendam:

a) a data de fabricação e de vencimento;

b) o intervalo de segurança, assim entendido o tempo que deverá transcorrer entre a aplicação e a colheita, uso ou consumo, a semeadura ou plantação, e a semeadura ou plantação do cultivo seguinte, conforme o caso;

c) informações sobre o modo de utilização, incluídas, entre outras: a indicação de onde ou sobre o que deve ser aplicado; o nome comum da praga ou enfermidade que se pode com ele combater ou os efeitos que se pode obter; a época em que a aplicação deve ser feita; o número de aplicações e o espaçamento entre elas, se for o caso; as doses e os limites de sua utilização;

d) informações sobre os equipamentos a serem utilizados e sobre o destino final das embalagens;

d) informações sobre os equipamentos a serem usados e a descrição dos processos de triplice lavagem ou tecnologia equivalente, procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens vazias e efeitos sobre o meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes; (Redação dada pela Lei n. 9.974, de 2000)

III – informações relativas aos perigos potenciais, compreendidos:

a) os possíveis efeitos prejudiciais sobre a saúde do homem, dos animais e sobre o meio ambiente;

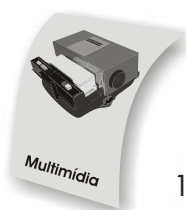
b) precauções para evitar danos a pessoas que os aplicam ou manipulam e a terceiros, aos animais domésticos, fauna, flora e meio ambiente;

c) símbolos de perigo e frases de advertência padronizados, de acordo com a classificação toxicológica do produto;

d) instruções para o caso de acidente, incluindo sintomas de alarme, primeiros socorros, antídotos e recomendações para os médicos;

[...]

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm). Acesso em: 23 jan. 2013.



Para você conhecer na íntegra a Lei dos Agrotóxicos (Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989), acesse o *site* do Planalto Federal, no link a seguir: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm).

Por meio de pesquisa realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, em 2010, foi diagnosticado que muitos alimentos vendidos à população estavam com níveis de agrotóxicos em quantidade além da permitida. Nessa pesquisa, constatou-se, em algumas amostras, a utilização de produtos não consentidos pela legislação brasileira. Você pode observar esses resultados na **Tabela 15.1**.

**Tabela 14.1:** Número de amostras analisadas por cultura e resultados insatisfatórios – 2010

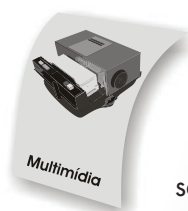
Produto	Nº de amostras analisadas	Total de insatisfatórios*	
		Nº	%
Pimentão	146	134	91,80%
Morango	112	71	63,40%
Pepino	136	78	57,40%
Alface	131	71	54,20%
Cenoura	141	70	49,60%
Abacaxi	122	40	32,80%
Beterraba	144	47	32,60%
Couve	144	46	31,90%
Mamão	148	45	30,40%
Tomate	141	23	16,30%
Laranja	148	18	12,20%
Maçã	146	13	8,90%
Arroz	148	11	7,40%
Feijão	153	10	6,50%
Repolho	127	8	6,30%
Manga	125	5	4,00%
Cebola	131	4	3,10%
Batata	145	0	0,00%
Total	2488	694	27,90%

\*Nas análises insatisfatórias, foi observada presença de agrotóxicos acima do permitido; constatação de agrotóxicos não autorizados; agrotóxicos em níveis elevados e não autorizados simultaneamente.

Fonte: Anvisa, 2010.

Você pode observar que, das 2.488 amostras, 694 (28%) foram consideradas insatisfatórias, com destaque para o pimentão, de cujas 146 amostras, 134 (91,80%) foram consideradas

irregulares, seguido pelo morango, com 112 amostras e 71 (63,40%) reprovadas. Entretanto, na análise feita na batata, nenhuma amostra foi desaprovada.



Em reportagem exibida pelo programa de televisão Globo Rural, em agosto de 2012, são apresentados estudos e entrevistas com agricultores, mostrando os riscos para a saúde (doenças como, por exemplo, o câncer) e para o meio ambiente causados pelo uso de agrotóxicos. Você pode assisti-la no link: <http://www.youtube.com/watch?v=qeJ6QOshlly> (Acesso em 27 janeiro de 2013).

Como se pode observar, além desse modelo de cultivo não ser favorável economicamente ao pequeno agricultor, ainda pode causar vários danos ambientais e à saúde de quem o utiliza e consome seus produtos. Por essa razão, movimentos contrários a esse padrão agrícola vêm ganhando expressividade e difundindo-se.

Para Tedesco (2006), a agricultura moderna tem-se mostrado um maravilhoso negócio para quem vende insumos, empresta dinheiro para agricultores ou compra o produto, enquanto, especialmente para os pequenos agricultores, a agricultura nesses moldes tem representado muito endividamento e descapitalização. Diante disso, muitos agricultores deixam a atividade agrícola e vão procurar emprego em outras áreas.



### Atende ao objetivo 1

Analise as afirmações a seguir, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F):

- a) ( ) Os processos de modernização agrícola, conhecidos como Revolução Verde, adequaram suas práticas de cultivo à realidade territorial e social dos países subdesenvolvidos nos quais foram implantados.
- b) ( ) Para combater a fome no mundo, a Revolução Verde se utilizou da diversidade agrícola, dando oportunidades aos pequenos agricultores de manter suas práticas tradicionais.
- c) ( ) Para um bom desempenho agrícola, o uso de agrotóxico se faz necessário e é recomendável, uma vez que sua aplicação é segura e não traz nenhum malefício aos ambientes naturais.
- d) ( ) Nos estudos realizados pela Anvisa, não foram observados níveis insatisfatórios de substâncias nocivas à saúde nos produtos agrícolas e tampouco nos produtos não consentidos pela legislação brasileira.
- e) ( ) O modelo convencional de produção agrícola – consagrado pela Revolução Verde – favorece a inclusão do pequeno agricultor e enaltece práticas alternativas que garantam altas produtividades.

### *Resposta comentada*

Todas as afirmações são falsas.

A Revolução Verde pode ser compreendida como uma imposição técnica e econômica dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Com o lema de combate à fome, esse processo de modernização agrícola – conhecido como prática agrícola convencional – propiciou inúmeros impactos sociais e ambientais nos países nos quais se instalou. A monocultura – prática comum nesse modelo – alterou significativamente a dinâmica ambiental das áreas rurais, exigindo investimentos em pesquisas e emprego indiscriminado de agrotóxicos.



Esses produtos, além de causarem impactos gravíssimos no solo e nos recursos hídricos, chegam à mesa do consumidor em quantidades acima do permitido pela legislação. Da mesma forma, essa modernização exigiu dos pequenos agricultores práticas agrícolas e investimentos em insumos que acabaram por expulsar esse grupo social das áreas rurais tradicionais, ratificando a supremacia das relações capitalistas no campo.

---

## **Movimentos contrários às práticas convencionais de produção e o fortalecimento de cultivos ecológicos**

O nível de preocupação com a questão ambiental, tal como se apresenta hoje, é um fato muito recente na história da humanidade. Com origens no final do século XIX, a questão ambiental despontou após a Segunda Guerra Mundial, gerando importantes modificações na visão de mundo pela sociedade. Percebeu-se que as condições do meio ambiente estão diretamente relacionadas ao modo pelo qual a humanidade busca produzir bens para aperfeiçoar suas condições de vida.

Segundo Miguel Altieri (1998), nesse momento, o uso abusivo dos recursos naturais e energéticos exigidos pelo modelo da Revolução Verde passou por diversas críticas, incentivando a apresentação de propostas alternativas e ecologicamente corretas de organização tecnológica dos sistemas produtivos agrícolas.

Moreira (2000) também ressalta que as críticas postas ao modelo de Revolução Verde, quando associadas aos movimentos ecológicos e ambientalistas no Brasil, desenvolvem-se com três componentes: o primeiro é uma crítica da técnica que questionaria a relação herdada do ser humano com a natureza, questionamento esse balizado na perda da biodiversidade, na poluição e no envenenamento dos recursos naturais e nos animais.

O segundo componente expressa-se na crítica social da Revolução Verde na esfera sociopolítica e nas questões de equidade e justiça social. Já o terceiro componente expressa-se num caráter econômico.

### **Agroecossistema**

É um ecossistema com presença de, pelo menos, uma população agrícola. Portanto, pode ser entendido como uma unidade de trabalho de sistemas agrícolas (práticas integradas de agricultura, pecuária e afins), diferindo fundamentalmente dos ecossistemas naturais, por ser regulado pela intervenção humana na busca de um determinado propósito. Os agroecossistemas possuem quatro propriedades (produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade) que avaliam se os objetivos do sistema – aumentar o bem-estar econômico e os valores sociais dos produtores – estão sendo atingidos.

Esses questionamentos, em suas vertentes ambientalistas, geram possibilidades de novos modelos produtivos – agroecológicos, produção orgânica, produção natural, etc. – com perspectivas bioecossistêmicas e de diversidade produtiva. Para boa parte dos analistas, estes modelos produtivos alternativos garantiriam uma vantagem comparativa às formas da agricultura familiar, em relação às empresariais.

[...]

A especificidade do trabalho familiar, o conhecimento das condições bioecossistêmicas locais próprias desses agricultores e a escassez de recursos financeiros que possuem, ou a que têm acesso, são considerados como elementos positivos à aplicação de novas práticas produtivas – todas elas vinculadas a um saber camponês que foi renegado como atrasado no período da Revolução Verde (MOREIRA, 2000, p. 4).

Essas práticas alternativas que, a princípio, já vinham sendo desenvolvidas desde a década de 1920 através do movimento biodinâmico, passaram a ter uma expressividade mundial a partir da década de 1960. A partir de então, receberam a denominação de agricultura alternativa, na década de 1970, por falta de uma denominação mais específica e precisa para a época, “já que não significava modelo ou conjunto de técnicas, mas sim o conjunto de movimentos alternativos em torno de formas não industriais de agricultura” (FONSECA p. 17). Esse movimento envolve **agroecossistemas** denominados orgânicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos e da permacultura.



**Figura 15.4:** Plantação orgânica de batatas.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Plantacaoorganica.jpg>



### **Agricultura orgânica**

Agricultura orgânica ou agricultura biológica é o termo frequentemente usado para designar a produção de alimentos e outros produtos vegetais que não faz uso de produtos químicos sintéticos, tais como certos fertilizantes e pesticidas, nem de organismos geneticamente modificados; geralmente, adere aos princípios de agricultura sustentável.

**Agricultura biodinâmica**

Tem como filosofia a consequência natural à renovação do manejo agrícola, à sanação do meio ambiente e à produção de alimentos realmente condignos ao ser humano. O ponto central da agricultura biodinâmica é o ser humano, que conclui a criação a partir de suas intenções espirituais baseadas numa verdadeira cognição da natureza. O seu fundamento é a integração de todos os elementos ambientais agrícolas, como culturas do campo e da horta, pastos, fruticulturas e outras culturas permanentes, florestas, sebes e capões arbustivos, mananciais hídricos, várzeas, etc. Caso o organismo agrícola se ordene em volta desses elementos, nasce uma fertilidade permanente e a saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos.

**Agricultura natural**

No Japão, nas décadas de 1930 e 1940, o mestre Mokiti Okada foi seu criador, preconizando a menor alteração possível no funcionamento natural dos ecossistemas. Não usa aração, rotação de culturas nem compostos oriundos de esterco animal. Mais recentemente, a agricultura natural tem-se concentrado no uso de um preparado biológico. Essa corrente é ligada e difundida pela Igreja Messiânica.

**Agricultura biológica**

Foi na França, em 1960, que a agricultura biológica mais se difundiu, tendo como difusor Claude Aubert, que propunha a saúde das plantas e, portanto, dos alimentos, por meio da manutenção da "saúde" dos solos. Este princípio apoia-se em um tripé "cujas bases, de igual importância, são o manejo dos solos,

a fertilização com fosfatos naturais, basalto e rochas calcárias e a rotação de culturas”.

### **Agricultura regenerativa**

A agricultura regenerativa consiste em promover a produção de alimentos saudáveis, a criação de ciclos fechados de geração de insumos a partir de resíduos e a aplicação, no campo, de práticas conservadoras da natureza.

### **Permacultura**

Surgido na Austrália, o movimento da permacultura tem como ideólogo Bill Mollisson. Desenvolvendo a ideia da criação de agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos ecossistemas naturais, o movimento da permacultura caminha para a priorização das culturas perenes como elemento central de sua proposta. Dentre as culturas perenes, destacam-se as árvores, das quais se procuram espécies para suprir o maior número possível das necessidades humanas, do amido ao tecido; não usa rotação de cultura.

Na década de 1980, surge o termo agroecologia, que, segundo Altieri, é um sistema de produção que agrega “os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 1998, p. 10). Desta forma, a agroecologia, além de envolver a perspectiva ecológica, também compreende a questão socioeconômica.

No Brasil, o movimento para uma agricultura alternativa ganhou força, na década de 1980, com a realização de três Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs). Nesse

período, também surgiram várias organizações não governamentais (ONGs) voltadas para a agricultura, articuladas em nível nacional pela Rede Projeto Tecnologias Alternativas – PTA (hoje AS-PTA – Assessoria e Serviços – Projeto Agricultura Alternativa). A designação “tecnologias alternativas” foi empregada, nesse momento, para designar as “várias experiências de contestação à agricultura convencional, passando a ser substituída, numa fase seguinte, por agricultura ecológica, identificada como parte da agroecologia” (PLANETA ORGÂNICO, 2010).



## Atende ao objetivo 2

A partir dos benefícios socioambientais do cultivo agroecológico, relacione essa prática alternativa ao fortalecimento da agricultura de base familiar.

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta comentada

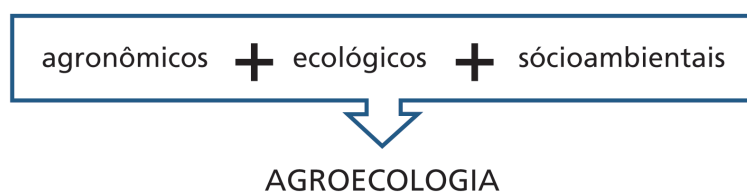
A agroecologia é um sistema de produção que agrega os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Dessa forma, este cultivo prioriza preservação e ampliação da biodiversidade, integrando a questão social. Na busca da conversão de sistemas de produção convencionais para métodos ecologicamente saudáveis, a agricultura

de base familiar mostra-se a mais eficiente tanto do ponto de vista do uso e conservação dos recursos naturais quanto pela maior ocupação de mão de obra. Por isso, a agricultura familiar adequa-se aos princípios da agroecologia.

---

## Agroecologia

A agroecologia corresponde fundamentalmente a um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos multidisciplinares que orienta tanto para a apreciação crítica do modelo convencional de agricultura como também para nortear o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, no aspecto da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).



**Figura 15.5:** Princípio da agroecologia.

Fonte: Adaptado de Altieri, 1998.

De acordo com Altieri, a expressão “agricultura sustentável” se refere, genericamente, a

[...] um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um outro padrão tecnológico que não use de forma predatória os recursos naturais e nem modifique tão agressivamente o meio ambiente. Da mesma forma, esta noção ainda muito interminada e imprecisa, ainda assim incorpora, de um modo

geral, a preocupação de incluir a elevação da produtividade dos sistemas agrícolas, compatibilizando, como resultados, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais (1998, p. 10).

Moreira (2000) aponta que, por trás de um aparente consenso a respeito do entendimento de sustentabilidade, esconde-se uma variedade de definições com choque de opiniões e interesses diferentes, que refletem as disputas pela supremacia dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. O autor destaca duas diferentes visões de desenvolvimento sustentável, conforme a **Tabela 15.2**.

**Tabela 15.2:** Visões de desenvolvimento sustentável

<b>Duas diferentes visões de desenvolvimento sustentável</b>	
<b>Visão (ambientalista)</b>	<b>Visão (socioambiental)</b>
Ênfase na questão ambiental.	Não consegue visualizar a questão ambiental sem destacar a dimensão da equidade social.
Mais presente nos países de capitalismo avançado, do Norte.	Mais presente nos países periféricos, do Sul.
Estratos de camadas sociais mais ricas.	Nas camadas mais pobres das sociedades capitalistas.

Fonte: MOREIRA, 2000.

Para Víctor Toledo (2002), a busca por uma sociedade sustentável requer, entre outras coisas, a conversão de sistemas de produção convencionais para métodos ecologicamente saudáveis. E a agricultura de base familiar mostra-se a mais eficiente tanto do ponto de vista do uso e conservação dos recursos naturais quanto pela maior ocupação de mão de obra.



Veiga (2003), do mesmo modo, defende a agricultura familiar, pois ela apresenta alto potencial de geração de empregos e seu estímulo tem resultados positivos sobre os padrões gerais de distribuição da renda nacional.

Segundo dados do Censo 2006, no território brasileiro, 12,3 milhões de pessoas trabalham na agricultura familiar. Além disso, este modo de emprego ocupa 15 pessoas por hectare, enquanto o agronegócio ocupa 1,7 pessoas por hectare. Ainda convém lembrar que a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros.

Nessa perspectiva, a busca pela consolidação de um aumento da produção rural sustentável precisaria de uma atenção especial do governo brasileiro no que diz respeito à reforma agrária e à agricultura familiar.

No Brasil, a agricultura orgânica começou a despontar a partir do início dos anos de 1980, mas só nos últimos anos vem aumentando seu número de adeptos. Segundo Fonseca (2009), o Estado brasileiro institucionalizou, nos seus regulamentos técnicos, o termo “orgânico” como equivalente para os termos ecológico, biodinâmico, natural, biológico, agroecológico, da permacultura e do extrativismo sustentável orgânico.

Estima-se que o volume de produção orgânica no Brasil seja de 300 mil toneladas/ano, o que corresponde a R\$ 300 milhões/ano, sendo que estes valores devem crescer nos próximos anos, em razão do grande número de propriedades que passam pelo processo de conversão.

Entretanto, muitos agricultores encontram dificuldades na transição para a agricultura orgânica por falta de capital, assistência técnica e pela carência na aprendizagem de manejo. Isso acaba desencorajando agricultores menos capitalizados a tentar a conversão.

Segundo Leonardo Boff (2004), alguns agricultores se entusiasmam com a agroecologia e querem fazer uma mudança

momentânea. Porém a transição de um modelo de agricultura convencional para um agroecológico é lenta e complexa.

Não podemos esquecer, como destaca o autor, que a terra continua contaminada e ainda depende de insumos químicos. O pequeno agricultor ainda precisa convencer seus vizinhos a realizar a transição, pois as substâncias químicas utilizadas por eles afetam suas terras.

No decorrer da transição, o agricultor precisa deixar a terra em descanso – o que para muitos se torna um empecilho, pois são proprietários de pequenas terras e precisam da produção imediata para sua própria subsistência. Muitos não possuem recursos financeiros para arcar com três, quatro anos de transição de uma agricultura para outra.

Entre um prejuízo insuportável para o pequeno agricultor e o uso de alguma técnica ou insumo químico, ele não tem alternativa, a não ser continuar usando produtos químicos (BOFF, 2004).

O Censo Agropecuário 2006, quando investigou a prática de agricultura orgânica nos estabelecimentos agropecuários, definiu como critério que o estabelecimento deveria informar se faz (ou não) agricultura orgânica, se sua produção é (ou não) certificada.

Não foram consideradas como agricultura orgânica as práticas agrícolas que, apesar de não utilizarem agroquímicos, não eram identificadas pelo produtor como tal ou este não se interessava pelas normas técnicas determinadas pelas instituições de classes certificadoras.

Os estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos representavam, aproximadamente, 1,8% do total investigado no Censo Agropecuário 2006 (**Tabela 15.3**).

**Tabela 15.3:** Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação Brasil – 2006

Grandes regiões	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é redenciado por entidade credenciada	Não faz
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Centro-oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A **Tabela 15.3** mostra que a região Nordeste se destaca no número de estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica, contando com 42.236 estabelecimentos, número que pode ser justificado pelo arcaísmo e pela baixa tecnificação presente em boa parte das propriedades agrícolas nordestinas. Por outro lado, também acaba demonstrando o potencial de expansão deste mercado nessa região.

Quando se trata do volume de produção, a maior parte (80%) da produção orgânica brasileira encontra-se nos estados do Sul e do Sudeste. Seus produtores se dividem em dois grupos: pequenos produtores familiares, que representam 90% do total de agricultores, e os grandes produtores empresariais ligados a empresas privadas, que representam 10% desses produtores. Entretanto, “na região Sul, cresce o número de pequenas propriedades familiares que aderem ao sistema e, no Sudeste, a adesão é prioritariamente de grandes propriedades” (IBGE, 2006, p. 11).

As perspectivas mercantis para os produtos orgânicos têm atraído um grande número de novos adeptos: muitos, por serem conscientes dos ideais socioambientais, mas muitos também apenas visam ao mercado orgânico como nicho de lucros fáceis, devido aos altos preços praticados.

Ainda analisando a **Tabela 15.3**, percebe-se que, além de o Brasil apresentar um pequeno número de estabelecimentos orgânicos, dos 90.497 estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica, somente 5.106 são certificados por entidades credenciadas.

A certificação orgânica é um procedimento de inspeção e vistoria das propriedades agrícolas e dos processos de produção. Segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a certificação e o controle de qualidade orgânica são realizados por instituições certificadoras ou, de forma participativa, por associações e cooperativas de produtores cadastrados junto ao Órgão Colegiado Nacional/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com o Mapa (2008), a legislação brasileira prevê três diferentes modos de avaliar a qualidade orgânica dos seus produtos: a certificação feita pelas instituições certificadoras, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação. Os chamados sistemas participativos de garantia, junto com a certificação, compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg.

Ainda convém lembrar que o governo brasileiro, considerando a relação de confiança entre produtores e consumidores, abriu uma exceção à obrigatoriedade da certificação de produtos orgânicos para venda direta aos consumidores finais por agricultores familiares. Pois é a partir dela que são estabelecidos preços mais justos, e o agricultor tem a chance de mostrar sua preocupação com o cultivo de alimentos. Entretanto, para isso, este produtor necessita estar ligado a uma organização de controle social (OCS).

A venda direta pode ser realizada por um produtor ou membro da família que participe do processo de produção. Para a legislação

brasileira, seria essencialmente a comercialização entre o agricultor e o consumidor final, sem intermediários (BRASIL, 2008).

A organização de controle social – OCS consiste em:

[...] um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. Mas, para que a Organização seja reconhecida pela sociedade e ganhe credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança.

[...]

Para que cumpra bem o seu objetivo, a Organização de Controle Social – OCS deve ser ativa e ter seu próprio controle, além de garantir que os produtores assegurem o direito de visita pelos consumidores, assim como o órgão fiscalizador, às suas unidades de produção (BRASIL, 2008, p. 11).

Esta medida só é válida para produtores que comercializem de forma direta suas produções em feiras. É preciso frisar que produtores que comercializam seus produtos para terceiros, como, por exemplo, supermercados, lojas, etc., são obrigados a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg (**Figura 15.6**). Nas feiras, a identificação dos produtos pode ser feita em cartazes, placas e embalagens.



**Figura 15.6:** Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg.

Fonte: [http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Selo\\_do\\_SisOrg\\_-\\_MAPA.jpg](http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Selo_do_SisOrg_-_MAPA.jpg)

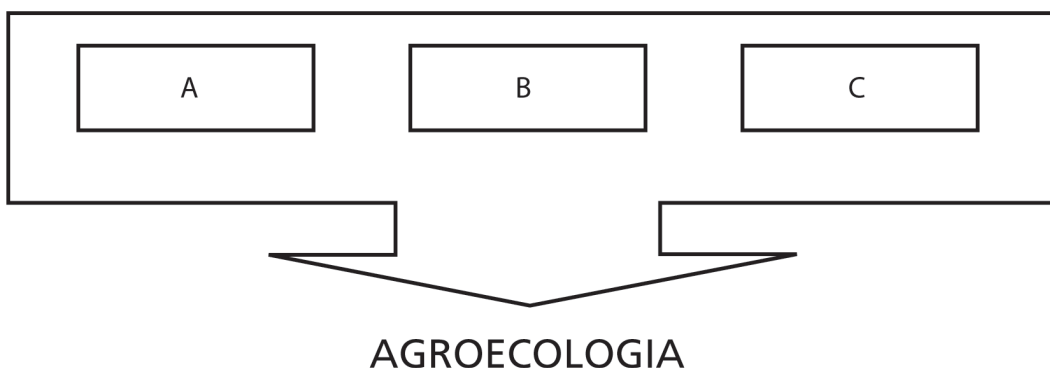
Os agricultores orgânicos não certificados não podem utilizar o selo do SisOrg. No entanto, a legislação admite que o agricultor ponha no rótulo do produto, quando houver, ou no ponto de venda, a declaração: "Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados, não sujeito à certificação, de acordo com a Lei n. 10.831, de 23 de setembro de 2003" (MAPA, 2008, p. 23).

Diante do exposto, percebe-se que a preocupação com as questões ambientais vem ganhando expressividade e, por essa razão, cultivos comprometidos com a qualidade socioambiental ganham destaque no cenário mundial.



### Atende ao objetivo 3

Preencha o diagrama a seguir, indicando os componentes associados às práticas de cada um desses componentes.



## *Resposta comentada*

Componentes: a) agronômicos; b) ecológicos; c) socioambientais.

Compreendendo esses três componentes associados como a base da agroecologia, podemos identificar algumas práticas associadas e integradas entre os componentes que traduzem a agroecologia:

a) Agronômicas: uso de fertilizantes naturais, controle biológico de pragas e doenças, rotação de cultivos agrícolas.

b) Ecológicos: manutenção das matas ciliares, não emprego de agrotóxicos, plantio associado a florestas.

c) Socioambientais: valorização da agricultura familiar, fixação do homem no campo, venda direta ao consumidor, geração de empregos.

---

## **CONCLUSÃO**

Como você pode observar, a valorização dos recursos naturais e a influência destes produtos saudáveis e a qualidade de vida humana são temas bastante valorizados atualmente. Por esta razão, os produtos orgânicos vêm ganhando realce no cenário mundial. Entretanto, em vista dos argumentos mencionados ao longo da aula, percebeu-se que esse tipo de agricultura ainda encontra fatores que dificultam sua produção.

Alguns dos empecilhos destacados pelos agricultores referem-se à transição do modelo de agricultura convencional para o agroecológico. Muitos se queixam da falta de assistência técnica e de capital para suportarem o tempo de transição. Como nos lembrou Leonardo Boff (2004), no decorrer da transição, o agricultor precisa deixar a terra em descanso, o que para muitos se torna um obstáculo, pois são proprietários de pequenas terras e precisam da produção imediata para sua própria subsistência.

Também pudemos compreender a importância da agricultura familiar para esse tipo de cultivo mais sustentável, além de apresentar alto potencial de geração de empregos. Segundo Toledo (2002), há um respeitável repertório de exemplos mostrando como a pequena propriedade familiar é muito mais eficiente do ponto de vista do uso e conservação de recursos naturais (solo, água, biodiversidade, energia, ecossistemas).

Em vista dos argumentos mencionados, percebemos que os ideais ambientalistas vêm cada vez mais ganhando evidência no cenário mundial, e a agroecologia, tornando-se mais popular entre as pessoas.

## Atividade final

### Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Discorra sobre os principais fatores que dificultam a produção agroecológica.

Para auxiliar na elaboração desta resposta, você deverá assistir ao filme *O veneno está na mesa* (2011), do cineasta Silvio Tendler, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KxY8Vxzfb-4>.

---

---

---

---

---

---

---

---



## *Resposta comentada*

No decorrer da aula, percebemos, segundo Leonardo Boff, que alguns dos empecilhos destacados pelos agricultores referem-se à transição do modelo de agricultura convencional para o agroecológico. Muitos se queixam da falta de assistência técnica e de capital para suportarem o tempo de transição. No decorrer da transição, o agricultor precisa deixar a terra em descanso, o que para muitos se torna um obstáculo, pois são proprietários de pequenas terras e precisam da produção imediata para sua própria subsistência.

Outros fatores seriam a falta de capital, de assistência técnica e a carência na aprendizagem do manejo. Isso acaba desencorajando os agricultores menos capitalizados a tentar a conversão. Além disso, assistindo ao filme, vê-se que o autor destaca o modelo brasileiro de desenvolvimento, que privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

---

## **RESUMO**

- A agricultura convencional, traduzida pelos preceitos da Revolução Verde, trouxe inúmeras consequências desastrosas para os ambientes naturais, além de intensificar os impactos socioespaciais nas áreas rurais.
- O uso abusivo dos recursos naturais e energéticos exigidos pelo modelo da Revolução Verde passou por diversas críticas, incentivando a apresentação de propostas alternativas e ecologicamente corretas de organização tecnológica dos sistemas produtivos agrícolas.
- A preocupação com as questões ambientais vem ganhando expressividade e, por essa razão, cultivos comprometidos com a qualidade socioambiental ganham destaque no cenário mundial.

- A agroecologia é um sistema de produção que agrega os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.
- O emprego extensivo da agroecologia pelos pequenos agricultores ainda encontra fatores que dificultam sua produção, como a falta de assistência técnica e de capital para sustentar a propriedade no tempo de transição.

# Aula 16

## Soberania alimentar – entraves e discussões

*Rogério Seabra*

## Meta da aula

Apresentar as principais abordagens teóricas sobre a soberania alimentar e compreender as principais limitações desta noção na atual estrutura econômica e política.

## Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar a situação da fome mundial e o respectivo posicionamento do Brasil;
2. compreender o significado de soberania alimentar;
3. relacionar o conceito de soberania alimentar com o de segurança alimentar;
4. analisar o papel da agricultura familiar na questão da segurança alimentar e da soberania alimentar;
5. caracterizar os principais entraves para uma prática soberana na questão alimentar.

## INTRODUÇÃO

O atual período da economia mundial, a globalização, obedece a parâmetros estabelecidos em lugares muitas vezes distantes da área de atuação do fenômeno em si, além de transformar modelos de produção próximos e distantes e combinar fatores locais e globais, ocidentais e orientais, inclusive na produção de alimentos.

Uma das principais transformações impostas pelo atual processo globalizatório é o controle da produção alimentar e, conseqüentemente, do processo de fornecimento de alimentos de boa parte da população mundial pela atuação de grandes corporações globais. Atualmente, apesar de situações permanentes e grandes transformações no espaço rural, parte significativa do trabalho no campo é resultado da ação direta de grandes empresas transnacionais, ou seja, a produção agrícola está subordinada ao capital circulante pelo mundo.



Judy

**Figura 16.1:** Uma das principais transformações impostas pelo atual processo de globalização é o controle da produção e do fornecimento de alimentos de boa parte da população mundial pela atuação de grandes corporações globais.

Fonte: <http://acraelman.blogspot.com.br/2014/01/a-global-perspective-on-online-learning.html>

Uma das consequências mais simples deste processo é o total uso da terra como mercadoria, transformando dietas tradicionais em modelos de consumo alimentar de maior lucratividade. Percebemos, portanto, que a transformação associada ao modelo econômico imposto pela globalização implica também mudanças na forma de produção e no estilo de vida das pessoas, sobressaltando o modelo urbano de produção e de forma de viver.

## A produção da fome

A produção de alimentos é um elemento central na história da humanidade. Produzir alimentos de acordo com as reais necessidades da população é um desafio presente nas diversas sociedades ao longo da História. A fome associada à falta de produção de alimentos serviu de argumento para incentivar a expansão de novas áreas agrícolas e gerar modelos teóricos alarmistas sobre o destino da população mundial.

Uma referência desses modelos é o estudo de **Thomas Robert Malthus**, publicado em 1798 e intitulado “Ensaio sobre a população”, no qual o autor expõe as possíveis contradições entre o crescimento populacional e a produção de alimentos. Na teoria “malthusiana”, a velocidade da produção de alimentos é inferior ao crescimento demográfico, levando inevitavelmente à fome.



**Thomas Malthus**



O economista e demógrafo britânico Thomas Robert Malthus nasceu entre 14 e 17 de fevereiro de 1766, em Rookery, Surrey, Inglaterra. Seu pai era seguidor ardoroso de Jean-Jacques Rousseau. O jovem Malthus fez seus primeiros estudos na casa paterna e, em 1784, ingressou no Jesus College, de Cambridge, onde se formou quatro anos mais tarde. Ordenou-se sacerdote da Igreja Anglicana em 1797.

Em 1798, Malthus publicou anonimamente seu “Essay on Population” (Ensaio sobre a população), no qual afirma que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética. A solução para evitar epidemias, guerras e outras catástrofes provocadas pelo excesso de população, consistiria, segundo ele, na restrição dos programas assistenciais públicos de caráter caritativo e na abstinência sexual dos membros das camadas menos favorecidas da sociedade.

Malthus era um pessimista que considerava a pobreza como um destino ao qual o homem não podia fugir. Sua obra foi ao mesmo tempo criticada e aplaudida. Enquanto alguns setores da sociedade o acusavam de ser cruel, indiferente e até mesmo imoral, economistas de renome apoiavam suas teorias. Na segunda edição da obra, de 1803, Malthus modificou algumas teses mais radicais da primeira edição.

Com o tempo, o “malthusianismo” foi incorporado à teoria econômica, atuando como freio de teses mais otimistas. Na segunda metade do século XX, os problemas demográficos mundiais revitalizaram as concepções de Malthus, embora a agricultura intensiva tenha permitido aumentos de produção muito maiores do que os previstos por ele.

A partir de 1805, Malthus tornou-se professor de História e Economia Política em Haileybury. Eleito membro da Royal Society em 1819, nos anos seguintes recebeu grande número de homenagens e honras acadêmicas. Malthus morreu em Saint Catherine, Somerset, em 23 de dezembro de 1834.

Fonte: <http://economiabr.net/biografia/malthus.html>

Os pressupostos de Malthus, ao considerar o crescimento populacional em progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...), enquanto o crescimento da produção de alimentos ocorreria em progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...), levariam a sociedade ao desastre da fome pela incapacidade técnica de produzirmos alimentos suficientes para todos.

Embora tenhamos a manutenção da fome no mundo, é fundamental diferenciarmos a fome atual da do modelo de Malthus. Hoje, o crescimento populacional (próximo a 1,2% ao ano) é menor do que o apontado pela análise de Malthus. Da mesma forma, podemos constatar que a Revolução Verde promoveu ganhos intensos de produtividade alimentar, porém a fome permanece no planeta. É fácil, nesse sentido, concluirmos que a fome não está relacionada ao excesso populacional ou à incapacidade técnica de produzirmos alimentos.

Segundo Malthus, a fome seria inevitável, caso o crescimento populacional continuasse nos padrões detectados por ele, ou seja, caso a população mundial mantivesse a capacidade de dobrar de tamanho a cada 25 anos. Malthus propõe, diante do quadro alarmista da fome inevitável, um controle da população para evitar a fome pandêmica. A saída de Malthus para a fome é, portanto, a redução do ritmo de crescimento populacional.

Entretanto, é fácil observarmos, nos dados atuais, que a população mundial reduziu bastante o seu ritmo de crescimento, isto é, hoje a população cresce muito menos do que as previsões malthusianas, mas a fome permanece como uma realidade em boa parte do planeta, conforme observamos na **Figura 16.2**.





**Figura 16.2:** Mapa da Fome Mundial 2013 da WFP – Programa Mundial de Alimentos. Para melhor visualização do mapa e interpretação das legendas, consultar a página <http://www.wfp.org/hunger/downloadmap>.  
Fonte: <http://www.wfp.org/hunger/downloadmap>

Diante da manutenção do quadro de fome no período atual, mesmo com a capacidade técnica potencializada pela implantação frequente de novas tecnologias no campo, é fundamental buscarmos outros elementos na relação entre produção e consumo de alimentos que sejam capazes de explicitar a lacuna existente entre a capacidade de produzir alimentos e a possibilidade de alimentarmos os indivíduos.

No caso brasileiro, a estruturação da produção agrícola, voltada ao mercado externo e aos interesses lusitanos no Brasil, promoveu a monocultura em detrimento da policultura, deixando heranças não positivas na forma de produzirmos gêneros agrícolas atualmente no Brasil.

Nesse sentido, a configuração da produção agrícola brasileira foi estruturada inicialmente para fornecermos açúcar, tabaco e outros produtos para a Europa; em seguida, algodão e café; atualmente, soja, carnes e outros produtos do agronegócio são exportados para diversos países do globo. Constata-se que a produção agrícola brasileira não busca o atendimento das necessidades internas, mas atua no abastecimento do mercado internacional.

O modelo implantado durante três séculos de colonização voltados para o mercado externo colocou a produção de gêneros alimentícios em segundo plano. Podemos atribuir a insuficiência na produção de alimentos à subordinação da colônia e ao interesse da metrópole lusitana. A disposição da produção agrícola em monocultura para exportação dificultou a organização de um sistema policultor eficiente e um mercado interno integrado ao sistema produtor existente.

A fragilidade no abastecimento de alimentos não era defeito da deficiência de transportes, distância ou escassez de produção, mas decorrente da atividade agrícola central, voltada ao mercado externo, enquanto o abastecimento interno era visto como uma atividade complementar e subsidiária. Assim, o desenvolvimento de um mercado interno insignificante perto da grande produção

exportadora deve ser analisado como elemento contribuinte para a fome no Brasil.

A simples análise da escassez de alimentos pela perspectiva da produção de alimentos não é compatível com a atual capacidade produtiva. O modelo agrícola da Revolução Verde, além de ser insustentável ambientalmente, é socialmente perverso, pois não prioriza as necessidades de consumo. Esse quadro dificulta pensarmos no conceito de segurança alimentar no atual contexto da agricultura mundial.

O conceito de segurança alimentar surge na Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma referência para políticas públicas, ou seja, uma direção para governos garantirem a alimentação da população.

O conceito apareceu após a II Guerra Mundial como um componente fundamental da segurança nacional, ou seja, manutenção das necessidades básicas da população em possíveis ambientes de conflitos bélicos. O pacote tecnológico para a agricultura mudou a perspectiva do conceito de segurança alimentar, pois a elevada produtividade agrícola, fruto da introdução massiva de máquinas agrícolas, insumos químicos e biotecnologia, foi capaz de gerar alimentos para todos. Entretanto, vale ressaltar novamente que a fome permanece devido a uma barreira econômica imposta pelo capitalismo atual, ou seja, a fome surge pelo abismo social e pela falta de condições financeiras para comprar alimentos.



John Altherton

**Figura 16.3:** A fome permanece devido a uma barreira econômica imposta pelo capitalismo atual, ou seja, a fome surge pelo abismo social e pela falta de condições financeiras para comprar alimentos.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/gbaku/1674493314/>

A partir de tais constatações, isto é, da construção de um conceito de segurança alimentar baseado na condição social do indivíduo – e não na mera produção de gêneros agrícolas –, surge, em 2004, no Brasil, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão responsável pela elaboração do conceito utilizado oficialmente no Brasil para definirmos a segurança alimentar. Segundo o Consea, a segurança alimentar:

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2006).

A noção de segurança alimentar criada pelo governo brasileiro colabora para analisarmos alguns elementos importantes na relação entre a produção e o consumo de gêneros agrícolas,

por exemplo: contrapor o modelo hegemônico – lógica de mercado global – às necessidades de alimentação da população; o custo excessivo da alimentação para a população de menor renda; a homogeneização das dietas, etc.

O modelo de produção agrícola, derivado do macroprocesso denominado Revolução Verde, garantiu o crescimento vertiginoso da produção agrícola sem, contudo, elevar, na mesma proporção, o acesso à alimentação básica. Tal constatação deve ser explicada pela natureza da modernização da agricultura; isto é, a produção de *commodities* tornou-se prioridade, gerando excedentes de produtos destinados ao grande mercado e, neste contexto, marginalizou a produção de alimentos geralmente associados à pequena produção e aos hábitos culturais e alimentares da população local.

A alimentação adequada representa, para as famílias mais pobres, uma parcela muito significativa da renda familiar, inviabilizando o acesso a outros bens, como saúde e moradia, fundamentais para a inserção na atual sociedade. O atual modelo de produção e comercialização promove a estratificação da sociedade, ou seja, a formação de nichos de mercado, diferenciando a população pela capacidade de compra. No caso da comercialização de alimentos, tal segmentação da sociedade indica a distinta oferta, qualidade e preço dos produtos oferecidos para cada perfil de consumo.

Nesse sentido, surge o conceito de soberania alimentar, liderado pelo movimento Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar.



A Via Campesina trabalha na construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, em nível mundial, para lutar pelos seus direitos.

A Via Campesina-Brasil é composta pelos seguintes movimentos:

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

PJR – Pastoral da Juventude Rural

ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

Pescadores e pescadoras artesanais

A soberania alimentar pode ser definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. Isso inclui:

- prioridade para uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno. É fundamental, então, manter um sistema de produção camponês diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais);
- preços remuneradores para os(as) camponeses(as), de modo a proteger o mercado interno contra importações a preços muito baixos;



### *Resposta comentada*

A situação do Brasil, em termos de fome, é bastante complexa, se analisarmos os demais países da América do Sul. De forma geral, apresentamos um índice não alarmante – moderadamente baixo e em torno de 5 a 14,9% –, se compararmos a outros países do Hemisfério Sul, como a Bolívia, o Paraguai e o Equador. No entanto, observamos que alguns países vizinhos, como a Argentina, a Venezuela e o Chile, apresentam índices semelhantes a países desenvolvidos, o que nos coloca numa situação contrastante com a imagem projetada pelo governo, em termos de desenvolvimento e liderança do Brasil na América Latina.

A realidade da fome no Brasil coloca em evidência nossa desigualdade social, a concentração de terras e a dificuldade de desenvolvimento territorial homogêneo para a produção de alimentos. O desenvolvimento de um mercado interno incipiente perto da grande produção exportadora deve ser analisado como elemento contribuinte para a fome no Brasil. Nesse sentido, devemos questionar as formas de acesso aos alimentos apresentadas pelas políticas públicas atuais.



## **Políticas públicas de segurança alimentar**

As intervenções governamentais na dinâmica da comercialização agrícola procuraram reduzir crises sociais geradas pela incapacidade no abastecimento de alimentos. Em 1918, o Comissariado de Alimentação Pública agiu para controlar a insatisfação popular pela carestia dos alimentos. A ação governamental buscou controlar os preços e limitar as importações de gêneros produzidos no Estado. Em 1920, a Superintendência do Abastecimento adota a isenção fiscal para os gêneros básicos da alimentação popular, criando uma política voltada para a diversificação de culturas.

As intervenções governamentais propuseram apenas medidas atuantes na questão dos preços, sem atacar o problema de forma geral, ou seja, tais ações governamentais pouco atuaram na esfera da produção agrícola. Créditos e modificação na estrutura fundiária não aparecem como medidas nas políticas de abastecimento desse período.

A atuação do governo, na década 1960, incorporou os problemas mencionados e começou a interferir, com pouco sucesso, também na produção. A produção ganhou um sistema nacional de crédito, fomentando uma produção de gêneros agrícolas para o mercado interno.

O governo, neste período, criou a Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), órgão que criou o Sinac (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) e regulamentou a instalação das centrais de abastecimento. Portanto, o sistema de Centrais de Abastecimento (Ceasa) nasce com o intuito de atuar no mercado como grande entreposto comercial, capaz de organizar a comercialização à jusante, isto é, na produção, e à montante, ou seja, na distribuição varejista, confeccionando uma interação entre produção e comercialização capaz de minimizar os efeitos negativos do distanciamento entre produção e consumo de alimentos.

Atualmente, o governo atua no combate à fome e na promoção da segurança alimentar por meio do Sistema Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional. Esse órgão organiza políticas públicas nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), além de integrar a sociedade civil.

- O Sistema Nacional de Segurança Alimentar – Sisan – foi criado por meio da Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Losan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. O Sisan tem por objetivos formular e implementar políticas públicas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. O Sisan é composto por:
  - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – instância responsável pela indicação, ao Consea, das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do Sisan (que reúne representantes da sociedade civil e do governo em âmbito federal, estadual e municipal);
  - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea – órgão de assessoramento imediato ao presidente da República, que articula governo e sociedade civil organizada;
  - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan – instância de mobilização e alinhamento de órgãos governamentais federais para a convergência, transversalidade e monitoramento das políticas em segurança alimentar e nutricional e também as políticas afetas ao tema, que tem, por sua vez, uma secretaria executiva que organiza, articula e facilita a operacionalização de suas ações;
  - órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

Atualmente, integram a Caisan todos os 20 ministérios que participam do Consea, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nos últimos anos, o governo brasileiro desenvolveu um programa especial de segurança alimentar para assegurar o acesso à alimentação básica da população de menor poder aquisitivo. O Programa Fome Zero busca a promoção da alimentação e, conseqüentemente, o fomento da cidadania para o segmento social mais impactado pela fome.

O programa atua de forma integrada, englobando várias áreas do governo, de forma articulada, com o objetivo de promover, além do acesso à alimentação básica, à educação, à geração de emprego e renda, à saúde e ao saneamento básico, a inserção do indivíduo na condição de cidadão.

O programa destaca, em sua proposta, a vinculação entre a erradicação da fome com outras áreas, como a geração de emprego e a transversalidade entre as esferas de governo, acordando com a definição de segurança alimentar.

Uma das vertentes de atuação do programa é o fortalecimento da agricultura familiar por meio basicamente de financiamentos e da compra da produção, desenvolvendo, portanto, um importante braço da produção de alimentos no Brasil.



### Atende aos objetivos 2 e 3

Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir:

- a) ( ) O conceito de segurança alimentar está associado ao de soberania alimentar.
- b) ( ) O conceito de segurança alimentar é apresentado pelas instâncias governamentais, enquanto o de soberania alimentar é defendido pelos movimentos sociais ligados à terra como um direito dos cidadãos.
- c) ( ) O Programa Fome Zero é um exemplo de ação associada ao conceito de segurança alimentar.
- d) ( ) A agricultura familiar e o campesinato são formas defendidas pelos órgãos componentes da Via Campesina.

### Resposta comentada

Todas as afirmações são verdadeiras. Observamos que os conceitos de soberania alimentar e de segurança alimentar estão relacionados. Por um lado, o conceito de segurança alimentar surge na Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma referência para políticas públicas, ou seja, uma direção para governos garantirem a alimentação da população. Já o conceito de soberania alimentar consiste numa reivindicação para a construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, em nível mundial, para lutar pelos seus direitos. O Programa Fome Zero destaca, em sua proposta, a vinculação entre a erradicação da fome com outras áreas, como a geração de emprego e a transversalidade entre as esferas de governo, acordando com a definição de segurança alimentar.

Uma das vertentes de atuação do programa é o fortalecimento da agricultura familiar por meio, basicamente, de financiamentos e da compra da produção, desenvolvendo, portanto, um importante braço da produção de alimentos no Brasil e indo ao encontro das premissas da Via Campesina.

## **Agricultura familiar e produção de alimentos**

Os agricultores familiares do Brasil são afetados pelas transformações no sistema capitalista e pouco assistidos pelas políticas públicas do governo brasileiro. Esse fato, sem dúvida, dificulta não apenas a inserção desta categoria nas atuais formas de produção e comercialização, mas sua própria permanência no campo.

A agricultura familiar deve ser caracterizada pela unidade de produção e gestão comandada, majoritariamente, pelo trabalho da própria família. É fundamental lembrarmos que a unidade de produção familiar responde pela imensa maioria da produção de alimentos no Brasil, cerca de 60%; logo, torna-se fundamental analisarmos seu possível papel na agricultura nacional como grande alicerce na segurança alimentar do nosso país.

A lógica de modernização da agricultura está de acordo com a lógica geral do atual período econômico, conhecido como globalização, sendo, portanto, concentradora, seletiva, em nome da especialização, eficiência, produtividade e do lucro. Tal lógica promove a inserção de alguns produtores considerados eficientes, marginalizando produtores, comerciantes e consumidores considerados ineficientes para a atual lógica econômica.

No caso da comercialização, a atual flexibilidade e a intensidade nas interações espaciais, como a moderna logística dos supermercados, estabelece a liderança desse setor em relação aos pequenos produtores. A moderna gestão da cadeia de suprimentos é uma realidade distante para a maioria dos pequenos produtores e consumidores de menor poder aquisitivo.

Devemos visualizar, pelo menos, dois processos distintos, em curso simultaneamente, cuja origem é a relação entre a produção familiar e a globalização como ambiente competitivo.

As grandes empresas impõem regras para a produção e para a comercialização, explorando a pequena produção pelo circuito

de comercialização. A pequena produção pode ser analisada como um modelo de subcontratação, terceirização ou flexibilização, contrariando uma possível ideia “de linha de montagem”, típica da rigidez do fordismo. A modernização reinventa o campo, suas relações, sua configuração; enfim, cria um espaço de acordo com a sua necessidade, no qual a agricultura familiar está inserida, sofrendo implicações dessa transformação.

Podemos concluir que a agricultura no período da globalização leva os agricultores ao máximo da tecnificação, tornando-os, assim, praticamente servos das grandes empresas. No caso da comercialização, as forças modernizantes atuam na pequena produção familiar, impondo uma instabilidade sempre em busca de flexibilidade.

Contudo, a produção familiar continua a reproduzir-se, mantendo sua importância no cenário agrícola brasileiro, principalmente na produção de gêneros agrícolas voltados à alimentação e nos possíveis benefícios ambientais.

Entre as várias políticas públicas necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar, destacam-se as ações de assistência técnica, a modernização da infraestrutura produtiva e social no campo, a promoção da comercialização de produtos gerados pela agricultura familiar e o crédito.

Partindo dessas necessidades, foi criado o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pelo governo federal, para fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar em todo o território nacional, buscando a agregação de valor ao produto agrícola familiar, o acesso ao mercado consumidor, a promoção do acesso à terra, etc.

Entretanto, ainda existe um desequilíbrio claro nos investimentos públicos para os latifúndios monocultores, voltados ao mercado

externo e à produção familiar, indicando um montante muito maior de verbas para a grande produção. Voltamos ao ponto fundamental; isto é, a modernização da agricultura no Brasil promoveu um crescimento efetivo da produção, sem, no entanto, melhorar a condição de vida dos trabalhadores do campo, elevando a concentração fundiária e a oferta de alimentos de melhor qualidade e menor preço.

Devemos, contudo, ressaltar a permanência das atividades familiares na agricultura. Uma das principais razões para a manutenção dessa produção foi a incapacidade da agricultura em assumir totalmente um perfil industrial, ou seja, o perfil semi-industrial (IANNI, 1995) da agricultura garantiu a competitividade da agricultura familiar em face da flexibilidade do trabalho na pequena produção.

A produção familiar exerce um papel fundamental no abastecimento alimentar; assim, seria fundamental a efetiva participação do Estado, garantindo uma política de assistência técnica, crédito e acesso ao mercado consumidor e, conseqüentemente, incentivando a modernização dos produtores familiares em bases alternativas.

As grandes empresas, hegemônicas nas articulações entre produção/comercialização, delegam aos pequenos produtores, além da produção de gêneros alimentícios e matérias-primas, a responsabilidade de constante modernização e os riscos inerentes à produção agrícola (pragas, distúrbios climáticos, etc.), e os produtores “incapazes” de seguir o padrão determinado pela economia globalizada ficam marginalizados.

Uma possibilidade de inserção é o crescente nicho da agricultura orgânica. A agricultura orgânica pode ser considerada como uma das medidas capazes de contraposição ao modelo da Revolução Verde, ou seja, uma agricultura alternativa às práticas dominantes.



Antônio Cruz/ABr

**Figura 16.5:** Apesar de tantos entraves, a produção familiar continua buscando a inserção no atual mercado. Uma possibilidade de inserção é o crescente nicho da agricultura orgânica.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Abr\\_horta\\_Antonio\\_Cruz.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Abr_horta_Antonio_Cruz.jpg)

As práticas alternativas surgiram como críticas aos impactos ambientais derivados do intenso uso de máquinas e insumos utilizados na agricultura moderna; afinal, tal modelo utiliza um número elevado de recursos energéticos não renováveis como se fossem ilimitados. Essa concepção gerou uma série de indagações e, em seguida, propostas alternativas.

As críticas ao modelo da Revolução Verde, assim como as alternativas, começaram a ganhar força no Brasil na década de 1970 com diversas nomenclaturas. Agricultura natural, agricultura biodinâmica, permacultura, agricultura orgânica e agricultura regenerativa são nomes surgidos nesse período como possibilidade para o modelo dominante.

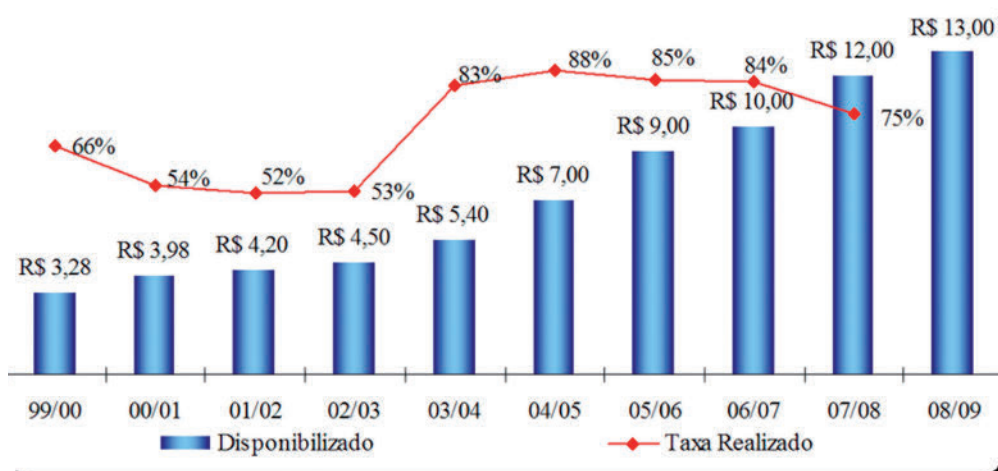
Essas alternativas serão resumidas como agroecologia, caracterizadas pelo não uso de insumos químicos e por considerar o ambiente natural e social. Assim, devemos compreender a agroecologia como um modelo de produção com alicerces que vão além da conservação ambiental; seguem também a agricultura familiar e a segurança alimentar.





## Atende ao objetivo 4

Analise a relação entre recursos governamentais à agricultura familiar e os efetivamente utilizados pelos agricultores por meio do gráfico apresentado na **Figura 16.6**.



**Figura 16.6:** Crédito disponibilizado e efetivamente contratado pelos agricultores familiares por meio do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### *Resposta comentada*

O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito diante do valor disponibilizado indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido ano a ano. A primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação a 1999/2000. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões, com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008, rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões. Esse fato demonstra uma resposta às demandas dos agricultores que respondem aos financiamentos propostos pelas políticas públicas.

---

## **CONCLUSÃO**

As transformações na economia globalizada exigem maior flexibilidade e fluidez para a produção e a circulação dos gêneros agrícolas. Todavia, o espaço rural não é um mero receptáculo de ações, inovações e normas vindas de outras escalas.

O controle externo da produção é feito pela confecção de regras para a produção – como produzir, onde produzir, quando produzir e o que produzir – e pelo controle dos fluxos, isto é, na direção dos produtos agrícolas. As empresas hegemônicas não eliminam a pequena produção; há uma subordinação da produção familiar à lógica dominante, ou seja, a agricultura familiar permanece para realizar funções periféricas na agricultura moderna.

A produção familiar deve sair dessa condição periférica. Uma oportunidade é a agricultura alternativa, uma produção com parâmetros ambientais e um nicho de mercado crescente. A agricultura familiar tem a possibilidade/flexibilidade para buscar esse mercado de grande potencial e se estabelecer como fornecedora de produtos agrícolas de maior qualidade, menor impacto ambiental e tornar-se um pilar na oferta de alimentos, garantindo manutenção das tradições locais, gerando emprego, ou seja, sendo fundamental na busca pela segurança alimentar.

Contudo, o novo papel desejado para a agricultura familiar, ambiental e socialmente correta não ocorrerá sem a assistência do Estado como agente de promoção do público e garantidor das necessidades coletivas.

Este aspecto ratifica a importância do Estado como um agente de fomento de capacidades para atores locais, agricultores familiares, marginalizados na interação global/local. Tal atuação deve inverter a dinâmica atual de impactos ambientais e de prioridade para a produção gerada para o mercado externo, criando também mecanismos de comercialização para os produtos gerados pela agricultura familiar alternativa.

O Estado, como provedor de capacidades e possibilidades, deve promover mecanismos de integração e ampliação de laços de solidariedade para o crescimento do interesse coletivo, ou seja, como uma perspectiva de fortalecimento rural integrado ao modelo ambiental e socialmente adequados.

---

[illegible]

.....

## RESUMO

- A fome no mundo não está relacionada ao excesso populacional ou à incapacidade técnica de produzirmos alimentos.
- A configuração da produção agrícola brasileira foi estruturada inicialmente para fornecermos açúcar, tabaco e outros produtos para a Europa; em seguida, algodão e café; atualmente, soja, carnes e outros produtos do agronegócio são exportados para diversos países do globo. Constata-se que a produção agrícola brasileira não busca o atendimento das necessidades internas, mas atua no abastecimento do mercado internacional.
- O conceito de segurança alimentar surge na Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma referência para políticas públicas, ou seja, uma direção para governos garantirem a alimentação da população.
- A soberania alimentar pode ser definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar e é a premissa básica da Via Campesina.
- O governo brasileiro atua no combate à fome e na promoção da segurança alimentar por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse órgão organiza políticas públicas nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), além de integrar a sociedade civil.
- A produção familiar exerce um papel fundamental no abastecimento alimentar; assim, seria fundamental a efetiva participação do Estado, garantindo uma política de assistência técnica, crédito e acesso ao mercado consumidor e, conseqüentemente, o incentivo à modernização dos produtores familiares em bases alternativas.
- Podemos compreender a agroecologia como um modelo de produção com alicerces que vão além da conservação ambiental; seguem, também, a agricultura familiar e a segurança alimentar.



Geografia Agrária

Referências

## Aula 9 .....

BRANDÃO, Carlos Antônio. O modo transescalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto antilocalista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur, 2003. p. 1-12.

CARLOS, Ana Fani. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Do "rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012. p. 23-50.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARAFON, Glaucio. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: \_\_\_\_\_. et al. (Org.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma; Faperj, 2012. p. 209-221.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 271-298.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

WOODS, Michael. *Rural Geography*. Londres: SAGE, 2005.

## Aula 10 .....

ANJOS, Flávio Sacco. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 54-80, out. 2001.



BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 33-52.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.

IZIQUE, Claudia. O novo rural brasileiro: reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 52, p. 48-55, abr. 2000.

MARAFON, Glaucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-40, fev. 2006.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

## **Aula 11 .....**

CARNEIRO, Maria. Ruralidade: novas identidades em construção. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

LOCATEL, Celso. *Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis*. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2004.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *Ruralidades CPDA*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-24, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS – TERRITÓRIO, SOCIEDADE E POLÍTICA: CONTINUIDADES E RUPTURAS, DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2002, Vila Real. *Anais...* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes, 2002.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

\_\_\_\_\_. Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense: a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 1., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Negef; Uerj, 2005.

\_\_\_\_\_. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 271-298.

SOJA, Edward. W. *The Political Organization of Space*. Washington: AAG Commission on College Geography, 1971.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

## Aula 12.....

INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira e cartografia geográfica crítica. *Confins*, Paris/São Paulo, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5631>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

## Aula 13.....

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza. Preços da terra no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: Sober, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/106106/2/587.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

LIMA, José Renato de. Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência. *Geonordeste*, ano 23, n. 1, p.136-156, 2012.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 151-177.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os economistas).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. 1. ed. São Paulo: FFLCH; Labur Edições, 2007.

REIS, Leandro Cavalcanti. A sujeição da renda da terra e as repercussões no campo: o contraste entre Petrolina (PE) e Capela (SE). In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, 1., 11., 2013, Vitória da Conquista. *Anais... Vitória da Conquista: Uesb*, 2013. Disponível em: <[http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/?pagina=edicao\\_atual](http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/?pagina=edicao_atual)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Círculo do Livro, 1996. (Coleção Os economistas).

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. v. 1 e 2. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.

## **Aula 14.....**

ACJMSC. *Cuba, 52 anos de reforma agrária*. Disponível em: <<http://convencao2009.blogspot.com.br/2011/05/cuba-52-anos-de-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

BAUMAN, Zigmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 227, 21 nov. 2003. Disponível em: <[http://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/decreto\\_4887\\_de\\_20\\_de\\_novembro\\_de\\_2003.pdf](http://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/decreto_4887_de_20_de_novembro_de_2003.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 out. 1985.

BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Edição especial para o Fórum Social Mundial. Brasília: Versal Multimídia, 2005.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 nov. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 6 set. 2011.

CENSO da Reforma Agrária, 1. *Relatório final*. Brasília: UnB, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

GALLO, Leonardo. Revolução russa, parte II: revoluções de 1917. In: *Historiativa Net*. Disponível em: <<http://historiativanet.wordpress.com/2011/12/12/revolucao-russa-parte-ii-revolucoes-de-1917/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reforma agrária*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

INSTITUTO AMP. Disponível em: <<http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm>>. Acesso em: 5 set. 2011.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. In: FÓRUM MUNDIAL DE TEOLOGIA E LIBERTAÇÃO, 3., 2009, Belém. *Comunicações...* Porto Alegre: WFTL, 2009. p. 399-421.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

PAULA, Mário Lúcio de. "Reforma" agrária do velho Estado. *A Nova Democracia*, ano 8, n. 59, nov. 2009 Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-59/2498-qreformaq-agraria-do-velho-estado?tmpl=component>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

INSTRUÇÃO normativa nº 49, do Incra, foi publicada hoje. *Quilombos*, 1 out. 2008. Disponível em: <<http://quilombos.wordpress.com/2008/10/01/instrucaonormativa49/>>. Acesso em: 5 set. 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SILVA, Cláudio Teixeira da. *O usucapião singular disciplinado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_28/artigos/Art\\_Claudio.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_28/artigos/Art_Claudio.htm)>. Acesso em: 5 set. 2011.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

## **Aula 15.....**

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos: relatório de atividades 2010*. Brasília, 2011.

ASSIS, Renato Linhares de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 79-96, jan./abr. 2003.

BOFF, Leonardo. Os caminhos da Transição: a longa passagem da agricultura química para a agricultura camponesa ecológica. In: GÖRGEN, Sérgio Antônio. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação*. Brasília: Mapa; ACS, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CENSO Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2015.

DAROLT, Moacir. Diagnóstico do setor: panorama geral, entraves, potenciais e o consumo de produtos orgânicos. In: CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de. et al. *Agricultura orgânica e agroecologia*. 1. ed. Campinas: Consepa, 2005. p. 7-28.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origem e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. *Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói: Pesagro-Rio, 2009.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 179-198.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson; CARRIJO, Beatriz; CANDIOTTO, Luciano (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. v. 1. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia*. Brasília: Mapa/ACS, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/176/172>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

HISTÓRIA da agricultura orgânica: algumas considerações. *Planeta Orgânico*. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/historia-da-agricultura-organica-algumas-consideracoes-3/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF/ Porto Alegre: EST, 2006.

TOLEDO, Víctor M. Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 27-36, abr./jun. 2002.

VEIGA, José Eli da; ABRAMOVAY, Ricardo; EHLERS, Eduardo. Em direção a uma agricultura mais sustentável. In: RIBEIRO, Wagner (Org.). *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 305-333.

## **Aula 16.....**

BEZERRA, Célia Varela; COSTA, Sônia M. Alves da (Org.). *Exigibilidade do direito humano à alimentação adequada*. Passo Fundo: Ifibe; Fian Brasil, 2008.

BORRAS JR., Saturnino M. La vía campesina and its global campaign for agrarian reform. *Journal of Agrarian Change*, v. 8, n. 2/3, p. 258-289, abr. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Lei de segurança alimentar e nutricional: conceitos*. Brasília: Consea, 2006.

\_\_\_\_\_. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004. *Relatório final*. Brasília: Consea, 2004.

\_\_\_\_\_. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 3., 2007. *Relatório final*. Brasília: Consea, 2007.

\_\_\_\_\_. *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: Consea, 2004.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Consea, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2009.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

